



ESTUDOS AVANÇADOS INTERDISCIPLINARES

VOLUME 8

Organizador
Dr. ROBSON ANTONIO TAVARES COSTA



ESTUDOS AVANÇADOS INTERDISCIPLINARES

VOLUME 8

Organizador
Dr. ROBSON ANTONIO TAVARES COSTA



EDITORA ENTERPRISING

Direção Nadiane Coutinho

Gestão de Editoração Antonio Rangel Neto

Gestão de Sistemas João Rangel Costa

Conselho Editorial

- Alandey Severo Leite Da Silva, Dr. – Ufca – Br
- Antonio Augusto Teixeira Da Costa, Phd – Ulht – Pt
- Eraldo Pereira Madeiro, Dr – Unitins – Br
- Eugenia Maria Mariano da Rocha Barichello, Dra. UFSM;
- Luama Socio, Dra. - Unitins - Br
- Ismael Fenner, Dr. - Fics – Py
- Francisco Horácio da Silva Frota, Dr. UECE;
- Tânia Regina Martins Machado, Dra. - Unitins – Br;
- Agnaldo de Sousa Barbosa, Dr. UNESP.

Copyright © 2022 da edição brasileira.

by Editora Enterprising.

Copyright © 2022 do texto.

by Autores.

Todos os direitos reservados.



Todo o conteúdo apresentado neste livro, inclusive correção ortográfica e gramatical, é de responsabilidade do(s) autor(es). Obra sob o selo Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional. Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Diagramação

João Rangel Costa

Design da capa

Nadiane Coutinho

Revisão de texto

Os autores



EDITORA ENTERPRISING

www.editoraenterprising.net

E-mail: contacto@editoraenterprising.net

Tel. : +55 61 98229-0750

CNPJ: 40.035.746/0001-55

**Robson Antonio Tavares Costa
(Organizador)**

Estudos Avançados Interdisciplinares

Volume 8



Brasília - DF

E82

Estudos Avançados Interdisciplinares Volume 8 / Robson Antonio Tavares Costa (Organizador). Brasília: Editora Enterprising, 2022.

(Estudos Avançado Interdisciplinares Volume 8)

Livro em PDF

208 p., il.

ISBN: 978-65-845-4615-8

DOI: 10.29327/562393

1.Interdisciplinares. 2. Pesquisas. 3. Práticas. 4. Estudos.

I. Título.

CDD: 370

Acreditamos que o conhecimento é a grande estratégia de inclusão e integração, e a escrita é a grande ferramenta do conhecimento, pois ela não apenas permanece, ela floresce e frutifica.

Equipe Editora Enterprising.

Sumário

APRESENTAÇÃO

08

CAPÍTULO 1:

ESTRATÉGIAS DE DOCENTES DESENVOLVIDAS COM ALUNOS COM DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

09

*Ana Karoline Ferreira de Aquino
Estélio Silva Barbosa
Lidirene Machado da Cunha de Sousa
Rosana Rodrigues da Silva*

CAPÍTULO 2:

UMA ANÁLISE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS DE MARKETING DIGITAL POR SHOPPING CENTERS DE UMA CAPITAL DA AMAZÔNIA ORIENTAL

24

*Alan Carlos Pereira da Costa
Lucas de Brito Lordeiro
Sheila Trícia Guedes Pastana*

CAPÍTULO 3:

PODER E LIDERANÇA NA LITERATURA ORGANIZACIONAL POWER AND LEADERSHIP IN ORGANIZATIONAL LITERATURE

39

*Sheila Trícia Guedes Pastana
César Ricardo de Maia Vasconcelos*

CAPÍTULO 4:

POLÍTICAS DE APOIO A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA INOVAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO DO ESTADO DO AMAPÁ

53

*Darlen Raquel Dos Santos Maia
Valéria Castelo Branco De Sousa
Rafael Rodrigues Feitosa*

CAPÍTULO 5:

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ

68

*Eder de Oliveira Picanço
Clayton Jordan Espíndola do Nascimento
José Carlos Corrêa de Carvalho Júnior
Madson Ralide Fonseca Gomes*

CAPÍTULO 6:

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INOVAÇÃO NO AMAPÁ: UM CONTEXTO GERAL

83

*José Leonilson Abreu da Silva Junior
Lilian Cristiani Damasceno Carneiro*

CAPÍTULO 7:	O PAPEL DA FINEP NA POLÍTICA DE INCENTIVO À CIÊNCIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA	96
	<i>Cleidiane Facundes Monteiro Nascimento</i> <i>Maria do Carmo Lima Marques</i> <i>Olavo Rodrigues Fagundes Neto</i>	
CAPÍTULO 8:	PANORAMA DO ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO NO ESTADO DO AMAPÁ	112
	<i>Leo Serrão Barbosa</i> <i>Messias Dias Da Silva</i>	
CAPÍTULO 9:	LOGÍSTICA NAS DIMENSÕES DE CIDADES INTELIGENTES ASSOCIADA À CIDADE DE MACAPÁ – AP	131
	<i>Glauber Ruan Barbosa Pereira</i> <i>Luciana Gondim de Almeida Guimarães</i> <i>Monã Correa Lima</i>	
CAPÍTULO 10:	A RELEVÂNCIA DA DISCIPLINA DE LIBRAS A PARTIR DA EDUCAÇÃO INFANTIL	148
	<i>Maria da Paz Bezerra Coelho</i> <i>Estélio Silva Barbosa</i>	
CAPÍTULO 11:	ACESSO AOS DIREITOS DO PACIENTE COM DOENÇA DE ALZHEIMER: INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DE CARTILHA TECNOLÓGICA	166
	<i>Fernanda Correa de Melo</i> <i>Juliana Sartori Bonini</i> <i>Dannyele Cristina da Silva</i>	
CAPÍTULO 12:	COMO A IN 38/2017 E A LC 182/2021 ALTERARAM E CRIARAM ALTERNATIVAS AOS CONTRATOS DE INVESTIMENTO NAS SOCIEDADES LIMITADAS	184
	<i>Luís Eduardo Ferreira Rodrigues</i> <i>Saulo Bichara Mendonça</i>	

Apresentação

Prezados(as) leitores(as),

É com muita satisfação que apresentamos o oitavo volume da Coleção intitulada “ESTUDOS AVANÇADOS INTERDISCIPLINARES”, que reúne em seus 12 capítulos pesquisadores de diversas instituições com discussões e temáticas que circundam uma gama de possibilidades de pesquisas e de relações dialógicas que certamente podem ser relevantes para o desenvolvimento social brasileiro a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade. Tal obra visa dar publicidade a estudos e pesquisas frutos de árduos trabalhos acadêmicos que decerto contribuem, cada um a seu modo, para o aprofundamento de discussões em suas respectivas áreas pois são pesquisas germinadas, frutificadas e colhidas de temas atuais que estão sendo debatidos nas principais universidades nacionais e que refletem o interesse de pesquisadores no desenvolvimento social e científico que possam impactar positivamente a qualidade de vida de homens e de mulheres.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados, esperamos que os textos publicados contribuam para a formação intelectual e a reflexão crítica dos alunos, professores e demais leitores. Desejamos ressaltar, em nome de todos que compõem a Editora Enterprising, a nossa gratidão para com os pesquisadores cujos trabalhos aparecem aqui reunidos, que diante da dedicação, temos a oportunidade de nos debruçar acerca de assuntos atuais e pertinentes.

Sejam bem-vindos e tenham proveitosas leituras!

Equipe Editora Enterprising.



Capítulo 1

ESTRATÉGIAS DE DOCENTES DESENVOLVIDAS COM ALUNOS COM DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

DOI: 10.29327/562393.1-1

Ana Karoline Ferreira de Aquino
Estélio Silva Barbosa
Lidirene Machado da Cunha de Sousa
Rosana Rodrigues da Silva

ESTRATÉGIAS DE DOCENTES DESENVOLVIDAS COM ALUNOS COM DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ana Karoline Ferreira de Aquino

Estélio Silva Barbosa

Lidirene Machado da Cunha de Sousa

Rosana Rodrigues da Silva

RESUMO

Esse artigo traz como temática: Estratégias de docentes desenvolvidas com alunos com dificuldade de aprendizagem no primeiro ano do ensino fundamental. Que estratégias é possível ser desenvolvidas pelo professor com objetivos de amenizar as dificuldades de aprendizagem no primeiro ano do ensino fundamental? Na tentativa de tentar responder a problemática os objetivos assim se elencam: Conceituar e apresentar as principais dificuldades de aprendizagem. Contextualizar a importância da identificação do nível das dificuldades de aprendizagem dos discentes, associando as desordens. Fomentar o conhecimento e a relação que o professor precisa ter frente às dificuldades de aprendizagem dos seus alunos. Apresentar as estratégias de ensino para minimizar as dificuldades de aprendizagem em sala de aula. O método utilizado nesse artigo foi uma pesquisa bibliográfica, por normas, foram utilizadas as leituras de autores com excelente conhecimento acadêmico sobre o tema.

Palavras Chaves: Estratégias; Professor; Dificuldade de Aprendizagem; Ensino Fundamental.

1. INTRODUÇÃO

Durante anos os discentes tiveram que simplesmente absorver os conhecimentos passados na sala de aula, por muitas vezes ter que decorar conteúdos apenas para passar de matéria, vistos como meros rônos, pois, não opinavam ou expunham os seus pensamentos, contudo, atualmente os professores vêm se qualificando e se especializando para a aplicação de estratégias de ensino para sanar dificuldades que possa ocorrer em sala.

O termo dificuldade de aprendizagem foi registrado a primeira vez em 1996, por Samuel Kirk. Desde então, vários artigos e livros foram desenvolvidos a respeito da temática. Mas mesmo com tantos estudos essa dificuldade de aprendizagem ainda não é bem compreendida, até mesmo entre os professores (SMITH et al., 2007)

A temática foi escolhida pela pesquisadora depois de algumas observações feitas de professores do primeiro ano do ensino fundamental, que recebem alunos em fase de transição escolar, momento em que os discentes saem da educação infantil âmbito que de certa forma tem mais ludicidade presente. No momento em que o professor deve ser qualificado para saber lidar com esse tipo problema que pode ocorrer em classe.

A problemática dessa pesquisa assim se define: Que estratégias é possível ser desenvolvidas pelo professor com objetivos de amenizar as dificuldades de aprendizagem no primeiro ano do ensino fundamental? Os objetivos assim se elencam: Conceituar e apresentar as principais dificuldades de aprendizagem. Contextualizar a importância da identificação do nível das dificuldades de aprendizagem dos discentes, associando as dificuldades de aprendizagem dos seus alunos. Apresentar as estratégias de ensino para minimizar as dificuldades de aprendizagem em sala de aula.

A metodologia da pesquisa empregada nesse artigo foi bibliográfica, por norma, foram utilizadas as leituras de autores com excelente conhecimento acadêmico sobre o tema, além disso, o estudo também se baseou em teses, monografias e artigos científicos sobre o tema. A finalidade, então, é utilizar uma metodologia qualitativa, portanto, bibliográfica.

A relevância dessa pesquisa é apresentar sugestões e melhoras que venham colaborar no aspecto didático para os professores, apresentando as contribuições das novas tendências, educativas.

É papel do professor descobrir quais são as principais falhas acadêmicas dos seus alunos, e trabalhar em sala de aula, com a finalidade de melhorar o seu desempenho acadêmico, colocando o seu aprendizado como pilar.

2. METODOLOGIA

O método usado na construção desse artigo foi de cunho bibliográfico. Segundo Gil (2017), cita como principal vantagem da pesquisa bibliográfica é de permitir ao

investigador ricos materiais muito mais amplos do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Sobre esse método de pesquisa, Gil (2017, p.34) afirma:

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e eventos científicos.[...] estas pesquisas passaram incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como o material disponibilizado pela internet.

Assim como a pesquisa bibliográfica a pesquisa qualitativa também foi necessária tendo em vista ser uma pesquisa que utiliza de vários tipos de modalidades investigações que exige um amplo estudo do objeto de pesquisa, considerando o contexto social em que vive.

Sobre a pesquisa qualitativa Richardson (1999,p.99), afirma:

Preocupa-se mais com a interpretação e a compreensão dos fenômenos e objetos, vê de forma mais articulada os diversos elementos da pesquisa, envolve mais o pesquisador no processo (participação), pode construir a própria teoria da pesquisa durante sua realização, dedica-se mais a qualidade do que à quantidade, busca as singularidades e não necessariamente as generalizações, é mais subjetiva.

Acreditamos que os métodos adotado nessa pesquisa são pertinentes ao tema, a problemática e aos objetivos.

3. DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

O termo dificuldade de aprendizagem foi popularizado em 1963, por Samuel Kirk (*learning disability*), em uma comunicação apresentada na “*Conference on Exploration into Problems*”, desde então muitas estratégias foram estudadas e trabalhadas ao longo dos anos, todas com o intuito de entender a fundo a mente dessas crianças e qual o ponto x do problema. E a dificuldade pode ser gerada através do docente, que deve repensar na metodologia de ensino e nas estratégias de ensino para alcançar a turma com êxito, como também pode ser algo patológico. Mas seja qual for o eixo dessa dificuldade, deve ser pensado qual será estratégia de ensino que será usado, e assim, haverá mudanças no plano e, com isso, vai se acertando, e vendo-se a melhor estratégia de ensino.

Para Bossa (2000), uma das primícias a serem feitas para identificar as causas das tais dificuldades, é que a criança seja encaminhada para profissionais especializados da área.

Em muitos casos alunos que sentem dificuldade de aprendizagem, são alunos que não tem acompanhamento dos pais na vida escolar, e esse apoio é imprescindível, porque é simplesmente a base de uma estrutura de uma vida escolar.

Segundo Bossa (2000), a aprendizagem é uma construção de saberes que começa a partir do momento em que a criança nasce. O desenvolvimento da aprendizagem é um processo natural, então isso que dizer que os discentes têm níveis diferentes de aprendizagem, um aluno não pode ser avaliado com base em outro aluno, porque cada um aprende e compreende de um modo específico.

Para que as estratégias de ensino ocorram, o professor deve criar pontes de ligação com os alunos, observar formas que chamem a atenção desses alunos para aprender, porque o professor não dar as respostas, mas deve ensinar o aluno a pensar, para que ele se torne um ser crítico e saiba opinar.

Uma estratégia muito interessante de ensino é a gamificação, que se trata da ampliação de elementos de jogos em atividades de não jogos, um exemplo que pode ser dado é as estrelas em forma de recompensa.

Já que vivemos na era digital, é interessante usarmos e abusarmos das tecnologias que estar a nossa disposição, essa variação de instrumentos educacionais tira o aluno da zona de conforto e chama muito atenção.

3.1 A importância da identificação do nível das dificuldades aprendizagem dos discentes

Para começar o processo de ensino, deve ser feito a avaliação de aprendizagem para contribuir na identificação da aprendizagem e no diagnóstico que será usado para dar o norte no plano de ensino, essas avaliações podem ser feitas através de: avaliação diagnóstica esta avaliação é usada para “analisar” o nível de conhecimento do aluno. A avaliação diagnóstica normalmente acontece no início de uma nova fase da educação e abrange itens que serão ensinados para os alunos nas aulas. Contudo segundo Luckesi (2000), o ato de avaliar busca obter resultados positivos, com isso implica a disposição de acolher.

Por essa análise, é preciso considerar os conhecimentos prévios dos alunos, e assim será planejada a melhor estratégia de ensino para essa turma. Sobre isso, Luckesi (2000, p.2), afirma:

A avaliação só nos propiciará condições para a obtenção de uma melhor qualidade de vida se estiver assentada sobre a disposição para acolher, pois é a partir daí que podemos construir qualquer coisa que seja.

A avaliação é ponto de partida para conhecimento da trilha e a busca pelo alcance dos objetivos propostos, é o primeiro contato, é como uma base sólida, que ajudará o professor à conhecer a sua turma de fato.

Desse modo, os docentes terá embasamento para trabalhar em cima das tais dificuldades que podem estar relacionada a fatores, como problemas na família, problemas de relacionamento com professores ou colegas, entre outros. Além dessas dificuldades citadas anteriormente, o professor pode vir a enfrentar em sala de aula outros problemas ligados a transtornos como: dislexia, discalculia, disgrafia e disortografia.

Também é relevante que o professor se atente aos próprios alunos, buscando conhecê-los individualmente, isso é fundamental para que seja possível entender o perfil de aprendizagem da turma e como planejar as aulas de forma em que todos os alunos possam acompanhar o conteúdo apresentado, sem que se sintam deixados de lado ou ignorados.

Para colocar isso em prática, primeiramente, antes do docente realizar o planejamento de aula, é necessário observar a grade curricular e os conteúdos que serão abordados. Independente de qual for essa matriz curricular, sempre há uma maneira de inserir os temas transversais junto deles. Basta interligar os conteúdos com as situações de interesse da comunidade escolar, associada à realidade dos estudantes. Também é essencial trocar informações com outros professores, discutindo quais são os assuntos que estão sendo abordados em suas aulas, juntos, podem discutir formas de conectar esses conteúdos através dos temas transversais (BARROSO, 2018).

Os temas transversais são conteúdos apresentados nos documentos dos parâmetros curriculares nacionais, que foram criados pelo governo brasileiro para incentivar a abordagem de questões como ética pluralismo cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual, diversidade e inclusão. A discussão desses temas em sala de aula visa promover a interdisciplinaridade, estimulando a participação dos alunos e incentivando sua reflexão

sobre a realidade. Associando os conteúdos das disciplinas com o seu cotidiano (OLIVEIRA, 2018).

3.2 A dificuldade associada a desordens

A dificuldade está associada a desordens ou um grupo de desordens que podem estar ligadas a algum distúrbio ou transtorno, mas também podem não estar. O termo geral que se refere a essas dificuldades refere-se a um grupo heterogêneo de desordens manifestadas por dificuldades significativas na aquisição e utilização da compreensão auditiva, da fala, da leitura, da escrita e do raciocínio matemático.

As condições para o aprender podem ser prejudicadas por vários fatores, como quando alguém possui um vínculo negativo com o docente ou com o próprio ensino em si, certamente, nesse caso, haverá problemas de aprendizagem.

A questão afetiva irá fazer parte das soluções para o aprender (ela é necessária), contudo, não é diretamente tratada como um problema de aprendizagem (de forma patológica).

O pilar que influencia, de forma direta, como causa para um distúrbio de aprendizagem, seriam as condições neurológicas, ou seja, o cérebro. Pesquisas apontam que esses problemas, por norma, estão associados ao sistema nervoso central (SNC), portanto, suas disfunções estão associadas ao uso da audição, fala escritos, raciocínio lógico, matemática e sistema motor.

As possíveis causas de muitas dificuldades de aprendizagem, são ocasionadas por intermédio de lesões cerebrais (que podem ser congênita ou adquirida). Outro parâmetro desses distúrbios são alterações do desenvolvimento cerebral, ou seja, quando ainda durante a gestação, com o sistema nervoso do bebê em desenvolvimento sofre algum tipo de mudança durante a embriogênese. Essa alteração pode ocorrer por diversas variáveis, algumas, ainda não podem ser detectadas de forma específica pela medicina (DE OLIVIER, 2020).

Dentro do SNC existem os processos neuropsíquicos cognitivos, dentro desses processos, estão destacados o processamento perceptivo ou as gnosias, o processamento psicomotor ou praxias, a atenção, memória, pensamento e desenvolvimento linguístico. Por esse viés, constata-se que alterações em qualquer um desses processos neurológicos, podem levar a dificuldades e distúrbios de aprendizagem (DE OLIVIER, 2020).

As gnosias estar associadas ao reconhecimento de um objeto ou estímulo por meio de uma mobilidade sensorial, como é o caso da visão, audição, olfato ou tátil. O estímulo é captado na modalidade sensorial correspondente e interpretado pelo sistema nervoso. Alguma alteração nesses processos é quando os estímulos sensoriais chegam mas não produzem uma resposta ou ainda na impossibilidade de reconhecer objetos através de uma modalidade sensorial.

As praxias são problemas associados à coordenação motora, ele consiste no processo psicomotor responsável pela execução de atos voluntários aprendidos durante a vida (comer, vestir, caminhar, dentre outros). O processo psicomotor se dá em até três dimensões: motora (equilíbrio, tenacidade, controle e dissociação dos movimentos), cognição (noção de tempo e espaço) e afetiva (está relacionada a forma com que cada pessoa aprende) (DE OLIVIER, 2020).

Crianças que inicia o processo de alfabetização sem possuir as noções de posição e orientação espacial podem apresentar os seguintes problemas em sua aprendizagem: confundir letras que diferem quanto à orientação espacial, ter dificuldades de respeitar a ordem nas palavras e das palavras nas frases e ser incapazes de locomover os olhos no sentido esquerdo-direito (pula uma ou mais linhas durante a leitura).

Além disso, pode ocorrer que em sua escrita, não respeitam a direção horizontal do traçado, não escrevem dentro dos limites da folha possuem dificuldade na organização do seu material escolar e com frequência esbarram em objetos e em pessoas.

Por norma, o transtorno de aprendizagem é definido como um desempenho incomum na leitura, escrita e matemática (abaixo do esperado) para a idade e escolaridade desses estudantes (DE OLIVIER, 2020).

Essas dificuldades estão relacionadas ao processo cognitivo (processos linguísticos, atenção, memória ou a combinação destes). Além da ausência de retardo mental e/ou deficiência visual e auditiva. Esses problemas também estão associados aos níveis de instrução inadequados.

3.3 O professor em relação à dificuldade de aprendizagem

Campos e Casemiro (2007) compara o professor a um artista plástico, que é capaz de pegar uma matéria bruta, e esculpe e tornar em algo perfeito e belo. Considera que a docência se encontra mais na humanidade, que se envolve que se emociona e esforça-se na construção humana.

O professor a cada ano que passa, ele tem uma nova turma com personalidades e dificuldades bem distintas. Por isso é tão importante uma pequena avaliação no primeiro dia de contato com a turma, é como se fosse o levantamento de informações sobre o nível dos alunos, e conhecendo todos, claro o docente não vai aprender o nome de todos no primeiro dia, mas nesse primeiro contato ele vai assimilar as características de cada um. Desse modo, ele avaliará o melhor modo de trabalhar com essa turma em questão.

Os níveis de especialização em que um professor deve ir, é além da formação na graduação, porque é somente a base, e também não deve ser só pela demanda do mercado, os limites devem ser bem maiores. Para que o professor faça um bom trabalho. Segundo Campos e Casemiro (2007), o professor não deve limitar-se a saberes raros, mas ele deve ser um ser criativo, a experiência, a paciência, a vivência e o tempo. Com isso, ele ganhará mais maturidade como professor, e em ser professor.

4. ESTRATÉGIAS DE DOCENTES

4.1 Estratégias de ensino para alunos com dificuldades de aprendizagem em sala de aula

Segundo De Lacerda e Dos Santos (2011), em meio a todas as responsabilidades importantes de um professor, um dos construtos mais críticos para o desempenho do aluno é o apoio a alunos individuais. Esse suporte é especialmente necessário para alunos que lutam com habilidades e conceitos específicos, incluindo aprendizagem social e emocional. Portanto, é essencial que os professores conheçam métodos de apoio para estudantes com dificuldades de aprendizagem, como os que serão citados acima. É válido destacar que também é preciso observar a realidade de cada estudante, assim como a presença ou não de um problema mais grave, como é o caso da discalculia ou TDAH.

Professores eficazes conhecem seus alunos. Mesmo antes da modelagem instrucional explícita, os professores eficazes conhecem e compreendem os pontos de partida cognitivos e sociais / emocionais de cada aluno. Eles sabem o que os motiva e os estimula a aprender em um nível mais profundo.

Muitos pesquisadores entendem que procurar conhecer os alunos, faz toda a diferença no alcance dos objetivos educacionais (DA SILVA LOPES *et al.*, 2019).

Os professores mais impactantes veem os alunos não como "outro rosto na multidão", mas como pessoas individuais e únicas com diferentes diferenças, pontos fortes e oportunidades de melhoria. Da mesma forma, quando os alunos individualmente

sabem que são cuidados e amados por seu próprio professor, eles normalmente oferecem um esforço genuíno, dando ao professor uma imagem clara do nível correto de apoio a ser fornecido ao aluno. Esses apoios irão eventualmente estimular os alunos a se tornarem pensadores autodirecionados e críticos que podem trabalhar de forma interdependente em direção a objetivos comuns do grupo.

Outro ponto relevante é a criação de um planejamento de acordo com os níveis do estudante. O planejamento e a implementação de ensino diferenciado tornam todos os alunos responsáveis pelo aprendizado em seu próprio nível de prontidão. Também responsabiliza o professor por ministrar a instrução planejada nesses níveis específicos; alcançando assim todos os alunos.

A diferenciação precisa da instrução é uma habilidade pedagógica muito desafiadora de se dominar. 'Precisão' no processo de planejamento significa que os professores devem começar a instrução no nível atual de desenvolvimento dentro da sala de aula. Como tal, começar a instrução na linha de partida correta fornece uma forte alavanca para apoiar os alunos no início, meio e final de uma aula. Acima de tudo, o planejamento cuidadoso e a instrução personalizada comunicam ao aluno que ele é importante o suficiente para projetar um caminho educacional personalizado que se baseia em seus conhecimentos e habilidades existentes e atende às suas necessidades acadêmicas e sociais (DA SILVA LOPES *et al.*, 2019).

Antes de esperar que qualquer aluno trabalhe de forma independente ou interdependente, os professores eficazes modelam por meio de instrução direta ou explícita.

O objetivo principal do professor é ajudar os alunos a adquirir informações e habilidades básicas por meio de instrução e modelagem explícitas. Esse processo envolve o professor pensando em voz alta (por exemplo, como um locutor de esportes anunciando a cena) e explicitamente demonstrando a atividade de aprendizagem. Para a maioria dos alunos, à medida que a lição avança, os alunos assumem a responsabilidade de aprender de forma independente ou de dominar a aprendizagem. Mas para o aluno com dificuldades, o professor gira em torno de apoios adicionais durante cada fase da estrutura de liberação gradual de responsabilidade.

A gravidade da luta demonstrada pelos alunos reflete o nível de suporte necessário. Aqui, o professor responde imediatamente à luta específica, fornecendo suportes de andaime para fechar esse déficit de aprendizagem. Por exemplo, um suporte

baseado em pesquisa para os alunos é fornecer representações visuais para palavras que os alunos estão aprendendo. Usada corretamente, esta estratégia pode apoiar efetivamente todos os alunos em todos os níveis de conteúdo e série. Esta implementação de apoios nivelados corretos pode ser concluída por meio da avaliação dos alunos pelo professor ao longo da aula planejada (DA SILVA LOPES *et al.*, 2019).

Outro ponto importante é a avaliação com os alunos não pode e não deve ser deixada para o final da aula. Em vez disso, a avaliação e o monitoramento da compreensão do aluno devem ser feitos durante todo o período. Especificamente, cada fase da liberação da estrutura de responsabilidade deve incluir um recurso de avaliação formativa. Recomendamos avaliações como registros anedóticos, observações / anotações, questionamentos estratégicos, quadros brancos de alunos individuais, etc., para que uma resposta imediata possa ser implementada pelo professor. Esta resposta de avaliação pode direcionar efetivamente o aluno de volta ao trabalho preciso e uma maior compreensão do conceito.

4.1 Estratégias para tentar minimizar essas dificuldades

Os fatores que contribuem para a dificuldade de aprendizagem foram elencados. A partir dos pontos trabalhados, mencionaremos algumas formas para que esses alunos não se sintam sozinhos ou desorientados em sala por não se familiarizarem.

Coll, Marchesi e Palacios (2004) colocam a importância de trabalhar de forma individual por parte dos professores com crianças com dificuldades de aprendizagem para evolução no contexto escolar, tais mediações devem ser coordenadas de forma mais precisa possível nos ambientes familiar e escolar, já que é nestes ambientes que as crianças passam maior parte do seu tempo. Isso acontece porque, por muitas vezes, a vergonha pode fazer com que esses alunos tenham medo de exterminar as suas indagações, por medo de serem julgados. Então esse vínculo entre professor e aluno, professor e família imprescindível.

Por óbvio, essas crianças terão o seu acompanhamento com especialistas, mas trabalho feito pelos professores e pais é necessário, trabalhando com estímulos nos seus ambientes, e, assim, favorecendo a construção do conhecimento.

Outro ponto que deve ser feito após a identificação da criança com dificuldade é rever a questão do planejamento, porque não é sábio ficar repetindo métodos que já não respondem as necessidades do aluno. Nesse aspecto haverá uma adaptação para melhor

desempenho no trabalho, ajustando os diferentes elementos da linguagem aos conhecimentos prévios e as suas possibilidades compreensivas.

Nessa adaptação de planejamento pode ser inseridos jogos como ponto de apoio para aprendizagem, em todos os eixos de dificuldade pode ser utilizada esse recurso, porque é algo que prende a atenção e, além disso, está acontecendo à aprendizagem de um jeito diferente. Contudo, não será só isso que deverá ser inserido no novo planejamento, o modo como a aula será ministrada mudará, criando assim outros meios de estímulos seja: visuais, orais e gestuais. Para que essas crianças com dificuldade comecem a se sentir inseridos, porque querendo ou não, às vezes elas se sentem deslocadas.

Contudo, o docente não deve fazer planejamento A ou B, sem ter como dito anteriormente uma avaliação prévia para saber os conhecimentos que o aluno tem como base na sua bagagem, porque em nenhuma fase o aluno vem como um prato limpo, sempre tem um conhecimento vindo da família, amigos ou outros. Então esse conhecimento deve ser respeitado.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A literatura demonstrou que métodos ativos de aprendizagem como a transversalidade, planos de ensino o afeto docente, avaliação, podem ser aliados como estratégias desenvolvidas com alunos com dificuldade de aprendizagem no primeiro ano do ensino fundamental, uma vez que esses métodos estão relacionados com a inserção do aluno no processo de ensino, que antes se limitava a um estudo de forma automática, apenas anotando e memorizando o que era passado pelo professor (MORO; CARLESSO, 2019).

A aplicação desses métodos, apesar de inovadores, ainda é uma dificuldades para muitos docentes, que mesmo com todo o conhecimento técnico e teórico, ainda não conseguem ter sucesso no direcionamento do aluno. A literatura também determinou que esses métodos ativos não são difíceis de serem aplicados, e podem ser incorporados por meio de ferramentas simples. O afeto docente é uma ferramenta simples e eficaz

O estudo mostrou que para o professor desenvolver estratégias com alunos com dificuldade de aprendizagem é necessário um diagnóstico complexo, e deve ser realizado não apenas por um profissional da saúde, mas identificado pelo educador e pelos

pais dos alunos, considerando que eles envolvem não apenas aspectos comportamentais e educacionais, mas também biológicos (DE OLIVIER, 2020).

A compreensão das deficiências intelectuais dos alunos são fatores importantes para os pedagogos, para evitar o fracasso escolar e também que estudantes criem uma falta análise sobre o processo de ensino e aprendizagem, como se a escola fosse algo ruim. Por isso, compreender quais são os métodos utilizados para evitar problemas no ensino e aprendizagem são fundamentais, e devem ser trabalhado desde a formação do pedagogo, até sua extensão acadêmica (DE OLIVIER, 2020).

O diagnóstico para alunos da primeira série é difícil, e deve ser feito com o auxílio de uma equipe multidisciplinar, caso contrário, o fracasso escolar é possível.

Para o professor desenvolver estratégias com alunos com dificuldade de aprendizagem a leitura, é essencial, uma vez que ela é essencial não apenas para o desenvolvimento cognitivo dos estudantes da primeira série, mas também para que eles possam aprender disciplinas de cálculo.

Um estratégia inicial e bem simples que o docente pode desenvolver com alunos com dificuldades de aprendizagem, e a estratégias da aproximação, do vínculo com o aluno e família.

As condições para o aprender podem ser prejudicadas por vários fatores quando alguém possui um vínculo negativo com o docente (quem está ajudando a construir a aprendizagem) ou com o próprio ensino em si. Certamente, nesse caso, haverá problemas de aprendizagem. Não obstante, essas dificuldades de aprendizagem relacionadas ao lado afetivo.

A questão afetiva irá fazer parte das soluções para o aprender (ela é necessária), contudo, não é diretamente tratada como um problema de aprendizagem (de forma patológica).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa mostrou que muitos alunos possuem alguma dificuldade de aprendizagem, e que por isso, é necessário um diagnóstico precoce, e o acompanhamento de uma equipe multidisciplinar para o seu desenvolvimento acadêmico.

Estudantes com algum distúrbio de aprendizagem estão sujeitos a diversos problemas internos e externos à escola, portanto, é fundamental que eles tenham acesso

a métodos ativos de aprendizagem e a presença de profissionais qualificados para atendê-los.

O estudo também concluiu que os distúrbios de aprendizagem possuem um caráter heterogêneo, portanto, analisar as dificuldades do estudante em várias áreas do conhecimento, é importante para entender qual é a sua principal dificuldade, assim como quais metodologias e ferramentas podem ser direcionadas para melhorar o seu desempenho acadêmico, que certamente irá influenciar na sua vida pessoal.

Uma das limitações desse estudo foi que a pesquisa bibliográfica faz uma releitura da visão de outros autores, ao passo que é possível abordar vários assuntos, eles inferem em uma análise geral do tema, algo que apenas seria possível com um estudo de caso. Contudo, é evidente que diversos conteúdos associados aos distúrbios de aprendizagem e também as metodologias para facilitar o processo de ensino desses alunos foram abordadas.

7. REFERÊNCIAS

BARROSO, João. **A transversalidade das regulações em educação: modelo de análise para o estudo das políticas educativas em Portugal.** Educação & Sociedade, v. 39, n. 145, p. 1075-1097, 2018.

BOSSA, Nádia. **Dificuldades de Aprendizagem: o que são? Como tratá-las?** Porto Alegre: Artmed; 2000.

CAMPOS, Casemiro de Medeiros. **Saberes docentes e autonomia dos professores.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação. Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais.** 2ª. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 3v.

DA SILVA LOPES, Carlos et al. **Desenvolvimento e Aplicação de um Jogo Didático De Cálculo Químico No Ensino De Alunos Com Dificuldade De Aprendizagem.** Revista de Educação, Ciências e Matemática, v. 9, n. 2, 2019.

DE LACERDA, Cristina Broglia Feitosa; DOS SANTOS, Lara Ferreira; CAETANO, Juliana Fonseca. **Estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos**. Coleção UAB– UFSCar, p. 101, 2011.

DE OLIVIER, Lou. **Distúrbios de aprendizagem e de comportamento**. Digitaliza Conteúdo, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem?**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

MORO, Leticia Gonçalves Borin; CARLESSO, Janaína Pereira Pretto. **Dificuldades e Distúrbios de Aprendizagem**: nos Primeiros anos de Escolarização. *Research, Society and Development*, v. 8, n. 5, p. e4385966-e4385966, 2019.

OLIVEIRA, Cícero. **Ensino de filosofia, formação e interdisciplinaridade**. Griot: revista de filosofia, v. 17, n. 1, p. 193-203, 2018.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999. P.334

SMITH, Corinne; STRICK, Lisa. **Dificuldade de aprendizagem de A a Z**: Um guia completo para pais e educadores. Porto Alegre: Artmed, 2007.



Capítulo 2

UMA ANÁLISE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS DE MARKETING DIGITAL POR SHOPPING CENTERS DE UMA CAPITAL DA AMAZÔNIA ORIENTAL

DOI: 10.29327/562393.1-2

Alan Carlos Pereira da Costa
Lucas de Brito Lordeiro
Sheila Trícia Guedes Pastan

UMA ANÁLISE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS DE MARKETING DIGITAL POR SHOPPINGS CENTERS DE UMA CAPITAL DA AMAZÔNIA ORIENTAL

Alan Carlos Pereira da Costa

Lucas de Brito Lordeiro

Dr^a Sheila Trícia Guedes Pastana

RESUMO

As empresas sofrem influências de diversas variáveis presentes no ambiente onde estão inseridas, dentre essas variáveis, há um destaque para a tecnológica, onde por meio de seus avanços, têm alterado de forma significativa o comportamento das pessoas. Devido à popularização da internet a partir do início do século, novas formas de relacionamento, comercialização de produtos e serviços têm surgido em meios digitais, e o marketing teve que se adaptar a essas formas para cumprir seu objetivo principal: satisfazer as necessidades e desejos de consumidores por meio de ofertas de valor. Dentro desse contexto, o marketing digital surge como possibilidade de tornar as empresas mais competitivas e eficientes no mercado onde estão inseridas. O presente trabalho teve como objetivo identificar as principais estratégias de marketing digital utilizadas por shoppings centers da região amazônica, especificamente na capital do estado do Amapá. A tipologia adotada foi de pesquisa exploratória, de natureza aplicada e abordagem qualitativa. Os resultados apontaram que as principais estratégias de marketing digital utilizadas pelos principais shoppings centers de Macapá são a presença em redes sociais, posicionamento estratégico em sites de busca (SEO), a propriedade de sites e utilização de marketing de conteúdo. A importância desse trabalho está no fomento da discussão sobre marketing digital na região amazônica e na importância do estudo das organizações varejistas.

Palavras-chave: Marketing digital. Estratégia. Varejo. Shoppings Centers.

ABSTRACT

The companies are influenced by several variables present in the environment where they are inserted, among these variables, there is a highlight for the technological, where through their advances, have significantly altered the behavior of people. Due to the popularization of the internet from the beginning of the century, new forms of

relationship, marketing of products and services have arisen in digital media, and marketing had to adapt to these forms to fulfill its main objective: to satisfy the needs and desires of through value offers. Within this context, digital marketing appears as a possibility to make the companies more competitive and efficient in the market where they are inserted. The present work aimed to identify the main digital marketing strategies used by shopping malls in the Amazon region, specifically in the state capital of Amapá. The typology adopted was an exploratory research, of an applied nature and qualitative approach. The results pointed out that the main digital marketing strategies used by the main shopping centers in Macapá are presence in social networks, strategic positioning in search engines (SEO), site ownership and use of content marketing. The importance of this work is the promotion of the discussion about digital marketing in the Amazon region and the importance of the study of retail organizations.

Keywords: Digital marketing. Marketing Tools. Retail. Shoppings Centers

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o ambiente organizacional vem se tornando mais competitivo e a gestão das empresas do varejo e dos shoppings centers vem a cada dia desempenhando um papel mais importante, especialmente, junto ao consumidor, cada vez mais conectado ao ambiente virtual.

Nesse cenário, este estudo tem como objetivo principal identificar as principais estratégias de marketing digital utilizadas pelos shoppings centers na região amazônica, especificamente na capital do estado do Amapá. Desse modo, os objetivos específicos são os seguintes: identificar quais são as principais estratégias de marketing e como essas estratégias são utilizadas no varejo.

Um dos fatores que motivaram a escolha do tema foi à escassez de pesquisas sobre estratégias de marketing digital no varejo na região amazônica, visto a importância das organizações nesse formato para a economia e sociedade amazônica, além da crescente popularização do acesso da internet na região.

Diante de um mercado competitivo em que as empresas devem buscar novas formas de atrair o consumidor para se manterem competitivas, a utilização adequada do marketing é essencial para o alcance dos objetivos organizacionais. Nesse sentido, o presente trabalho buscou respostas para o seguinte problema de pesquisa: como se dá a utilização de ferramentas de marketing digital pelos shoppings de Macapá? Diante desse

problema de pesquisa, inicialmente vislumbrou-se uma hipótese, que essas ferramentas são subutilizadas pelos shoppings centers de Macapá.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a tipologia adotada foi de pesquisa exploratória, de natureza aplicada, onde o método de abordagem do problema foi o qualitativo. A estratégia de pesquisa utilizada para o atendimento dos objetivos do trabalho foi à abordagem de estudo de campo. A princípio, foi realizada a pesquisa bibliográfica e *a posteriori* entrevistas estruturadas com os gerentes dos dois maiores shoppings centers de Macapá, visando identificar e analisar as principais estratégias de marketing digital. Para apropriada análise dos dados, utilizou-se a análise do conteúdo.

Desse modo, tal pesquisa mostra-se importante para segmento do varejo, em especial, para os gestores do varejo e dos shoppings centers da capital do estado do Amapá, na região amazônica.

Este trabalho está dividido em cinco partes: introdução, que descreve uma visão geral sobre o estudo; referencial teórico, que discute os principais conceitos sobre marketing, marketing digital, varejo e shopping center; metodologia, que indica os métodos e procedimentos utilizados na realização desse estudo; análise dos resultados, onde são apresentados e discutidos os resultados com base nos dados coletados; e considerações finais, onde estão dispostas as principais contribuições desse estudo, pontos fracos, limitações e propostas para estudos futuros.

2. MARKETING

As empresas estão inseridas em um cenário cada vez mais competitivo, complexo e mutável. Dentro desse contexto, as organizações devem buscar maximizar a eficiência com os recursos disponíveis de modo a manterem-se competitivas no mercado onde estão inseridas. Em um ambiente de crise como a atual, as ações e estratégias de marketing no varejo tendem a ser suprimidas primeiro, devido ao orçamento limitado, porém, as ações de marketing podem servir como um importante diferencial competitivo para entender como os consumidores se comportam na crise e na formulação de estratégias para captar e fidelizar clientes nesse contexto.

Há na literatura, diversas definições sobre o que vem a ser marketing. Contudo, é comum que o conceito de marketing tradicional seja relacionado a termos como promoção, propaganda, vendas e comercialização de produtos, apesar do conceito de marketing, se na realidade, bem mais amplo (KAMLOT, 2017). A palavra marketing

origina-se da língua inglesa, derivada da palavra Market, que traduzida para o português significa mercado. Pode-se dizer que marketing expressa todas as ações empresariais voltadas para o mercado, que tem este como sua razão e foco de suas estratégias. Um dos primeiros conceitos que definiu o que é marketing, foi da Associação Americana de Marketing, que apresentou a seguinte definição:

Marketing é o processo de planejamento e execução da concepção, preço, promoção e distribuição de ideias (*sic*), bens e serviços, organizacionais e eventos para criar troca que venha a satisfazer objetivos individuais e organizacionais (AMA apud LAS CASAS, 2006, p. 9).

Marketing pode ser compreendido como uma função empresarial responsável por criar valor para o cliente de modo a gerar uma vantagem competitiva duradoura para a empresa por meio da gestão estratégica das variáveis controláveis do mix de marketing a fim de atrair e fidelizar clientes (DIAS, 2005).

Kotler (1998), afirma que marketing é um processo social pelo qual indivíduos e grupos obtêm o que desejam por meio da criação, oferta e troca de valor com outros. Portanto, marketing também pode ser entendido como um processo social tendo seu foco em satisfazer às necessidades de organizações e indivíduos ou grupos por meio da troca de produtos e serviços que gere valor para ambas as partes envolvidas no processo.

2.1 Marketing digital

As empresas sofrem influências de diversas variáveis presentes no ambiente onde estão inseridas, dentre essas variáveis, há um destaque para a tecnológica, onde por meio de seus avanços, tem alterado de forma significativa o comportamento das pessoas. Devido à popularização da internet a partir do início do século, novas formas de relacionamento, comercialização de produtos e serviços tem surgido em meios digitais, e o marketing teve que se adaptar a essas formas para cumprir seu objetivo principal: satisfazer as necessidades e desejos de consumidores por meio de ofertas de valor.

Diante disso, o marketing digital se posiciona como sendo, de acordo com Costa et al (2015), “um instrumento de suma importância na estratégia empresarial atual, seja para elevar a lucratividade, melhorar a imagem da organização, conseguir uma diferenciação no mercado ou conquistar novos clientes”.

Por se caracterizar como uma vitrine de escala mundial, com ferramentas acessíveis que tornam todos os competidores iguais, o marketing digital proporciona oportunidades de conquistas de mercados que vão muito além das divisas geográficas, ideal para negócios de pequeno porte ou que não dispõem de grande estrutura física nem de um robusto capital financeiro.

Cruz e Silva (2014) argumentam que o marketing digital possibilitou a ampliação das relações já existentes entre as empresas e consumidores, com auxílio da internet como meio de divulgação de informações sobre produtos e serviços oferecidos pela empresa. Além disso, percebe-se que o marketing digital também é utilizado como instrumento de apoio à conquista de novos mercados, visto que uma vez na internet por meio de um site, blog ou perfil em redes sociais, a empresa ultrapassa as barreiras geográficas.

Com base no exposto, o marketing digital pode ser considerado como o marketing tradicional aplicado a internet, porém, nem todas as estratégias do marketing tradicional podem ser aplicadas ‘cruas’ na internet, pois o modo como as pessoas se comportam *online* difere da vida real. Nesse sentido, a pesquisa de mercado se torna essencial para entender o comportamento das pessoas quando estão *online* de modo a coletar informações que irão ajudar no processo da tomada de decisão.

Outra grande ferramenta do marketing digital é aumentar os vínculos com o cliente interno, com a utilização de redes sociais, bate papo, intranet, treinamentos e cursos *online*. Dessa forma, o marketing digital aliado ao endomarketing surge como uma importante ferramenta para otimizar a comunicação interna na empresa (BERNARDO AT ALL, 2013).

2.2 Varejo

Bernadino et al (2006) expõe que o varejo é responsável pelo atendimento das necessidades dos consumidores, disponibilizando produtos e serviços ao seu alcance da forma mais adequada e conveniente. Sendo assim, o varejo pode ser compreendido como o processo de venda de serviços e produtos para atender uma necessidade do consumidor final.

Muitas instituições praticam o varejo, como os fabricantes, atacadistas e varejistas. Porém, a maior parte do varejo é feita por varejistas, cujas empresas vêm, originalmente, do varejo. Kotler e Armstrong (2015) caracteriza varejo como as

atividades envolvidas no processo de venda de produtos ou serviços diretamente a consumidores finais para seu uso pessoal e não comercial.

O varejo então pode ser definido de forma simplificada como o elo entre a indústria e o consumidor, assumindo um papel intermediário. Porém, o papel do varejo é muito mais complexo do que o apresentado anteriormente, uma vez que este tem como competência a apresentação e distribuição dos produtos e serviços colocados a disposição do consumidor final (DOIN; SILLAS, 2007).

As empresas que praticam o varejo podem apresentar-se de diversas formas e tamanhos, dentre as principais, Kotler e Armstrong (2015) destaca as seguintes como mais importantes: lojas especializadas, loja com poucas linhas de produtos; loja de departamentos loja que comercializa diversas linhas de produtos; Supermercado, loja de autosserviço relativamente grande com produtos de mercearia e itens para casa; Loja de Conveniência, loja relativamente pequena que comercializa uma linha limitada produtos de conveniência a um preço alto; Loja de desconto, loja que comercializa produtos a um preço baixo; Superloja, caracterizada como sendo uma loja muito grande que atende todas as características dos clientes no que diz respeito a produtos alimentícios e não alimentícios.

Apesar de o varejo se caracterizar inicialmente pela venda ou prestação de serviços num ponto de venda fixo, um fenômeno tem mudado essa realidade: a venda de produtos e serviços pela internet, ou seja, o varejo eletrônico, graças aos avanços tecnológicos que possibilitam vencer as barreiras. Bernadino et al (2006), destaca que os consumidores ainda valorizam o ato de tocar, ver ou provar um produto.

Kotler e Armstrong (2015) argumenta que o crescimento do varejo *online* é uma tendência mundial, visto que as grandes lojas varejistas do mundo já o utilizam. Sendo assim, o varejo *online* pode vir a complementar o varejo tradicional, não a substituí-lo, pois algumas experiências como as sensoriais não podem ser reproduzidas no ambiente virtual.

O varejo tem passado por grandes mudanças, além do crescimento do varejo *online* e a necessidade de adaptação das empresas para essa tendência, as redes varejistas têm enfrentado dois grandes desafios: a aquisição de várias redes locais pelos grandes grupos varejistas nacionais e internacionais que tem se refletido em vários níveis como nos relacionamentos, rotatividade ambientação e serviços; e a carência de profissionais mais qualificados para as áreas administrativas, operacionais e de atendimento ao cliente.

Tal fato tem direcionado os esforços para investimento em treinamento e desenvolvimento, a fim de manter a organização mais competitiva. (DOIN; SILLAS, 2007).

2.3 Shoppings Centers

Kotler e Armstrong (2015), conceituam shopping center como sendo “um grupo de negócios de varejo de propriedade conjunta, planejado, desenvolvido e administrado com uma unidade”. A origem desse tipo de empreendimento foi nos Estados Unidos na década de 50 e só chegou ao Brasil em 1966. Atualmente existem 548 shoppings no Brasil e que geraram em 2015 um total de R\$ 156 bilhões de reais, representando 19% de vendas em relação ao varejo nacional nesse mesmo ano (ABRASCE, 2016).

Os shoppings centers podem ser classificados em regional, que abriga de 50 a mais de 100 lojas; local, que contém entre 15 e 50 lojas e centros comerciais locais que tem entre cinco e 15 lojas. Apesar dessa classificação, os shoppings centers podem se apresentar de outros formatos como centrais de poder (power centers) e centro de estilo de vida (KOTLER; ARMSTRONG, 2015).

Vanceatal (2009) expõe que o shopping center possibilita a satisfação de várias necessidades dos consumidores em um mesmo local de compra, visto que os centros urbanos apresentam uma crescente insegurança e que as pessoas estão com cada vez menos tempo disponível. Os autores ainda argumentam que ao longo dos anos, o shopping center evoluiu de modo a colocar a disposição do consumidor opções de entretenimento e serviços de diversas áreas, tais como: cinema, bancos, supermercados, academias de ginástica, entre outros.

Hastreiter et al (2000, p. 12) argumenta que “entender não apenas o que é um SC mas o que os consumidores esperam que ele seja é um passo importante na formulação de estratégias e na sobrevivência e lucratividade futura do empreendimento”. Nesse sentido, esse autor identificou em seus estudos quatro grupos de consumidores que vão aos shoppings centers por motivos diferentes e desse modo os avaliam de forma diferente:

Quadro1- Tipologia de Consumidores com base nas Razões e Motivações para frequentar SCs

Grupo	Motivação
Práticos	Utilizam o Shopping Center para comprar, comer, se divertir e encontrar amigos, devido à segurança e as facilidades oferecidas

Comodista	Buscam principalmente opções de compra e cinema, motivados pelo conforto e comodidade que a estrutura oferece
Hedonistas	Buscam no shopping principalmente um lugar para diversão e lazer
Afixionados	Utilizam tudo que o SC oferece: opções de compra, serviços, lazer, refeições e diversão, considerando-o adequado para satisfazer toda e qualquer necessidade.

Fonte: HASTREITER et al, 2000, p. 6 (Adaptado)

Dessa forma, um passo importante para criação de estratégias para captação e fidelização de clientes e sobre o posicionamento desse tipo de estabelecimento, é entender qual é o perfil dos consumidores que nele satisfazem suas necessidades.

3. METODOLOGIA

Este trabalho teve como objetivo geral identificar as principais estratégias de marketing digital utilizadas pelos shoppings centers na região amazônica, especificamente na capital do estado do Amapá; e como objetivos específicos identificar quais são as principais estratégias de marketing digital e como essas estratégias são utilizadas no varejo, além de correlacionar os resultados com a literatura sobre o assunto. Para chegar até esses objetivos, foi feita primeiramente uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Köche (1997), é indispensável para qualquer tipo de estudo, pois tem como objetivo analisar as principais contribuições teóricas sobre determinado assunto. No caso deste trabalho, a pesquisa bibliográfica teve como intuito aumentar grau de conhecimento sobre a temática marketing digital.

O método utilizado para o desenvolvimento da pesquisa foi o exploratório qualitativo e o universo da pesquisa foi à cidade de Macapá, onde foram escolhidos os dois principais shoppings centers da cidade. Para fazer a coleta de dados, primeiramente foi aplicado um questionário com questões fechadas (estruturado) aos gestores de marketing dessas empresas. Logo após, foi feita uma observação na internet a respeito dessas empresas a fim de cruzar informações para o alcance dos objetivos. Webstere Watson (2002) colocam que não existe uma fórmula certa para realizar uma pesquisa, ou seja, não existe uma receita de bolo pronta. Desse modo, este trabalho foi modelado de acordo com o objetivo e a problemática.

Para a elaboração do roteiro de entrevista, foi levado em consideração exposições sobre marketing digital, endomarketing digital, ferramentas de marketing digital,

shoppings centers dos seguintes autores: Costa et al (2015), Okada e Souza (2011), Bernardo et al (2013) e Abrasce (2016).

Quadro 2- Roteiro de entrevista

É utilizada alguma ferramenta de marketing digital nesta empresa?
Existe alguma estrutura dentro deste shopping center voltada para o gerenciamento do marketing digital?
Se sim, qual?
Quais as principais ferramentas de marketing digital utilizadas?
Dentre as ferramentas de marketing digital, qual gerou maior retorno?
Quais as principais dificuldades na implementação de estratégias de marketing digital?
Em relação ao marketing tradicional, o quanto o marketing digital é mais eficiente?
Qual a orientação dada aos lojistas em relação à utilização do marketing digital?
Qual a recepção dos lojistas em relação às estratégias de marketing digital utilizadas?
O quanto o marketing digital tem contribuído para o alcance dos objetivos organizacionais
Quais ferramentas do endomarketing digital são utilizadas na empresa?
Quais as expectativas da utilização do marketing digital como enfrentamento do atual cenário econômico?

Fonte: Autores (2016)

Durante a coleta de dados, notou-se certa resistência por parte de uma das empresas em responder o formulário de pesquisa, mesmo sendo explicado em contatos feitos via telefone e e-mail sobre o caráter científico da pesquisa e sobre sua relevância para a temática. Uma providência tomada foi garantir o sigilo da empresa, porém o retorno foi parcialmente positivo.

Como forma de não desconsiderar os dados dessa empresa sobre a problemática, foi realizada uma observação na internet verificando questões como: foi digitado o nome da empresa no maior buscador de informações da internet a fim de observar o posicionamento da mesma, observou-se se a mesma se utiliza de mídias sociais para criar relacionamentos com os clientes e divulgar informações, verificou-se as reclamações existentes dessa empresa em sites especializados e se foram resolvidas. Por fim, utilizou-se da análise de conteúdo para melhor interpretação dos dados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na empresa A, que se disponibilizou a responder o formulário, foi identificado que a mesma se utiliza de ferramentas do marketing digital, como site e páginas em redes sociais como instagram e facebook. Atualmente se alguma empresa quiser se manter competitiva no mercado em que atua, mesmo que tenham um formato tradicional, deve ter pelo menos uma página na internet ou um perfil nas redes sociais onde seus consumidores estão (ALEXANDRINE et al, 2011).

Porém, apesar de manter um site e perfil em páginas de redes sociais, esta empresa terceiriza os principais serviços de marketing digital. Desse modo, a mesma não consegue mensurar qual ferramenta de marketing digital tem gerado maior retorno ou quais as principais dificuldades em se trabalhar com marketing digital neste segmento. Tal fato apresenta dois aspectos: o primeiro, negativo, pois a empresa não tem sobre seu controle direto o gerenciamento com os consumidores nessas ferramentas, deixando essa função a cargo de outra empresa; e o segundo, positivo, pois a partir do momento em que esta empresa terceiriza esse serviço, está deixando aos cuidados de uma empresa especializada em marketing digital, e pode assim direcionar esforços para outras áreas do shopping que merecem atenção.

Quando perguntado sobre a eficiência do marketing digital sobre o marketing tradicional, foi respondido que o primeiro apresenta uma eficiência considerável sobre o segundo. O marketing digital possibilita a empresa estreitar as relações com consumidores atuais e a conquista de mercados potenciais, além de possibilitar a divulgação de informações e a prestação de serviços (CRUZ; SILVA, 2014). Desse modo, uma organização do varejo que faz o uso de ferramentas do marketing digital torna-se competitiva no contexto local e torna-se visível no mercado mundial.

A respeito da orientação dada aos lojistas em relação à utilização do marketing digital, a empresa orienta os lojistas quanto ao padrão utilizado pelo shopping no marketing digital, para que os mesmos possam divulgar suas operações nas redes do shopping. Quanto à recepção desses padrões, os lojistas apresentam-se adeptos.

Observou-se, por meio dos dados, que o marketing digital contribui de forma significativa para o alcance dos objetivos organizacionais da empresa, onde numa escala de 1(um) a 5(cinco), sendo 1 pouco e 5 muito, foi colocado o seguinte questionamento: o quanto o marketing digital tem contribuído para o alcance dos objetivos organizacionais? A resposta foi no item 5.

Quanto ao endomarketing digital, algumas ferramentas são utilizadas na empresa como e-mail marketing e pesquisa de clima com suporte de sistemas eletrônicos. Com a interatividade que o endomarketing proporciona, tem-se como resultado maior aprendizado organizacional, garantindo dessa forma o equilíbrio e desenvolvimento das organizações (BERNARDO et al, 2013).

O último questionamento do formulário foi sobre quais as expectativas da utilização do marketing digital como ferramenta de enfrentamento ao atual cenário

econômico. A resposta foi de que o marketing digital é de fundamental importância no cenário econômico atual, pois alcança grande parte do público-alvo da empresa a um custo bem menos, se comparado ao marketing realizado com ferramentas convencionais.

Quando pesquisado o nome da empresa A no maior buscador da internet, o primeiro resultado indicou o site, endereço e contato da empresa. Além disso, foi possível encontrar a localização dessa empresa quando pesquisada no Google maps e foursquare e foi confirmada sua presença nas redes sociais citadas com média de 15 publicações por semana no facebook. No site da empresa, foi possível observar conteúdos relevantes e informações sobre as lojas que se encontram no local. Desse modo, é possível perceber que a empresa se preocupa com seu posicionamento na internet, além de se utilizar de marketing de conteúdo como forma de atrair clientes e divulgar informações que podem influenciar na compra.

Outro fator importante é a presença desta empresa no Youtube, o maior site de vídeos da internet, com a utilização de um perfil se apropria das ferramentas desta plataforma como anúncios, onde o último vídeo teve 18 mil visualizações.

Em relação a empresa B, os dados aqui apresentados são das observações desta empresa na internet, visto que a mesma não se colocou a disposição para a coleta de dados por meio da entrevista. Quando pesquisado o nome desta empresa, no principal buscador da internet, foi possível observar que a mesma também se preocupa com seu posicionamento na rede: o primeiro resultado a aparecer foi o site da empresa, contato e endereço. A empresa também foi encontrada quando pesquisada no Google maps e foursquare. Um fato negativo do posicionamento é a presença da principal concorrente desta empresa na primeira página de resultados da busca, a empresa A. No facebook, foi verificada a presença da empresa B, com média de 10 publicações semanais. No site da empresa, é possível obter informações sobre lojas nela presentes e horários de serviços. Porém, este shopping não se utiliza de marketing de conteúdo no site.

Fazendo uma comparação das duas empresas em relação ao número de curtidas no facebook, pode-se observar que a empresa A apresenta 1,85 mais curtidas do que a empresa B. Quando digitado o “nome do shopping B” no principal buscador da internet, o primeiro resultado a aparecer foi o do shopping A, com informações de localização e telefone.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O marketing digital se coloca como uma importante função empresarial para entender o comportamento do consumidor na internet, estreitar relações, possibilitar a presença em mercados globais e engajar colaboradores ao alcance dos objetivos organizacionais.

Desse modo, o objetivo geral deste estudo foi identificar as principais estratégias de marketing digital utilizadas pelos shoppings centers na região amazônica, especificamente na capital do estado do Amapá, e como objetivos específicos identificar quais são as principais estratégias de marketing digital e como essas estratégias são utilizadas no varejo, além de correlacionar os resultados com a literatura sobre o assunto. Para chegar a tal resultado foi utilizada uma pesquisa do tipo exploratória, qualitativa e aplicada, onde para a elaboração do instrumento de pesquisa, foi utilizado fundamentos da literatura. A problemática que este estudo se colocou a resolver foi o seguinte: o marketing digital é utilizado de forma estratégica pelos shoppings centers de Macapá?

Os resultados possibilitaram o alcance dos objetivos, onde foi identificado como principais estratégias de marketing digital utilizadas pelos shoppings centers de Macapá a presença em redes sociais como facebook e instagram, o posicionamento no principal site de busca da internet (SEO), aparecendo dentre os primeiros resultados, a propriedade de sites onde são divulgadas informações e contatos importantes.

Por meio dos dados, foi possível perceber que o shopping A utiliza melhor as ferramentas de marketing digital, do que o shopping B. A problemática também foi respondida, porém apenas o shopping A utiliza o marketing digital e suas ferramentas de forma estratégica, com o auxílio mais eficiente de mídias digitais e marketing de conteúdo.

A contribuição deste trabalho está em identificar quais as principais ferramentas de marketing digital está sendo utilizadas nos shopping centers da região norte, servindo assim como base para estudos futuros e fomentando a discussão sobre as temáticas abordadas. Outra contribuição está no comparativo feito dessas estratégias entre os principais shoppings centers de Macapá.

Dentre os pontos fracos deste estudo, está a profundidade de pesquisa, a utilização do método qualitativo e a resistência de uma das empresas em fornecer informações. Para a realização de estudos futuros, propõe-se a migração desta temática para outras regiões do país, utilizando o método quantitativo.

6. REFERÊNCIAS

ABRASCE. **Associação Brasileira de Shopping Centers**. Disponível em: <<http://www.abrasce.com.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

BERNARDINO, Elaine de Castro; PACANOWSKI, Mauro; KHOURY, Nicolau; REIS, Ulysses. **Marketing de Varejo**. 2. Ed. –Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

BERNARDO, Juliana MaioliLaval; VIANNA, Laísa Moraes; SOUZA, Larissa Marôcco. **Endomarketing e Tecnologia: A aliança para melhoria da comunicação interna**. Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery, N. 14, Jan/Jul, 2013.

COSTA, L. M.; DIAS, M. M. S. ; SANTOS, E. A. ; ISHII, A. K. S. ; SÁ, José Alberto S. . **A Evolução do Marketing Digital: Um a Estratégia de Mercado**. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2015, Fortaleza-CE. Anais ENEGEP, 2015.

CRUZ, C. A. B.; SILVA, L. L. .**Marketing Digital: Marketing para o Novo Milênio**. Revista Científica do ITPAC, v. 7, p. 1-7, 2014.

DIAS, Sérgio Roberto Dias et al. **Marketing: estratégia e valor**. São Paulo: Saraiva, 2006.

DOIN, Eliane; Edson PaesSillas .**Marketing no Varejo**. 1a.. ed. Curitiba: IBPEX, 2007. v. 1. 182p .

HASTREITER, S. T.; PRADO, P. H. M. ; MARCHETTI, R. Z. . **Tipologia de consumidores baseada nas razões e motivações de frequência em Shopping Center e a Satisfação do consumidor**. In: ANGELO, C.F.; SILVEIRA, J.A.G. (Org.). Varejo Competitivo. São Paulo: Atlas, 2000, v. 4, p. 116-135.

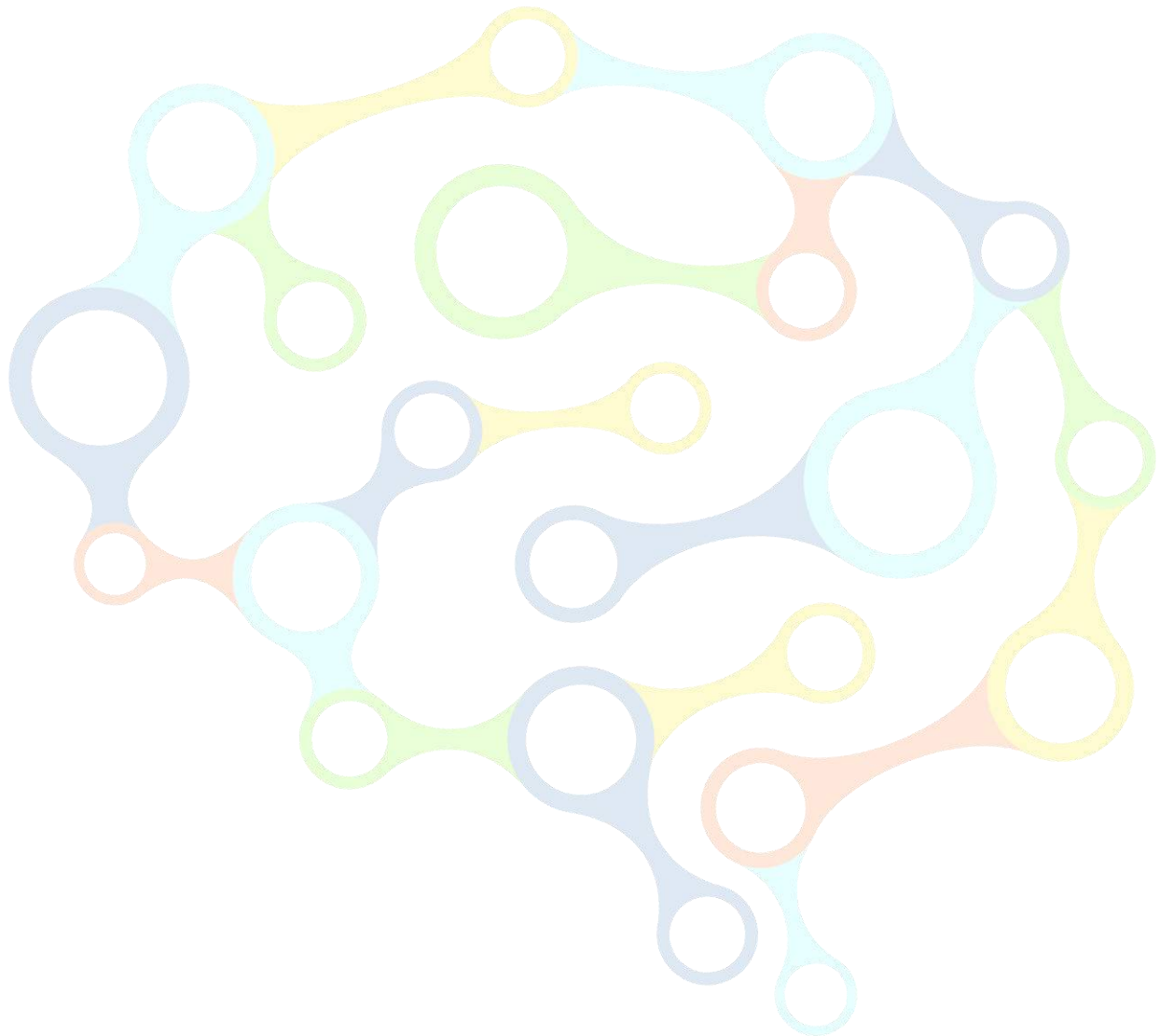
KOTLER, Philip. **Administração de Marketing: análise, planejamento, implementação e controle**. São Paulo: Atlas, 1998.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios do Marketing**. 15. ed. São Paulo: Pearson Education, 2015.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Administração de Marketing: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira**. São Paulo: Atlas, 2006.

OKADA, SionaraIoco; SOUZA, Eliane Moreira Sá. **Estratégias de Marketing digital na era da busca.** *Revista Brasileira de Marketing*. São Paulo, v. 10, n. 1, p 46-72, Jan/Abr. 2011.

VANCE, P. S.; ANGELO, C. F. ;FOUTO, N. M. . **Estudo do Comportamento de Compra do Frequentador de Shopping Centers na Cidade de São Paulo.** *Revista de Administração da UFSM*, v. 2, p. 130-146, 2009.





Capítulo 3

PODER E LIDERANÇA NA LITERATURA ORGANIZACIONAL POWER AND LEADERSHIP IN ORGANIZATIONAL LITERATURE

DOI: 10.29327/562393.1-3

Sheila Trícia Guedes Pastana
César Ricardo de Maia Vasconcelos

PODER E LIDERANÇA NA LITERATURA ORGANIZACIONAL POWER AND LEADERSHIP IN ORGANIZATIONAL LITERATURE

Dr^a. Sheila Trícia Guedes Pastana

Dr. César Ricardo de Maia Vasconcelos

RESUMO

Este artigo teve como objetivo analisar a evolução da produção científica acerca do poder e liderança na literatura organizacional em periódicos científicos nos últimos 10 anos. O presente estudo desenvolveu uma pesquisa bibliométrica na coleção principal da *Web of Science* e tratou os dados com o auxílio do *software* HistCite. Foram identificados 28 artigos que integraram o arcabouço de produções científicas e posteriormente analisados aspectos como: os 10 artigos mais citados, os autores mais citados, quantidade de artigos publicados, instituições e seus países de origem, evolução anual das publicações, periódicos utilizados para as referidas publicações. Como resultado observou-se que tem crescido o interesse acadêmico pelos temas poder e liderança nas organizações em função do aumento das publicações e citações.

Palavras-chave: Poder; Liderança; Gestão.

ABSTRACT

This paper aimed to analyze the evolution of scientific production about power and leadership in organizational literature in scientific journals in the last 10 years. The present study developed a bibliometric research in the main collection of the Web of Science and processed the data with the aid the HistCite software. A total of 28 articles were included in the framework of scientific production, and the following aspects were analyzed: the 10 most cited articles, the most cited authors, the number of articles published, the institutions and their countries of origin, the annual evolution of publications, publications. As a result it has been observed that the academic interest for the themes of power and leadership in organizations has grown, due to the increase of publications and citations.

Keywords: Power; Leadership; Management.

1. INTRODUÇÃO

A discussão acerca do “poder e liderança” na literatura organizacional advém de um século de pesquisas e dispõe de reconhecida relevância acadêmica e organizacional (MAYORGA; SANABRIA; SMIDA, 2013). Neste cenário, percebe-se não ser apropriado dissociar “poder de liderança”, visto que na *práxis* ambos se complementam.

Neste ínterim, “poder e liderança” são processos de influência social que estão inerentemente interligados (SUBAŠIĆ et al, 2011). Possuem caráter relacional, pois para que ocorram há necessidade de interação com outros atores sociais e em contexto específico (VOYER, MCINTOSH, 2013; PFEFFER, 2013).

Assim, com o objetivo de analisar a evolução da produção científica acerca do poder e liderança na literatura organizacional em periódicos científicos nos últimos 10 anos, o presente estudo desenvolveu uma pesquisa bibliométrica, cuja relevância é alicerçada por autores como (DIEM; WOLTER, 2013; MIGUEL; DIMITRI, 2013). Tal pesquisa foi desenvolvida na coleção principal da *Web of Science* e tratou os dados com o auxílio do *software* HistCite.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos procedimentos metodológicos de análise bibliométrica, recomenda-se escolher a base de dados que servirá de referência, os critérios para a coleta dos dados, a representação e à análise dos dados propriamente dita (SANTOS; KALSING; HANSEN, 2014). Neste caso, por sua abrangência e relevância em termos de base de dados foi selecionada a *Web of Science* (MESQUITA, 2016). Quanto aos critérios de busca, optou-se pelas palavras: *Power and Leadership*.

Em um segundo momento, optou-se por um refinamento por categoria do *Web of Science* pela área *Management*, selecionando o tipo de documento buscado *Article*, com tempo estipulado de 10 anos, abrangendo o período de 2007-2017, com índices: SCI-EXPANDED, SSCI, A&HCI, CPCI-S, CPCI-SSH, ESCI.

Assim, foram identificados 28 artigos que integraram o arcabouço de produções científicas analisadas bibliometricamente nessa pesquisa. A partir dessa estrutura, os dados foram exportados para e pelo *software* de análise bibliométrica HistCite. Na oportunidade foram considerados aspectos como: os 10 artigos mais citados, os autores com maior número de aparições, quantidade de artigos publicados, instituições e seus

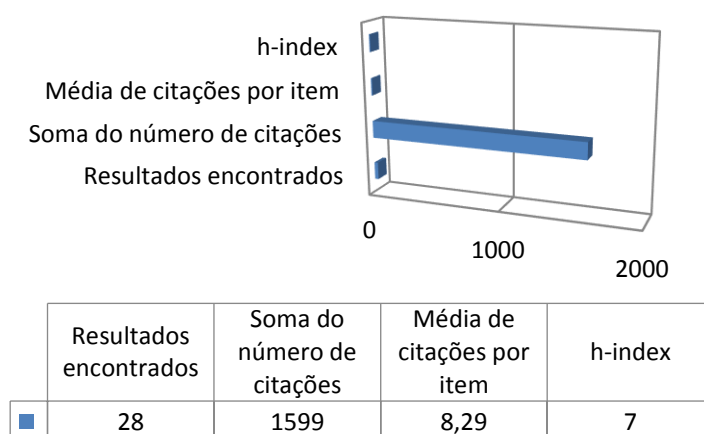
países de origem, evolução anual das publicações, e os periódicos utilizados para as referidas publicações.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a realização do levantamento bibliométrico na principal coleção do *Web of Science*, com um recorte temporal de 10 anos, foram identificados 28 artigos acerca da simbiose do “poder e liderança” na literatura organizacional. Tais artigos estão publicados em 17 *journals* indexados ao metabuscador supracitado.

Essas produções foram citadas como referências 1599 vezes, produzidas por 69 autores que estão vinculados a 52 instituições sediadas em 16 países, todos os artigos escritos na língua inglesa. No gráfico1, são apresentados alguns desses resultados.

Gráfico 1 – Resultados gerais encontrados



Fonte: Elaboração própria, adaptado da *Web of Science*.

A base de dados *Web of Science* disponibiliza as informações concernentes a média de citações por item, *h-index*, como observado no gráfico 1. Não obstante, é possível que em outras bases de dados se obtenha resultados diferentes dos apresentados aqui.

Nesse íterim, objetivando a relevância na análise, fez-se um recorte com os 10 artigos mais citados globalmente, conforme se observa na tabela 1.

Tabela 1 – Os 10 Artigos mais citados *Web of Science* / HistCite

Artigos mais citados HistCite		Citações globais
Date / Author / Journal		GCS
1	2 Sosik JJ, Dinger SL Relationships between leadership style and vision content: The moderating role of need for social approval, self-monitoring, and need for social power LEADERSHIP QUARTERLY. 2007 APR; 18 (2): 134-153	51
2	8 Raub S, Robert C Differential effects of empowering leadership on in-role and extra-role employee behaviors: Exploring the role of psychological empowerment and power values HUMAN RELATIONS. 2010 NOV; 63 (11): 1743-1770	34
3	1 Bligh MC, Hess GD The power of leading subtly: Alan Greenspan, rhetorical leadership, and monetary policy LEADERSHIP QUARTERLY. 2007 APR; 18 (2): 87-104	32
4	19 Nicholson H, Carroll B Identity undoing and power relations in leadership development HUMAN RELATIONS. 2013 SEP; 66 (9): 1225-1248	24
5	10 Subasic E, Reynolds KJ, Turner JC, Veenstra KE, Haslam SA Leadership, power and the use of surveillance: Implications of shared social identity for leaders' capacity to influence LEADERSHIP QUARTERLY. 2011 FEB; 22 (1): 170-181	20
6	12 Sveiby KE Collective leadership with power symmetry: Lessons from Aboriginal prehistory LEADERSHIP. 2011 NOV; 7 (4): 385-414	12
7	18 Driver M The Lack of Power or the Power of Lack in Leadership as a Discursively Constructed Identity ORGANIZATION STUDIES. 2013 MAR; 34 (3): 407-422	11
8	20 Winkler E, Busch C, Clasen J, Vowinkel J Leadership behavior as a health-promoting resource for workers in low-skilled jobs and the moderating role of power distance orientation ZEITSCHRIFT FUR PERSONALFORSCHUNG. 2014; 28 (1-2): 96-116	6
9	15 Voyer BG, McIntosh B The psychological consequences of power on self-perception: implications for leadership LEADERSHIP & ORGANIZATION DEVELOPMENT JOURNAL. 2013; 34 (7): 639-660	5

10 4 Strubler DC, Evangelista R

4

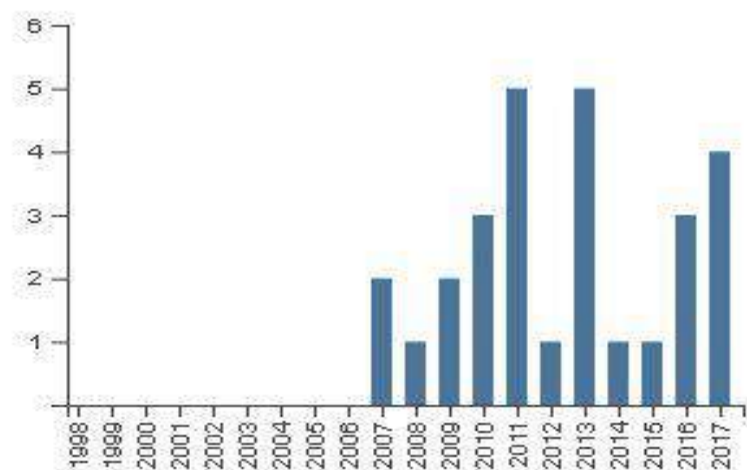
Maestro Neeme Jarvi on Leadership The Power of Innovation,
Stakeholder Relations, Teamwork, and Nonverbal
Communication

JOURNAL OF MANAGEMENT INQUIRY. 2009 JUN; 18 (2):
119-121

Fonte: Elaboração própria, adaptado da *Web of Science* / HistCite.

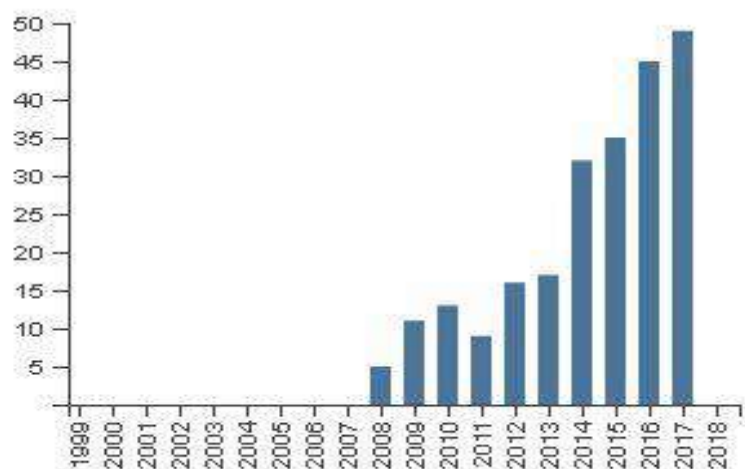
Na tabela 1, pode se observa os 10 artigos mais citados, os referidos autores, títulos e os *journals* onde foram publicados. Os temas mais abordados nos estudos selecionados são: estilos de liderança, poder de liderar, relações de poder no desenvolvimento das lideranças, influência dos líderes na identidade social, a falta de poder ou o poder da falta de liderança, comportamento de liderança como um recurso de promoção da saúde para trabalhadores, as consequências psicológicas do poder na autopercepção, construções de liderança na intersecção do discurso, poder e cultura, o poder da inovação, as relações com as partes interessadas. No gráfico, percebe-se a evolução dos itens publicados por ano.

Gráfico 2 – Artigos sobre poder e liderança publicados por ano



Fonte: *Web of Science*.

Por sua vez, constata-se no gráfico 2 as publicações especificamente da *Web of Science* entre os anos de 2007 e 2017, sendo que os anos de 2011, 2013 e 2017 apresentam maior quantitativo de publicações. Cabe ressaltar que outras publicações poderão ser recebidas. O gráfico seguinte traz outros dados interessantes.

Gráfico 3 - Citações em cada ano - *Web of Science*

Fonte: *Web of Science*.

Ao analisar o gráfico 3, é perceptível que nos últimos anos houve um aumento contínuo no número de citações. Assim, é possível inferir que tem crescido o interesse acadêmico pelos temas “poder e liderança” nas organizações. Na sequência apresenta-se tabela 3 com as publicações anuais pelo HistCite.

Tabela 3 - Total de publicações anuais - HistCite

	Publication Year	TGCS
1	2007	83
2	2013	45
3	2010	41
4	2011	41
5	2009	7
6	2014	6
7	2008	2
8	2012	2
9	2015	2
10	2016	0
11	2017	0

Fonte: Elaboração própria, adaptado do HistCite.

Na tabela 3, constata-se que no *score* global via HistCite houve um número maior de publicações no ano de 2007 com expressivos 83 artigos, seguido 2013 com 45, depois 2010 e 2011 com 41 artigos em cada ano. Nos outros anos houve uma diminuição e em 2016 e até o final de 2017 não houve registro especificamente na base de dados gerada pelo HistCite. A tabela 4 apresenta a relação de *journals*.

Tabela 4 – *Journals* publicados

	Journal	TGCS
1	LEADERSHIP QUARTERLY	103
2	HUMAN RELATIONS	58
3	LEADERSHIP	14
4	ORGANIZATION STUDIES	11
5	LEADERSHIP & ORGANIZATION DEVELOPMENT JOURNAL	10
6	MANAGEMENT COMMUNICATION QUARTERLY	7
7	ZEITSCHRIFT FÜR PERSONALFORSCHUNG	6
8	EUROPEAN JOURNAL OF WORK AND ORGANIZATIONAL PSYCHOLOGY	4
9	JOURNAL OF MANAGEMENT INQUIRY	4
10	NONPROFIT MANAGEMENT & LEADERSHIP	4
11	SYSTEMIC PRACTICE AND ACTION RESEARCH	3
12	HARVARD BUSINESS REVIEW	2
13	SOUTH AFRICAN JOURNAL OF ECONOMIC AND MANAGEMENT SCIENCES	2
14	AFRICAN JOURNAL OF BUSINESS MANAGEMENT	1
15	INTERNATIONAL JOURNAL OF MANPOWER	0
16	JOURNAL OF LEADERSHIP STUDIES	0
17	JOURNAL OF MANAGEMENT DEVELOPMENT	0

Fonte: Elaboração própria, adaptado do HistCite.

Como mencionado anteriormente, e observado na tabela 4, os 28 artigos analisados foram publicados em 17 *journals* de relevância acadêmica, a maioria na área da gestão e negócios, relações humanas, e em psicologia. A seguir os países de origem das publicações.

Tabela 5 – Países de origem das publicações

	<u>Country</u>	<u>Recs</u>	<u>TGCS</u>
1	USA	<u>15</u>	152
2	Switzerland	<u>1</u>	34
3	UK	<u>3</u>	27
4	New Zealand	<u>1</u>	24
5	Sweden	<u>1</u>	24
6	Australia	<u>3</u>	23
7	Unknown	<u>3</u>	14
8	Germany	<u>1</u>	6
9	Fiji	<u>1</u>	4
10	Netherlands	<u>1</u>	4

11	Singapore	<u>1</u>	4
12	Taiwan	<u>2</u>	2
13	Malaysia	<u>1</u>	1
14	Norway	<u>1</u>	0
15	Peoples R China	<u>1</u>	0
16	Turkey	<u>1</u>	0

Fonte: Elaboração própria, adaptado do HistCite.

Dentre os países que mais publicaram artigos científicos, nessa amostra no *score* global, tem-se: EUA liderando com 152, seguido da Suíça com 34, Reino Unido com 27, Nova Zelândia e Suécia com 24 artigos cada, Austrália com 23. Os demais com menor participação são: Alemanha, Fiji, Países Baixos, Cingapura, Taiwan, Malásia, Noruega, Povos R China e Peru. Na tabela 6 seguem as instituições vinculadas.

Tabela 6 – Instituições vinculadas

	Institution	TGCS
1	Eastern Univ	51
2	Penn State Univ	51
3	EHL	34
4	Univ Missouri	34
5	CESIFO	32
6	Claremont Grad Univ	32
7	Claremont Mckenna Coll	32
8	Lund Univ	24
9	Univ Auckland	24
10	Australian Natl Univ	20
11	Univ Exeter	20
12	Hanken Sch Econ	12
13	Western State Colorado Univ	11
14	Univ Hamburg	6
15	ESCP Europe	5

Fonte: Elaboração própria, adaptado do HistCite.

Visando uma melhor compreensão do conteúdo abordado nos artigos, os títulos e resumos são apresentados na tabela seguinte.

Tabela 7 – Título e Resumo dos artigos mais citados

	Título	Resumo
1	Relationships between leadership style and vision content: The moderating role of need for social approval,	Este estudo examina a relação entre os atributos pessoais dos líderes, o estilo de liderança e o conteúdo da visão. Cento oitenta e três gerentes corporativos de seis indústrias, que completaram um curso de desenvolvimento de liderança de 14 semanas, forneceram auto-relatos de sua necessidade de aprovação social, auto-

- | | |
|---|--|
| <p>self-monitoring, and need for social Power</p> <p>Relacionamentos entre o estilo de liderança e o conteúdo da visão: o papel moderador da necessidade de aprovação social, auto-monitoramento e necessidade de poder social</p> | <p>monitoramento e necessidade de poder social na segunda semana do curso. Oitenta e nove subordinados forneceram avaliações do estilo de liderança de seu gerente na terceira semana do curso. Após a conclusão do curso, os gerentes escreveram declarações de visão que foram codificadas usando Berson, Shamir, Avolio e Popper [Berson, Y., Shamir, B., Avolio, B.J e Popper, M. (2001). A relação entre força de visão, estilo de liderança e conteúdo. <i>The Leadership Quarterly</i>, 12, 53-73] categorias de temas de visão. A liderança carismática foi mais positivamente associada a temas inspiradores de visão, enquanto que a liderança de recompensas contingentes foi associada mais positivamente a temas de visão instrumentais. A necessidade de aprovação social dos líderes, a auto-monitorização e a necessidade de poder social moderaram esses relacionamentos.</p> |
| <p>2 Differential effects of empowering leadership on in-role and extra-role employee behaviors: Exploring the role of psychological empowerment and power values</p> <p>Efeitos diferenciais da capacitação de liderança nos comportamentos de funcionários desempenhados e de papel extra: Explorando o papel do empoderamento psicológico e dos valores de poder</p> | <p>Nesta pesquisa, examinamos o impacto de capacitar comportamentos de liderança (ELBs), empoderamento psicológico e valores de poder de nível individual em uma ampla gama de comportamentos de funcionários. Com base na teoria da autodeterminação (Gagné e Deci, 2005), postulamos que os ELBs teriam efeitos diretos nos comportamentos extra-rolamentos e afiliativos, mas que o impacto dos ELBs em comportamentos de papel extra desafiadores seria mediado por psicologia fortalecimento. Além disso, nós hipotetizamos que os valores de poder de nível individual (Schwartz, 1992) moderariam o efeito mediado de ELBs em comportamentos desafiadores. As respostas aos questionários de 541 funcionários e seus supervisores foram obtidas de 16 propriedades hoteleiras localizadas em 11 países do Oriente Médio e da Ásia. Os resultados apoiaram nossas hipóteses de efeitos diretos e mediados dos ELBs nos comportamentos dos empregados.</p> |
| <p>3 The power of leading subtly: Alan Greenspan, rhetorical leadership, and monetary policy</p> <p>O poder de liderar sutilmente: Alan Greenspan, liderança retórica e política monetária</p> | <p>O mandato de Alan Greenspan como Presidente do Conselho da Reserva Federal foi destacado por sua liderança altamente divulgada. Uma manifestação importante e prontamente visível de sua liderança foi seu estilo de comunicação. Embora a pesquisa sobre o componente de comunicação da liderança tenha analisado principalmente o CEO e as comunicações presidenciais, este trabalho utiliza análise de conteúdo para fornecer uma análise descritiva das comunicações do Presidente Greenspan e sua capacidade de resposta às mudanças no ambiente econômico. Descobrimos que, durante os períodos baixos da economia, o Presidente comunica que a situação é menos certa com uma quantidade reduzida de atividade e uma ênfase no idioma presente que indica que as preocupações atuais são primordiais. Em contrapartida, durante períodos dinâmicos de atividade econômica, a linguagem de S indica uma maior sensação de certeza. Tais padrões de linguagem ajudam o público a colocar suas circunstâncias econômicas em contexto e podem contribuir para a percepção da eficácia de Greenspan como líder.</p> |
| <p>4 Identity undoing and power relations in leadership development</p> | <p>A teoria e a prática do desenvolvimento da liderança estão cada vez mais voltando a olhar para a identidade como um foco primário para os esforços de desenvolvimento. A maior parte desta literatura enfoca a forma como as identidades dos participantes são fortalecidas, reparadas e evoluídas. Este artigo centra-se nas práticas de trabalho de identidade que estão subdesenvolvidas na literatura: a desconstrução, desvendando e deixando ir que pode ser experimentado quando se trabalha sozinho. Agrupamos essas</p> |

- Identidade destruição e relações de poder no desenvolvimento da liderança experiências, entre outras, sob o termo conceitual de "destruição de identidade" e, com base em resultados de um estudo etnográfico de 18 meses de um programa de desenvolvimento de liderança, oferecemos cinco manifestações de como pode ser experimentado. Através do primeiro plano da destruição da identidade, podemos analisar de perto a forma como as relações de poder moldam a experiência de desenvolvimento de liderança.
- 5 Leadership, power and the use of surveillance: Implications of shared social identity for leaders' capacity to influence Para assegurar a conformidade dos subordinados com as políticas e os procedimentos organizacionais, aqueles em cargos de liderança organizacional e autoridade possuem uma série de recursos à sua disposição (por exemplo, recompensas e punições, vigilância, persuasão). Ao escolher estratégias que maximizem sua capacidade de influenciar, no entanto, os líderes não podem dar ao luxo de ignorar o papel dos processos de identidade social. Evidências de dois estudos mostram que o sucesso ou não de estratégias como recompensas / punições e vigilância depende de se o líder é considerado um membro do grupo ou do grupo fora do grupo. De acordo com as hipóteses, os resultados indicam que, embora a vigilância possa ser uma ferramenta necessária no repertório de líderes de grupos externos (Experimento 2), nas mãos dos líderes do grupo, é provável atenuar em vez de aumentar sua capacidade de influenciar (Experimentos 1 e 2).
- Liderança, poder e uso da vigilância: Implicações da identidade social compartilhada para a capacidade de influência dos líderes
- 6 Collective leadership with power symmetry: Lessons from Aboriginal prehistory Este artigo baseia-se no conhecimento aborígene australiano em histórias de leis tradicionais e estudos antropológicos de bandas africanas contemporâneas. Aplica a ontologia do DAC (Drath et al., 2008) para analisar dois modelos de liderança coletiva desenvolvidos por povos forrageiros: uma hierarquia "de cabeça para baixo" igualitária e um modelo poder-simétrico. Sua existência tem várias implicações para a pesquisa de liderança. Em primeiro lugar, encoraja os estudiosos de liderança compartilhados / distribuídos a mudar sua atual fase de reação para construir a teoria da liderança coletiva em seus próprios termos. Isso pode exigir a exploração de alternativas fora do mainstream tanto em termos de ontologia e casos, e este artigo tenta mostrar o valor ao fazê-lo. Em segundo lugar, destaca a importância do poder; o conceito precisa ser considerado de forma mais explícita na teoria da liderança coletiva. Finalmente, mostra que a liderança coletiva não é um fenômeno recente confinado a organizações modernas - mas sim uma forma de alcançar ação conjunta em grupos humanos, desenvolvida pelos primeiros povos na Terra e ainda praticada.
- Liderança coletiva com simetria de poder: lições da pré-história aborígene
- 7 The Lack of Power or the Power of Lack in Leadership as a Discursively Constructed Identity O estudo utiliza um quadro psicanalítico para explorar como as identidades de liderança são construídas. Avança a ideia de que as identidades de liderança são construções imaginárias que invariavelmente falham, reiterando a falta de ser. O material empírico consistente em entrevistas com 15 líderes é usado para explorar o papel produtivo que essa falta desempenha. O estudo sugere que as identidades de liderança sempre são subvertidas pelo desejo inconsciente e, portanto, menos poderosas do que poderíamos pensar em relação às estruturas imponentes sobre os outros, mas também muito mais poderosas do que poderíamos pensar como lutas liberadoras com o eu imaginário dos líderes.
- A Falta de Poder ou o Poder da Falta de Liderança como Identidade Construída Discursivamente
- 8 Leadership behavior as a health-promoting resource for workers in low-skilled jobs and the moderating role of power distance orientation Neste estudo, os autores analisam os comportamentos de liderança como potenciais recursos de promoção da saúde para trabalhadores pouco qualificados em um ambiente de trabalho altamente culturalmente diversificado. Os autores levantam a hipótese de que as orientações individuais da distância de poder dos subordinados

Comportamento de liderança como um recurso de promoção da saúde para trabalhadores em empregos pouco qualificados e o papel moderador da orientação de distância de potência

e supervisores irão moderar o efeito das percepções dos subordinados sobre o comportamento de liderança e os efeitos subsequentes sobre o seu bem-estar. A modelagem multinível é utilizada para analisar uma amostra de dados de 474 funcionários com baixa qualificação (50% de imigrantes) e 35 supervisores diretos de três empresas alemãs. Apoiar as hipóteses, apoio social, comunicação relacionada a tarefas e feedback positivo, como expressões de estima, afetam positivamente o bem-estar dos subordinados, mas a consideração individual não mostra efeitos significativos. Além disso, os resultados confirmam que a orientação de distância de poder dos supervisores modera as percepções dos funcionários sobre o feedback positivo dos supervisores e os efeitos de bem-estar subsequentes. O efeito moderador não é válido para a orientação da distância de energia dos funcionários. Os resultados indicam que os supervisores podem promover de forma mais eficaz a saúde de trabalhadores pouco qualificados, mostrando estima através de feedback positivo, mas se o supervisor tiver uma orientação de distância de poder individual elevada, o efeito é atenuado.

- 9 The psychological consequences of power on self-perception: implications for leadership

As consequências psicológicas do poder na autopercepção: implicações para a liderança

Objetivo - O objetivo deste trabalho é explorar conexões teóricas entre as consequências cognitivas do poder sobre a autopercepção e os comportamentos dos líderes.

Design / metodologia / abordagem - Realizou-se uma revisão sistemática da literatura para investigar as consequências psicológicas do poder em termos de autopercepção, habilidades de tomada de perspectiva, emoções e comportamentos. A literatura revisada está mais integrada em um modelo teórico, e uma série de proposições sugerindo uma relação entre poder, tomada de perspectiva, auto-compreensão e liderança são introduzidas.

Conclusões - Este artigo argumenta que o poder cria mudanças cognitivas temporárias e duradouras que transformam a forma como os indivíduos se assimilam e se diferenciam dos outros. Isso transforma a forma como os indivíduos no poder se comportam como líderes, bem como seguidores. A autoconstrução e a tomada de perspectiva dos indivíduos parecem desempenhar um papel mediador na determinação dos comportamentos de indivíduos poderosos e impotentes. Essa relação é moderada pela cultura e estrutura organizacional, bem como por traços de personalidade.

Limitações / implicações da pesquisa - É necessária mais pesquisas para testar essas proposições, incluindo a existência de diferenças interculturais no poder - relação de auto-compreensão e as consequências de manter diferentes tipos de poder na auto-interpretação de um indivíduo. Para funcionários e consultores que trabalham no desenvolvimento organizacional e na mudança organizacional, a compreensão das potenciais consequências do poder em termos de autopercepção melhorará a compreensão de promover os indivíduos em posições mais altas. A presente pesquisa também traz implicações para estudiosos interessados em compreender as diferenças interculturais e de gênero na liderança. Originalidade / valor - Essa conceptualização da autoconfiguração como interface entre poder e liderança concilia a dinâmica individual das teorias de traços da liderança e as posições ambientais das teorias situacionais da liderança. O artigo discute elementos considerados críticos para o design de programas de liderança no local de trabalho, desenvolvimento profissional e programas para moldar o design da liderança.

- 10 Maestro Neeme Jarvi on Leadership The Power of

Neeme Jarvi é um dos condutores vivos mais prolíficos do mundo com mais de 350 gravações. Durante seus 15 anos como Diretor de

Innovation, Stakeholder Relations, Teamwork, and Non verbal Communication

Maestro Neeme Jarvi em Liderança
O poder da inovação, as relações com as partes interessadas, o trabalho em equipe e a comunicação não verbal

Música da Orquestra Sinfônica de Detroit (DSO), ganhou reputação internacional como construtor de orquestra. Quando Jarvi assumiu o DSO, a orquestra desmoralizada e endividada estava flutuando. Sob a liderança inspiradora e criativa voltada para o time de Jarvi, o DSO estava fazendo turnês, registrando e fora da dívida dentro de 2 anos. Jarvi imigrou com sua família para os Estados Unidos em 1980 a partir da então estatal controlada por comunistas. Ele aceitou um contrato com a Columbia Artists e agora deu mais de 1.200 concertos em 125 cidades, conduzindo 72 orquestras. Graduado do Conservatório de Leningrado, ele ocupou ou atualmente ocupa cargos com grandes orquestras na Estônia, Japão, Suécia, Escócia e agora em Nova Jersey. As estreias dele foram com a Filarmônica de Nova York, a Orquestra de Filadélfia, a Sinfônica de São Francisco e a Orquestra Sinfônica de Cincinnati. Ele realizou quase todas as principais orquestras dos Estados Unidos e da Europa.

Fonte: Elaboração própria, adaptado a partir dos originais fornecidos pelos autores - *Web of Science / HistCite*.

No que tange aos títulos e resumos, esses foram disponibilizados na íntegra pelos autores, editores e posteriormente traduzidos. Depreende-se que os conteúdos estão alinhados com o objeto de pesquisa, pois os artigos estão consolidados na área da gestão, tratam especificamente do “poder e da liderança” no contexto organizacional e suas implicações nas relações humanas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pôde perceber, a pesquisa bibliométrica auxiliou no mapeamento e tratamento das produções mais relevantes acerca do “poder e liderança” na literatura organizacional em periódicos científicos, disponibilizada em uma das mais importantes bases de dados mundiais, e segundo os critérios aqui adotados.

Como resultado observou-se que tem crescido anualmente o interesse acadêmico pelos temas “poder e liderança” nas organizações, em função do aumento das publicações e citações encontradas na *Web of Science*. Os países que mais publicaram artigos científicos, nessa amostra, foram os EUA liderando, Suíça e Reino Unido.

Desse modo, mesmo com um século de pesquisas, os temas “poder e liderança” ainda despertam interesse de estudiosos na área, pois quando se trata de organizações, gestão, cultura, relações sociais, não há como ignorá-los.

Concernente aos limites da pesquisa, os dados aqui analisados são oriundos de um único metabuscador que é a *Web of Science*, embora congregue relevantes bases científicas. Assim, como perspectiva de outros estudos, é pertinente desenvolver tal

investigação em outras bases científicas, pois é possível que se obtenha resultados diferentes dos apresentados aqui.

5. REFERÊNCIAS

DIEM, A. **The use of bibliometrics to measure research performance in education sciences.** Diem, A.; Wolter, S. C. **Research in Higher Education**, 54, n. 86, p. 86-114. 2013.

MIGUEL, S. **La investigación en bibliometría en la Argentina: quiénes son y qué producen los autores argentinos que realizan estudios bibliométricos.** Miguel, S.; Dimitri, P. **Informacion, Cultura Y Sociedad**, 29, p. 117-138. 2013.

MESQUITA, Rafael. **Do Espaço para o Ciberespaço: Sobre Etnografia e Netnografia.** Mesquita, Rafael; MATOS, Fátima; Machado, Diego; Sena, Augusto; Batista, Maria. In XL Encontro da ANPAD, 2016.

MAYORGA, Juan Javier Saavedra. **Da Influência ao Poder: Elementos para uma visão Foucauldiana da Liderança.** MAYORGA, Juan Javier Saavedra; SANABRIA, Mauricio; SMIDA, Ali. **Scielo**, 2013.

PFEFFER, Jeffrey. **You're still the same: why theories of power hold over time and across contexts.** **The Academy of Management Perspectives**, 2013.

SANTOS, J. L. S. **Redes de cooperação interorganizacional: uma análise sistemática da produção científica na Web of Science de 1981-2013.** Santos, J. L. S.; Kalsing, M.; Hansen, P. B. **Anais. XVII Semead, Seminários em Administração**, São Paulo, 2014.

SUBAŠIĆ, Emina. **Leadership, power and the use of surveillance: Implications of shared social identity for leaders' capacity to influence.** Emina Subašić; Katherine J. Reynolds; John C. Turner; Kristine E. Veenstra; S. Alexander Haslam. **The Leadership Quarterly** 22, 170–181. 2011.

VOYER, Benjamin G. **As consequências psicológicas do poder na autopercepção: implicações para a liderança.** Voyer, Benjamin G., McIntosh, Bryan. **Jornal de Desenvolvimento de Liderança e Organização**, 7, vol. 34. 2013.



Capítulo 4

POLÍTICAS DE APOIO A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA INOVAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO DO ESTADO DO AMAPÁ

DOI: 10.29327/562393.1-4

Darlen Raquel Dos Santos Maia
Valéria Castelo Branco De Sousa
Rafael Rodrigues Feitosa

POLÍTICAS DE APOIO A INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA INOVAÇÃO NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO DO ESTADO DO AMAPÁ

Darlen Raquel Dos Santos Maia

Valéria Castelo Branco De Sousa

Rafael Rodrigues Feitosa

RESUMO

Com o presente estudo buscou-se apresentar a evolução da inovação nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do estado do Amapá, a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), mediante as políticas de apoio a inovação tecnológica. A verificação exploratória e descritiva, e abordagem qualitativa dos documentos bibliográficos e documental das IFES proporcionou visar o cenário da gestão e evolução da inovação no ensino superior. Os dados mostram que ambas caminham em passos desiguais de amadurecimento dos setores de inovação. Na UNIFAP constatarem-se conquistas significativas com depósitos de Propriedade Intelectual efetuados pelo Núcleo de Inovação Tecnológica, desenvolvimento de projetos extensionistas promissores e pós-graduação alinhada para esse fim. No IFAP verificou-se que a instituição ainda deixa a desejar na promoção da inovação tecnológica, onde seu Núcleo de Inovação Tecnológica não apresenta um nível adequado de maturidade de gestão.

Palavras-chave: Inovação. Políticas públicas. Amapá.

ABSTRACT

The present study sought to present the evolution of innovation in the Federal Institutions of Higher Education (IFES) in the state of Amapá, the Federal University of Amapá (UNIFAP) and the Federal Institute of Education, Science and Technology of Amapá (IFAP), through policies to support technological innovation. The exploratory and descriptive verification, and qualitative approach of the bibliographic and documentary documents of the IFES allowed to aim at the scenario of the management and evolution of innovation in higher education. The data show that both walk in unequal steps of maturation of the innovation sectors. At UNIFAP there were significant achievements

with Intellectual Property deposits made by the Technological Innovation Nucleus, development of promising extension projects and graduate studies aligned for this purpose. At IFAP, it was found that the institution still lacks in the promotion of technological innovation, where its Technological Innovation Center does not have an adequate level of management maturity.

Keywords: Innovation. Intellectual property. Management.

Área tecnológica: Propriedade Intelectual e Inovação Tecnológica.

1. INTRODUÇÃO

O conceito de inovação está relacionado a implementação, com a agregação de valor (com sucesso), de novas ideias, produtos, processos ou sistemas, onde podem representar algo novo ou envolver a aplicação de ideias que já existem, porém que são novas para um determinado contexto, além de poder ser uma combinação entre essas duas formas (AUDY, 2017, SOUZA, 2020).

A inovação é derivada do conhecimento científico, tendo sua origem na pesquisa e na geração de novos conhecimentos, assim sendo, é resultante direta da tecnologia, que no que lhe concerne deriva da ciência, sendo presente em todas as áreas e segmentos da sociedade e assume um papel de destaque na produção das riquezas (AUDY, 2017, CASTRO; SOUZA, 2012).

Nessa perspectiva, cabe ressaltar o papel das Instituições de Ensino Superior (IES), sobretudo as públicas, definidas como Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) que vem recebendo grande atenção das políticas públicas de inovação, por serem relevantes para o processo, por meio do fornecimento de novas tecnologias assim como pelo provimento de conhecimentos científicos (NELSON, 1990).

Essas instituições são relevantes centros de ideias e produtoras de informação, que refletem nos saberes para o desenvolvimento na área acadêmica, social e econômica e para a contribuição do desenvolvimento nacional, por intermédio da transferência e aplicação dos seus conhecimentos (MIRANDA; SIDULOVICZ; MACHADO, 2016).

Nesta linha de argumentação, observa-se que as ICTs por meio da geração de novos produtos e processos, fornecem melhorias ao conhecimento tecnológico e intensificam a produtividade e o crescimento econômico por meio do seu processo de pesquisa e desenvolvimento (FERREIRA; COSTA; MENDONÇA, 2020).

No tocante a inovação, é de conhecimento, que as medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica nas instituições de ciência e tecnologia (ICTs), foram promulgadas no ano de 2004, por meio da Lei de nº 10.973, também conhecida como Lei da Inovação, que foi regulamentada por meio do Decreto 9.283, no ano de 2018.

A aprovação dessa lei, representou um ambiente favorável ao desenvolvimento e inovação nas instituições públicas, a medida em que regulamentou as atividades de pesquisadores em projetos fomentados, além de dar autorização a comercialização de produtos tecnológicos oriundos de parcerias com empresas (SANTOS, 2019).

Com o advento da lei, houve uma mudança na trajetória do sistema de gestão da propriedade intelectual e de transferência de tecnologia, a medida em que forneceu amparo legal e definiu incentivos para a comercialização dos resultados das pesquisas científicas e tecnológicas (ARBIX; CONSONI, 2011).

A vista disso, as atividades das instituições públicas de ensino superior passaram a ser institucionalizadas e regulamentadas, onde estruturou-se sistemas de incentivo às pesquisas, o que ampliou o escopo de atuação, onde passaram a ter normas e políticas internas para a organização e proteção da sua propriedade intelectual (ARBIX; CONSONI, 2011, TOLEDO, 2015).

Ao fazer uma consideração da relevância da temática inovação para as organizações, torna-se relevante verificar a atuação dos Institutos Federais (IFs) e as Universidades Federais (UFs) nesse processo, especialmente no que tange a geração de conhecimentos e produtividade.

É de conhecimento que os IFs e UFs possuem objetivos similares no que se refere às suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, entretanto, possuem origens diferentes e apresentam outras finalidades que as diferenciam, como a responsabilidade dos Institutos Federais em relação ao ensino médio (RODRIGUES; GAVA, 2016).

No estado do Amapá, são duas, as instituições de ciência, tecnologia e inovação, enquadradas na esfera administrativa federal, sendo a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), o estudo em questão busca descrever o cenário da gestão e evolução da inovação no ensino superior, frente as políticas de apoio a inovação tecnológica.

Nesta linha de argumentação, será realizado uma avaliação dos diferentes estágios de desenvolvimento com foco nas atividades de inovação, além de verificar os efeitos da

legislação brasileira sobre ambas as instituições, onde apenas será feito destaque das ações mais prolíficas.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE INOVAÇÃO QUE CONTEMPLAM AS UNIVERSIDADES

No âmbito das políticas públicas de incentivo à inovação que contemplam as universidades, podemos destacar as leis 10.168/2000, 10.973/2004 e 11.196/2005. A lei Nº 10.168/2000 institui o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação e destaca, em sua redação, ter por objetivo principal estimular o desenvolvimento tecnológico brasileiro através de programas de pesquisa científica tecnológica e cooperativa entre universidades, centros e pesquisa e setor produtivo (BRASIL, 2000).

Esta lei institui contribuição de intervenção no domínio econômico, devida pela pessoa jurídica que detenha licença de uso ou tenha adquirido conhecimentos tecnológicos e também as signatárias que tratem de transferência de tecnologia, sejam de residentes ou domiciliados no exterior, sendo esta contribuição recolhida ao Tesouro Nacional e destinada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT (BRASIL, 2000).

Deste montante, trinta por cento, no mínimo, serão aplicados em programas de fomento à capacitação tecnológica e ao amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (BRASIL, 2000).

A Lei de Inovação Tecnológica 10.973/2004 estabelece as “medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do País” (BRASIL, 2004, p 1).

A lei visa promover atividades científicas e tecnológicas como forma de desenvolvimento econômico e social, promovendo e dando continuidade aos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação (BRASIL, 2004). Também como princípios desta lei, estão a promoção da cooperação entre os setores público, privado e empresas, para maior competitividade empresarial nos mercados nacional e internacional, com estímulo à atividade de inovação nas Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs) e nas empresas, incentivando a constituição de

ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia (BRASIL, 2004).

A lei Nº 11.196 de 21 de novembro de 2005, também conhecida como “Lei do bem”, em seu capítulo III, regulamenta a concessão de incentivos à inovação tecnológica para pessoas jurídicas através de várias medidas para redução de tributos da empresa, quando esta investe em pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação, tais como: dedução para apuração do lucro líquido, redução do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI de equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos, depreciação integral, no próprio ano da aquisição, de máquinas, aparelhos e instrumentos, novos, que tenham como finalidade o uso em atividades de pesquisa e inovação, para efeito de apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição sobre o Lucro Líquido – CSLL (BRASIL, 2005).

No contexto das universidades, o art. 17º, inciso VI da supracitada lei, em seu parágrafo 2º, determina que será reduzida a 0 (zero) a alíquota do imposto de renda retido na fonte para os valores investidos em pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica em contratações a universidades, instituições de pesquisas ou inventores, nos termos da lei (BRASIL, 2005).

Mais adiante, o artigo 19-A da lei em questão permite a exclusão do lucro líquido, para apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL os custos de projetos pesquisa e desenvolvimento de inovação tecnológica a serem executados por Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) (BRASIL, 2005).

3. METODOLOGIA

O presente estudo busca apresentar, por meio de uma pesquisa com abordagem qualitativa, de natureza em parte exploratória e descritiva, além de bibliográfica e documental, a evolução da inovação, nas instituições da esfera federal, do Estado do Amapá. Em relação às fontes, foram utilizadas as informações oriundas de documentos institucionais publicados nos sites da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), tais como resoluções, editais de pesquisa e inovação, editais de extensão tecnológica e informações disponíveis nos sítios eletrônicos. Além disso, foram consultadas publicações científicas que tratavam das questões relacionadas a inovação nas Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs), para o seu levantamento foram utilizadas as bases de dados do Google Acadêmico e Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO).

4. A EVOLUÇÃO DA INOVAÇÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ

A história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), tem seu início no ano de 2007, com a criação da Escola Técnica Federal do Amapá (ETFAP), que foi instituída por meio da Lei nº 11.534, onde a Portaria MEC nº 1066 atribuiu ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará a responsabilidade de implantação do ETFAP.

Em 2008, a Lei nº 11.892 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, transformou a Escola Técnica Federal do Amapá em Instituto Federal do Amapá. Sendo, atualmente, constituído por cinco campus: Macapá, Laranjal do Jari, Porto Grande, Santana e Oiapoque, contando ainda com um Centro de Referência em Educação a Distância no município de Pedra Branca do Amapari.

A instituição apresenta cursos que são divididos nas modalidades de formação inicial e continuada, ensino técnico, sendo integrado ao ensino médio, concomitante, subsequente e educação de jovens e adultos, além de ensino superior, sendo bacharelado, licenciatura e tecnologia e pós-graduação lato e stricto sensu.

O IFAP conta com uma Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROEPPI) que realiza o planejamento, a estruturação e o desenvolvimento das políticas de incentivo às atividades de extensão social e tecnológica, pesquisa científica e aplicada, inovação e propriedade intelectual e pós-graduação (IFAP, 2021).

A inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, está relacionada a criação de seu Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT/IFAP), no ano 2014, onde o NIT realiza a promoção de proteção às invenções originadas no âmbito da instituição, assim como o desenvolvimento de políticas de incentivo à cultura da inovação.

Um ponto de destaque para a promoção da inovação tecnológica na entidade, ocorreu no 2018, quando foram realizadas as implantações dos projetos incubadoras (suporte para o desenvolvimento de ideias inovadoras), Empresa Júnior (prestação de serviços de consultoria e desenvolvimento de projetos acadêmicos empresariais) e Centro de Línguas (fortalecimento do ensino de línguas).

No ano de 2019, o Instituto Federal do Amapá aprovou o regulamento geral que apresentou as diretrizes referentes as suas atividades de pesquisa e inovação, onde expos a sua normalização, tramitação, aprovação, execução, além do acompanhamento e

divulgação dos resultados alusivos aos programas, projetos e ações de pesquisa e inovação da entidade.

A instituição faz a publicação de editais, desde o ano de 2017, visando a seleção de projetos de inovação (extensão tecnológica, pesquisa aplicada e práticas educacionais inovadoras), projetos de pesquisa aplicada em inovação sustentável e a seleção de projetos de inovação em arranjos produtivos locais, sendo ferramentas que almejam fomentar as atividades para o desenvolvimento da inovação.

Entre os anos de 2017 a 2019, o quantitativo de projetos aprovados foi de vinte e nove, a vista disso, observa-se que o Instituto Federal do Amapá ainda apresenta uma baixa maturidade na realização de projetos voltados para o desenvolvimento da inovação.

Na instituição, há também a promoção de bolsas de Iniciação Científica em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação para os estudantes do Ensino Superior (Graduação) e Ensino Técnico (Integrado, Subsequente e Programa de Educação de Jovens e Adultos), além do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e bolsas de produtividade de pesquisa para coordenadores de projetos.

O instituto federal do Amapá, também conta com bolsas para atuação no seu Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) bem como no seu Núcleo de Tecnologia Assistiva (NTA), sendo a denominação usada de agente de inovação (para servidor docente) e estagiário de inovação (para estudante do ensino superior).

Verifica-se que constantemente a instituição desenvolve ações para promoção da temática junto comunidade acadêmica, por meio de eventos como o Seminário de Tecnologia Educacional, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e a Maratona Empreendedora

A entidade conta com alguns programas de pós-graduação que estão atrelados a sua trajetória de inovação, atualmente contando com quatro cursos de pós-graduação lato sensu, nas áreas de biotecnologia, informática na educação, ensino de química e docência na educação profissional e tecnológica e um curso stricto sensu na modalidade profissional em educação profissional e tecnológica.

O Curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) é ofertado em rede nacional, pertencente à área de Ensino sendo reconhecido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), realizando a produção de conhecimentos e o desenvolvimento de produtos (IFAP, 2021).

Recentemente, isto é, no ano de 2021, a instituição vem realizando estudos para a viabilidade, de maneira a apresentar uma estimativa de custos e despesas para uma possível implantação de incubadora de base tecnológica nos seus campi (IFAP, 2021).

Vale ressaltar que o instituto federal do Amapá não possui uma Política de Inovação Tecnológica, isto é, não tem definido a gestão de transferência de tecnologia e geração de inovação para o ambiente produtivo. Contudo, no ano de 2021, a entidade iniciou a construção coletiva da sua Política, sendo submetida a consulta pública.

Observa-se que a entidade, mesmo estando distante dos grandes centros de ciência e tecnologia do país, vem contribuindo de maneira significativa para o segmento da educação, ciência e tecnologia, assim como para a trajetória de inovação no Estado do Amapá.

Entretanto, verifica-se uma necessidade de melhoria em sua gestão de inovação, pois, apesar de contribuir com conhecimentos científicos a instituição ainda deixa a desejar na promoção da inovação tecnológica em seus processos, produtos assim como seus serviços.

Observou-se que o NIT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá não apresenta um nível adequado de maturidade de gestão, onde se faz necessário uma atuação mais presente de maneira que haja um maior desenvolvimento científico e tecnológico.

5. A EVOLUÇÃO DA INOVAÇÃO DA INOVAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

As atividades da Fundação Universidade Federal do Amapá iniciaram em 1970 como Núcleo Avançado de Ensino (NEM), vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA) atuando no campo do magistério. Já na década de 1990, cria-se, de fato, a Fundação Universidade Federal do Amapá, autorizada por meio do Decreto n.º 98.977, de 2 de março de 1990, se consagrando como uma Instituição de Ensino Superior (IES), sendo mantida pela União (UNIFAP, 2015).

A UNIFAP é uma instituição nascente, com sede na Cidade de Macapá e conta, atualmente, com 04 (quatro) Campis, sendo nos municípios de Santana, Mazagão, Oiapoque e Macapá, com curso de graduação e pós-graduação lato e stricto sensu, onde atuam cerca de 508 técnicos – administrativos e 654 docentes efetivos, sendo em sua maioria doutores ou doutorandos.

Sendo uma Instituição de Ensino Superior, a universidade já atuava em consonância com os pilares dessas IES, sendo ensino, pesquisa e extensão, apesar de caminhar com números reduzidos de projetos, pesquisas e incentivos, disponibilizados por instituições de apoio como CAPES, FINEP e CNPq (RELATÓRIO DE GESTÃO PROPESPG/UNIFAP, 2018).

Contudo, o enfoque também no desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação teve seu percurso consolidado com a criação do Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia – NITT, em março de 2011, para se adequar as determinações da Lei de Inovação (Lei nº 10.973 de 2 de dezembro 2004), que dispõem sobre incentivos à inovação e a pesquisa científica e tecnológica e ambientes produtivos e renovada pela Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, conhecida como Novo Marco Legal de Inovação (BRASIL, 2004). Sendo vinculado a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPESPG, ao NITT se propôs a missão de “Promover a adequada proteção das invenções geradas no âmbito da Unifap e a sua transferência ao setor produtivo, visando integrar a Unifap com a comunidade e contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e social do país” (RELATÓRIO DE GESTÃO DO NITT/UNIFAP, 2018).

Nesses passos, a Unifap pode contar com um ambiente específico para gerir suas políticas de inovação, de propriedade intelectual e de transferência de tecnologias, como acordos e negociações. Assim, o NITT teve subsídios para implementação de suas atividades nas diretrizes de Política Institucional de Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia da UNIFAP aprovadas através da Resolução N. 25/2018 – CONSU/UNIFAP, de 24 de julho de 2018. Esforços como minicursos, projetos tecnológicos, prospecções e missões exploratórias em busca de conhecimento (RELATÓRIO DE GESTÃO DO NITT/UNIFAP, 2018).

Diversas ações e programas internos para a estruturação e divulgação do NITT foram desenvolvidos ao longo desse percurso, como capacitações da equipe interna do NITT para manusear os propósitos da unidade, palestras de divulgação e capacitação de público internos e externos à universidade, mas a partir de 2016 iniciaram os feitos da unidade que marcaram no histórico da instituição, com os primeiros pedidos de proteção de Propriedade Intelectual feitos pelo NITT, sendo de patente e registro de programa de computador. Atualmente, nesses segmentos, a unidade possui 32 ativos de propriedade intelectual sob sua tutela, entre depositadas e concedidas no Instituto Nacional de

Propriedade Industrial (INPI), sendo 15 de pedidos de patentes de invenção, 14 registro de programas de computadores e 03 patentes de modelo de utilidade (NITT/UNIFAP, 2022).

A Unifap aderiu ainda a projetos como a Rede de Núcleos de Inovação Tecnológica da Amazônia Oriental, o NAMOR do que é um é um Arranjo de NITs que inclui os estados do Amapá, Pará e Tocantins ligados ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), que ao longo da atuação propiciou o financiamento de diversas atividades do NITT/UNIFAP. Destaca-se ainda a atuação regional da Universidade com a adesão à Rede #InovaAmapá – uma rede regional de núcleos de inovação e intervenientes no debate estadual, com franca ênfase na presença da governança estadual e o #InovaUnifap com nichos de atuação internos da instituição (RELATÓRIO DE GESTÃO PROPESPG/UNIFAP, 2018).

Outro marco da universidade para alavancar os investimentos em gestão da inovação está na adesão ao programa de pós-graduação, mestrado em rede, de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação – PROFNIT, que permite a qualificação de agentes locais de inovação para atuar no mercado. Em 2018 a instituição ofertou a primeira turma de stricto sensu, que vem permitindo relevantes pesquisas voltadas para o aprimoramento da Unifap enquanto gestora de inovação local, com o ingresso de servidores no curso, que tem promovido propostas e melhorias na atuação do seu Núcleo de Inovação e políticas da instituição. Pode-se reforçar ainda os cursos de pós-graduação que atuam incisivamente na promoção de inovações nas áreas de Ciências da Saúde, Farmacêutica e Exatas e Tecnológicas.

Podemos também destacar como primordial para a progressão das Inovações na instituição a disposição de editais para programas de Iniciação Científicos e Tecnológicas, os quais fomentam a evolução dos projetos que despontam para a inovação, como o lançamento de editais para a seleção de bolsas de iniciação científica dos Programas PIBIC/PIBIT/CNPQ, PROBIC/PROVIC/UNIFAP, Programa de Iniciação Científica Júnior da UNIFAP.

O engajamento da Universidade para a criação e funcionamento de Escritórios Modelos, Empresas Junior e Incubadoras, sendo uma das atividades gerenciadas pelo NITT, que culminou na Resolução 31/2017 relativa à temática das Empresas Júniores na Unifap.

Para fins de aproveitamento das políticas de incentivos promovidas para o desenvolvimento da inovação, a Universidade Federal do Amapá foi a primeira instituição do Estado a se credenciar junto ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCTIC) para fazer jus aos benefícios da Lei de Informática, através do Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas buscou-se promover a prospecção de P&D no âmbito da Lei da Informática - CATI/MCTIC, que além de poder alavancar a P&D com parcerias com empresas, abre as portas para grandes investimentos para estruturar os ambientes de pesquisas com equipamentos e estruturas adequados.

Atividades e projetos de extensão tecnológica também valoram a inovação na Unifap, pode-se destacar aqui os projetos idealizados para o enfrentamento da pandemia do COVID-19 com a disposição de produtos inovadores como a fabricação de Faceshield, projeto de fabricação de álcool em gel e líquido, projetos de fabricação de protótipos de ventiladores pulmonares de baixo custo. Diversas instituições do Estado foram beneficiadas com os produtos desses projetos.

É manifesto nos contextos elencados até aqui a trajetória da Inovação no âmbito da Universidade Federal do Amapá, muitos obstáculos ainda devem ser ultrapassados para impulsionar a inovação da Universidade Federal do Amapá, pode-se citar a valoração e maior independência de setores cruciais para promover esses meios de inovação, o direcionamento de um número maior de servidores com qualificação para atuar no enfrentamento desses entraves, o direcionamento de orçamentos para promover estímulo à criação e busca por inovação.

6. CONCLUSÃO

Como desfecho das apurações obtidas nesta pesquisa, delineou-se em traços gerais os tímidos passos desenrolados pelas Instituições Federais de Ensino do Estado em rumo às inovações tecnológicas, mediante as políticas de , contudo, já trouxeram significativas mudanças para os ambientes das IFES. Pode-se constatar o potencial científico e tecnológico existente para desenvolvimento de pesquisas e projetos extensionistas, com pesquisadores qualificados para esse intento. Podemos chamar atenção para um fator fundamental no processo de inovação tecnológica que devem ser especialmente potencializados nessas IFES, que são diretrizes para a efetuação de transferências de tecnologias, atenuando as relações Universidade, Estado e Empresa, sendo de fundamental importância para o crescimento tecnológico do mercado.

7. REFERÊNCIAS

ANTENOR, Mariana Chaves. Transferência de tecnologias das instituições de ciência e tecnologia cearenses para as empresas incubadas. 2019. Dissertação (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação) – Instituto Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

ARBIX, Glauco.; CONSONI, Flávia. Inovar para transformar a universidade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 77, p. 205-251, 2011.

AUDY, Jorge. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. **Estudos Avançados**, v.31, n.90, p.75-87, 2017.

BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, DF, dezembro 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm. Acesso em: 04 de setembro de 2021.

BRASIL. LEI Nº 11.534. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111534.htm. Acesso em: 08 de setembro de 2021.

BRASIL. Lei Nº 10.168/2000. Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10168.htm Acesso em: 12/03/2022.

Lei n. 10.973/2004. Lei de Inovação Tecnológica. Brasília, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm Acesso em: 12/03/2022.

Lei n. 11.196/2005. Lei do Bem. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111196.htm Acesso em: 12/03/2022.

BRASIL. Lei nº 11.892. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 08 de setembro de 2021.

BRASIL. DECRETO Nº 9.283. Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, o art. 24, § 3º, e o art. 32, § 7º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o art. 1º da Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, e o art. 2º,

caput, inciso I, alínea "g", da Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, para estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/d9283.htm. Acesso em: 08 de setembro de 2021.

CASTRO, Biancca Scarpeline de.; SOUZA, Gustavo Costa de. O papel dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) nas universidades brasileiras. **Liinc em Revista**, v.8, n.1, março, 2012, Rio de Janeiro, p 125-140.

FERREIRA, Ruan Gabriel Araújo.; COSTA, Robson Antônio Tavares.; MENDONÇA, Claudio Marcio Campos de. Análise da execução do convênio entre ICTS envolvendo transferência de tecnologia do software SUAP: estudo de caso no instituto federal do instituto federal do amapá e rio grande do Norte. **Revista Portuguesa de Gestão Contemporânea**, v.1, nº2, p.53-64, Agos/Dez, 2020.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ. Disponível em: < <https://www.ifap.edu.br/>>. Acessado em: 18 de agosto de 2021.

MARCONI, Marina de Andrade.; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MIRANDA, João Irineu de Rezende.; SIDULOVICZ, Nayara.; MACHADO, Daiani Martins. O desafio da inovação tecnológica dentro da universidade. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Ano XVIII, v. 2, n. 34, agosto de 2016, Salvador, p. 389 – 406.

NÚCLEO DE INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. Relatório de Atividades Maio/2016-Agosto/2018. 2018.

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO. Relatório de Atividades 2014/2018. 2018. Disponível em: <https://docplayer.com.br/115203853-Pro-reitoria-de-pesquisa-e-pos-graduacao.html>. Acesso em 04 de setembro de 2021.

RODRIGUES, Flávia Couto Ruback.; GAVA, Rodrigo. Capacidade de apoio à inovação dos institutos federais e das universidades federais no estado de minas gerais: um estudo comparativo. **REAd**, Porto Alegre, Edição 83, nº 1, Janeiro/Abril 2016, p. 26-51.

SANTOS, Bruna de Oliveira. Proposta de indicadores de inovação no plano de desenvolvimento institucional do IF goiano. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SOUZA, Jaqueline dos Reis. O papel da política de inovação e propriedade intelectual enquanto indutora da produção tecnológica aplicada: um estudo no instituto federal de educação, ciência e tecnologia da bahia – IFBA. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) – Instituto Federal da Bahia, Salvador, 2020.

TOLEDO, Patrícia Tavares Magalhães de. A gestão da inovação em universidades: evolução, modelos e propostas para instituições brasileiras. 2015. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em





Capítulo 5

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ

DOI: 10.29327/562393.1-5

Eder de Oliveira Picanço
Clayton Jordan Espíndola do Nascimento
José Carlos Corrêa de Carvalho Júnior
Madson Ralide Fonseca Gomes

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS NA PROMOÇÃO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ

Eder de Oliveira Picanço

Clayton Jordan Espíndola do Nascimento

José Carlos Corrêa de Carvalho Júnior

Madson Ralide Fonseca Gomes

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender o papel do Instituto Federal do Amapá (IFAP), como agente promotor de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Amapá. Para isso, será analisada as atividades que compreendem CT&I do IFAP, os desafios da instituição e as suas perspectivas ante às políticas de inovação instituídas no Brasil. Este trabalho, além da compilação bibliográfica e o emprego de dados secundários, buscou descrever as características no NIT e fazer uma análise da sua atribuição junto aos arranjos produtivos locais, para isso utilizou-se o método de entrevista semi-estruturada e a aplicação de questionário ao representante do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) do IFAP. Assim como nos demais NIT's de instituições de ensino no Brasil, sobretudo, nas localizadas na região Norte, o NIT do IFAP ainda se encontra em uma fase incipiente, considerando que a sua regulamentação foi recentemente implementada, razão pela qual está ainda na fase de estruturação. Os resultados da pesquisa demonstraram alguns entraves para o desenvolvimento das ações de inovação no âmbito do IFAP, sobretudo, em atividades para geração de ativos tecnológicos.

Palavras-chave: Políticas Públicas. NITs. IFAP.

ABSTRACT

This article aims to understand the role of the Federal Institute of Amapá (IFAP), as a promoter of Science, Technology and Innovation in the State of Amapá. For this, the activities that comprise IFAP's ST&I, the institution's challenges and its prospects in the face of innovation policies instituted in Brazil will be analyzed. This work, in addition to

the bibliographic compilation and the use of secondary data, sought to describe the characteristics in the NIT and make an analysis of its attribution with the local productive arrangements, for this we used the semi-structured interview method and the application of a questionnaire to the representative of the Technological Innovation Nucleus (NIT) of IFAP. As in the other NIT's of educational institutions in Brazil, especially those located in the North region, the IFAP NIT is still in an incipient phase, considering that its regulation was recently implemented, which is why it is still in its infancy. structuring phase. The research results showed some obstacles to the development of innovation actions within the scope of IFAP, especially in activities for the generation of technological assets.

Keywords: PUBLIC POLICY. NIT. IFAP

Área tecnológica: Ciências Sociais Aplicadas/Administração (6.02.00.00-6); Ciências Sociais Aplicadas/Administração Pública (6.02.02.00-9).

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, as políticas públicas de Ciência, Tecnologia & Inovação (CT&I), estão associadas às “ações governamentais para o fomento de atividades técnico-científicas que possa se desdobrar em resultados inovativos para que se atinja um nível satisfatório de crescimento e desenvolvimento do país em âmbito federal, estadual e local” (MEDEIROS, 2016). Estas ações são tangibilizadas através de um esforço regulatório, cujo seus desdobramentos perpassam por várias estratégias governamentais a fim de que seus objetivos sejam alcançados. Uma dessas estratégias é operacionalizada através das Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs), especificamente, pelas atividades desenvolvidas pelos Núcleo de Inovação Tecnológica (NITs). As ICTs foram estabelecidas, através do Marco Legal da Inovação (Lei nº 13.243/2016), como:

[...] entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos (BRASIL, 2016).

Dessa maneira, sob a luz do Marco Legal da Inovação, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, são reconhecidas como ICTs, pois tem

como princípio norteador “a oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas” (BRASIL, 2008). As atribuições da Rede Federal convergem para o desenvolvimento socioeconômico local e regional, que podem ser provenientes, além da oferta do ensino técnico e tecnológico, por meio de pesquisas básicas e de pesquisas técnicas e tecnológicas alinhadas aos arranjos produtivos locais.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), ICT vinculada a Rede Federal, e compreendida neste trabalho como estudo de caso, além de prover educação profissional pública em todos os níveis e modalidades de ensino, tem como atribuição precípua, fomentar o desenvolvimento tecnológico e socioeconômico do Amapá, por meio do ensino, da pesquisa (básica e aplicada) e de ações extensionistas. Neste sentido, sob a luz da missão institucional do IFAP e dos objetivos estratégicos estabelecidos pelas Políticas Públicas de Inovação, este trabalho tem como objetivo principal compreender o papel do IFAP como agente promotor de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) no âmbito local.

Este artigo está organizado, além da introdução, na seguinte estrutura: inicialmente, através da seção subsequente, faz-se uma breve abordagem sobre as políticas públicas de inovação e as suas implicações no desenvolvimento tecnológico do Brasil. Na sequência, é apresentado os conceitos e atribuições dos NITs, e a sua importância para as ICTs. A seguir, são apresentados os resultados do estudo de caso, que discute e analisa o papel e as atribuições do NIT do Instituto Federal do Amapá na missão institucional.

2. CENÁRIO DO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO BRASIL

No mundo contemporâneo, há consenso que a tecnologia e inovação são forças propulsoras para o desenvolvimento de um país, sobretudo, para os países emergentes. Nesta perspectiva, há um esforço no mundo todo para o desenvolvimento tecnológico, pois este, é uma das razões que proporciona melhores condições socioeconômicas de um país. O Brasil, embora historicamente tenha instituído políticas voltadas à pesquisa tecnológica, especialmente, com o reconhecimento na constituição federal de 1988, a inovação tecnológica como vetor para o desenvolvimento do país e como obrigação de estado, somente foi concebida pela emenda constitucional de n.º85 (EC) de 2015.

Neste sentido, a redação da EC n.º 85, de 2015 altera o art. 218 para: “O Estado promoverá e incentivará o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação”. Ainda no mesmo artigo, a CF estabelece os princípios para o desenvolvimento tecnológico do Brasil, que podem ser interpretados da seguinte maneira: (I) Prioridade no desenvolvimento da pesquisa básica e tecnológica pelo estado brasileiro; (II) Pesquisa tecnológicas voltadas, especialmente, para o setor produtivo do Brasil; (III) Estímulo à promoção de recursos humanos nas áreas ciência, tecnologia e inovação, pelo poder público e privado.

Há, ainda, no Brasil, um arcabouço regulatório que disciplina o papel do Estado Brasileiro na promoção de políticas de inovação tecnológica. Tendo como Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação a lei 10.973 de 2004, editada pela lei n.º 13.243 de 2016. Entretanto, mesmo com os avanços na promoção da pesquisa científica e tecnológica e da formação de recursos humanos, “[...] a ciência brasileira não se refletiu na melhoria dos indicadores tecnológicos e de inovação nas empresas” (BRASIL, 2018). A partir desses indicativos, para criar um ambiente mais dinâmico e favorável às atividades de inovação tecnológica, foi reordenado um novo Marco Legal através da promulgação do decreto n.º 9.283 de 2018.

Embora o Brasil esteja em um constante processo de melhorias normativas pautadas às questões da inovação tecnológica, e reconhecida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) como 12ª maior economia do mundo (FMI, 2021), em termos desenvolvimento tecnológico, o país ainda se encontra em um estágio incipiente, ocupando a 57ª posição no ranking global de inovação e a 4ª posição entre os países da América Latina (WIPO, 2021).

Tabela 01 - Classificação do Índice Global de Inovação 2021.

Posição	País
1ª	Suíça
2ª	Suécia
3ª	Estados Unidos da América
4ª	Reino Unido
5ª	República da Coreia
6ª	Holanda
7ª	Finlândia

8 ^a	Singapura
9 ^a	Dinamarca
10 ^a	Alemanha
57 ^a	Brasil

Fonte: (WIPO, 2021)

Outro aspecto importante a ser observado, se refere ao contraste regional quanto às atividades de pesquisas e desenvolvimento (P&D), da qual está concentrada nas regiões sul e sudeste, e por consequência, percebe-se, também, uma maior destinação de recursos para essas regiões quando comparada a outras regiões, especialmente, a região norte.

3. PAPEL DOS NÚCLEOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO.

Nos últimos anos, o Brasil tem avançado significativamente no campo da pesquisa científica e tecnológica, impulsionado pela expansão das universidades e criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e ainda os investimentos governamentais em inovação através de agências de fomento à pesquisa e pelo empenho na produção de pesquisa aplicada, ganhou maior visibilidade a partir do ano de 2004 com a promulgação da Lei 10.973, conhecida como a Lei de Inovação.

A Lei de Inovação Federal nº 10.973/2004 facultou aos Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs) criarem o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), um dos agentes mais adequados para viabilizar a cooperação universidade indústria e desenvolver a região onde estão inseridos. O principal objetivo, além de promover a inovação, é proteger adequadamente as invenções geradas no âmbito interno e externo dos ICTs e a transferência de tecnologia ao setor produtivo, visando integrá-la à comunidade e contribuir para o desenvolvimento cultural, tecnológico e social da região.

VI - Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT): estrutura instituída por uma ou mais ICTs, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação e por competências mínimas as atribuições previstas nesta Lei. (BRASIL, 2004, art. 2º).

A Lei de Inovação, busca flexibilizar o aparato burocrático para promoção de parcerias e estabelece a obrigatoriedade de criação de Núcleos de Inovação Tecnológica

(NITs) nas instituições públicas de pesquisa no Brasil. Vale ressaltar que a Lei de Inovação de 2004, foi suplementada pelo decreto Lei nº 13.243/2016, onde NITs ganharam mais abrangência ainda, que podem ser observadas pelas seguintes disciplinas:

VII - Desenvolver estudos de prospecção tecnológica e de inteligência competitiva no campo da propriedade intelectual, de forma a orientar as ações de inovação da ICT;

VIII - Desenvolver estudos e estratégias para a transferência de inovação gerada pela ICT;

IX - Promover e acompanhar o relacionamento da ICT com empresas, em especial para as atividades previstas nos arts. 6º ao 9º ;

X - Negociar e gerir os acordos de transferência de tecnologia oriunda da ICT.

Concebe-se, portanto, que os NITs desempenham a gestão das atividades de inovação das ICTs, assim como, estabelece mecanismos de aproximação destas com a iniciativa privada por meio de atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Neste contexto, Guerreiro (2018, p.7) complementa que: "O dispositivo legal fortaleceu a figura do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), alterando de maneira decisiva a sua finalidade. As novas atribuições e novas responsabilidades incluídas [...] descrevem e exigem um ente muito mais ativo nos sistemas de inovação"

Outro passo importante para o fortalecimento da cultura de inovação nas ICTs, foi a criação do Fórum dos Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia, o FORTEC, em 2006. O Fórum é uma instância representativa que congrega as Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) de todo país, responsável "[...] pelo gerenciamento das políticas de inovação e das atividades relacionadas à propriedade intelectual e à transferência de tecnologia, incluindo-se, neste conceito, os núcleos de inovação tecnológica (NITs), agências, escritórios e congêneres" (FORTEC, 2022).

Segundo a Pesquisa FORTEC de inovação¹, ano base 2020, das 196 ICTs associadas "134 (96,4%) afirmaram que seus NIT estavam implementados, enquanto somente 5 (3,6%) informaram que o NIT estava em fase de implementação e nenhum respondente informou que seu NIT não estava implementado" (FORTEC, 2022). Cabe

¹ A prestação de informações para a Pesquisa FORTEC de Inovação é totalmente voluntária. No ano-base 2020, quinto ano da Pesquisa, houve um crescimento no número de respondentes, que passou de 128 para 139. Esses participantes representam um total de 196 ICT públicas e privadas de todo o Brasil. Os resultados apresentados neste relatório estão agregados por Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) respondente. Isso significa que o NIT de uma instituição com diversos campi agregará todos os resultados de proteção de PI e de TT dessa ICT. Similarmente, salvo quando indicado o contrário, um NIT compartilhado por diversas ICT agregará todos os resultados dessas instituições.

ressaltar que as regiões norte e centro-oeste, são as regiões que possuem menos representatividade do número de NITs, conforme aponta a pesquisa FORTEC.

Neste sentido, portanto, os resultados da pesquisa FORTEC corroboram que as ICTs da região norte ainda se encontram em um estágio incipiente quanto às atividades de pesquisa, especialmente, às aplicadas em CT & I.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.

4.1 Caracterização do objeto de estudo

O IFAP teve início em 2007 com a criação da Escola Técnica Federal do Amapá (ETFAP), instituída pela Lei nº 11.534. Em 13 de novembro de 2007, a Portaria MEC nº 1.066 atribuiu ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (Cefet/PA) a função de implantar a ETFAP.

A Lei nº 11.892 de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, transformou a ETFAP em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) – autarquia vinculada ao Ministério da Educação, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparada às universidades federais, além da Reitoria, o Instituto Federal do Amapá é constituído pelos campi Macapá, Laranjal do Jari, Porto Grande (campus Agrícola) e Santana, além do Campus Avançado Oiapoque e do Centro de Referência em EAD Pedra Branca do Amapari, estrategicamente localizados para contribuir com o desenvolvimento do Estado.

A partir de 2010, agora uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicampi e descentralizada e seguindo a política de atuação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o IFAP passou a ofertar gradativamente cursos nos diferentes níveis e modalidades do ensino técnico e tecnológico, com o compromisso de viabilizar o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador.

Em 2014, o Conselho Superior do IFAP aprovou a regulamentação do seu Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), através da resolução de n.º 27; neste ordenamento, o IFAP normatizou as competências do NIT e as suas atribuições, as quais podem ser observadas a seguir:

Art. 7º Ao Núcleo de Inovação Tecnológica do IFAP compete:
I – desenvolver e zelar pela política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de

tecnologia;

II – avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições da Lei nº 10.973, de 2004 e suas alterações;

III – avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção;

IV – emitir parecer quanto à conveniência e promover o pedido de registro ou o pedido de patente no órgão competente e acompanhar o processo de proteção, nacional e/ou internacional, das criações desenvolvidas na Instituição, e o seu licenciamento;

V – opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na Instituição, passíveis de proteção intelectual;

VI – acompanhar e zelar pela manutenção e defesa dos títulos de Propriedade Intelectual da Instituição;

VII – acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição;

VIII – avaliar acordos, contratos ou convênios a serem firmados entre o IFAP e instituições públicas ou privadas, que tenham relação direta com o processo de inovação tecnológica;

IX – promover as ações de transferência de tecnologia e licenciamento mediante celebração de instrumentos contratuais, com a aprovação do reitor;

X – Apoiar e estimular novas empresas de base tecnológicas e sociais, por intermédio da criação e implantação da Incubadora de Empresas do IFAP. (CONSUP/IFAP. 2014, p.05).

O Instituto federal do Amapá, reconhecendo que a inovação tecnológica é vocacionada às atividades profícuas da Instituição (ensino, pesquisa e extensão), regulamentou, através da resolução n.º 25 de 2019, as premissas para o desenvolvimento das atividades de pesquisa, extensão e inovação.

Art. 4º Configuram propósitos da pesquisa e inovação:

I. Instituir espaços dedicados à produção e à divulgação do conhecimento;

II. Contribuir para a formação teórica, técnica e profissional da comunidade acadêmica;

III. Incentivar a capacitação e a qualificação dos pesquisadores da instituição;

IV. Estimular a criação de Grupos de Pesquisa;

V. Subsidiar o desenvolvimento de programas institucionais de pesquisa e inovação nas diversas modalidades de ensino ofertadas;

VI. Promover atividades científicas, tecnológicas e de inovação objetivando o desenvolvimento social e econômico do país;

VII. Reduzir as desigualdades sociais e econômicas local, regional e nacional.
((CONSUP/IFAP. 2014, p.05).

Cabe ainda observar, que a resolução de n.º 25 alude, também, a concepção da Hélice Tripla, baseada no modelo proposto por Henry Etzkowitz e Loet Leydesdorff, cuja proposta de inovação parte de uma sociedade baseada em conhecimento, através da relação universidade - governo - indústria. (RODRIGUES; GAVA, 2016, p. 06). Essa concepção pode ser compreendida no art. 12 da referida resolução, quando traz possibilidades de financiamentos públicos e/ou privados aos projetos de pesquisa e inovação do instituto.

De modo geral, pode-se perceber que o IFAP que está organizado regimentalmente para o desenvolvimento das práticas tecnológicas e de inovação, entretanto, assim como muitas ICTs do Brasil, especialmente, as localizadas no Norte, possuem desafios a serem superados para que os objetivos institucionais sejam alcançados.

5. ESTUDO DE CASO DO NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DO IFAP

Para o desenvolvimento deste estudo de caso, foi empreendido um estudo exploratório-descritivo, de caráter qualitativo, decorrente do método *survey* e, instrumentalizado, por meio da aplicação de um questionário online ao coordenador do NIT do Instituto Federal do Amapá. O objetivo do questionário visa obter informações gerais sobre o NIT, assim como, saber do desenvolvimento das suas atividades e, partindo da realidade encontrada, compreender o seu papel institucional frente às políticas de CT&I.

6. RESULTADOS DA PESQUISA REALIZADA NO NIT DO IFAP, ATRAVÉS DO QUESTIONÁRIO.

O NIT do IFAP foi criado em 13 de agosto de 2014 e encontra-se implementado. Está vinculado à Pró-reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação confirmando o preconiza o Plano de desenvolvimento institucional (PDI) da instituição. No seu escopo regulatório, abrange atividades de PI como patentes, desenhos industriais, softwares, marcas, direitos autorais, indicações geográficas, cultivares e transgênicos.

Quanto aos recursos humanos, cabe destacar que todos os servidores lotados no NIT são servidores efetivos, os quais são nomeados pela reitoria da instituição. Seu quadro compreende dois servidores, com seguintes formações: Um servidor com graduação em física e doutorado em engenharia de materiais e outro com graduação na área de TI e mestrando em Propriedade Intelectual. Segundo a coordenação do NIT, quando se analisa os gargalos, o núcleo ainda precisa se estabelecer como um departamento, ampliando o número de funcionários que estejam a disposição plena para atender as demandas do setor.

A divulgação dos trabalhos do NIT junto à comunidade acadêmica, interna e externa, é estabelecida através de simpósios, conferências e palestras, como por exemplo, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e a Jornada de Iniciação Científica.

Com relação à transferência de tecnologia e/ou licenciamento, foi observado que o IFAP ainda não realizou nenhuma atividade concernente a patentes, todavia, quanto à propriedade intelectual de programa de computador, bem como, informações sobre os possíveis licenciados, não constam informações compiladas que confirmem esta questão, tendo em vista que a construção da base de dados do NIT do IFAP está em fase de conclusão. A coordenação ressaltou que foi realizada a prospecção de todos os projetos de pesquisa (2018-2021) cadastrados na instituição para verificar quais têm potencial para proteção da propriedade intelectual. Revelou ainda que o NIT também pretende dialogar com o setor produtivo local, a fim de estabelecer um elo entre academia e indústria. Neste sentido, pode-se observar os pressupostos preconizados nos conceitos da hélice tripla.

De acordo com dados coletados, o orçamento do NIT, atualmente, é proveniente da Pró-reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do IFAP. A projeção de orçamento para o ano de 2022 é de R\$ 89.220,00, os quais serão investidos em ações de promoção à inovação.

A coordenação do NIT, nas suas considerações finais, observa que o NIT do IFAP, embora esteja implementado, ainda se encontra num processo de estruturação. Um dos objetivos, para maior tracionamento das suas atividades, especialmente, na prestação de serviços é a constituição da personalidade jurídica do NIT.

7. METODOLOGIA

Este trabalho tem uma abordagem descritiva e qualitativa, pois além de descrever as características de determinado fenômeno (GIL, 1987), busca compreender a situação estudada por meio de opiniões das pessoas e, também, do entendimento das razões que sustentam as opiniões (FRASER e GONDIM, 2004, p. 8). Esta pesquisa é concebida através de um estudo de caso, do qual permitiu fazer uma abordagem sobre as atividades do NIT do Instituto Federal do Amapá, contextualizando os desafios e perspectivas frente às suas missões institucionais.

Inicialmente, foi realizada a compilação bibliográfica sobre o assunto estudado, que trouxe, além do arcabouço teórico, dados estatísticos que sustentam os pressupostos levantados a partir da problematização do estudo; também foram realizadas pesquisas documentais em sites governamentais, em especial, no site do IFAP, a fim de obter informações gerais do instituto e para obter informações das atividades desenvolvidas no âmbito do NIT. Por conseguinte, foi realizada uma entrevista semiestruturada junto a direção do Núcleo de Inovação Tecnológica do IFAP, da qual juntada às outras etapas metodológicas, foi possível realizar as inferências do trabalho.

8. CONCLUSÃO

O Brasil conta com um importante conjunto de ordenamentos dos quais derivam os incentivos à inovação tecnológica. Todavia, os objetivos das políticas públicas de inovação no Brasil não refletem, ainda, com a realidade encontrada no país. Tal fato pode ser compreendido em razão dos atrasos históricos quanto ao estímulo do estado brasileiro às atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Tais implicações podem ser percebidas, pela falta prioridade relacionada à ciência, tecnologia e inovação. Neste aspecto, o Brasil, quando comparado a outras nações, fica evidente a insipiência de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e também, falhas na coordenação das políticas públicas de inovação pelo estado brasileiro. Esta última, refere-se à pouca articulação do governo para a integração entre as indústrias, os governos e as ICTs, conforme o que preconiza o conceito da hélice tripla.

Neste contexto, é importante destacar que os problemas referentes às políticas públicas de inovação, trazem contrastes regionais quanto às atividades de CT&I. Estes contrastes podem ser observados quando se analisa os indicadores de pesquisa e inovação tecnológica no Brasil, onde, predominantemente, os estados do Sul e Sudeste apresentam os melhores resultados, razão pela qual recebem mais investimentos do governo. Na

região norte, este fato pode ser compreendido, quando se verifica a quantidade de NITs existentes, que representam apenas 6% dos NITs instituídos no Brasil, sendo este indicador o de menor representatividade no cenário nacional.

O Instituto Federal do Amapá, localizado na região norte do Brasil e integrante da Amazônia Legal, é uma ICT reconhecida pela Lei de inovação. Entretanto, assim como a maior parte das ICTs localizadas no norte do Brasil, enfrentam muitas dificuldades. Essas dificuldades estão relacionadas a falta de qualificação profissional; fomentos à pesquisa e desenvolvimento, e um ordenamento regulatório mais alinhado às especificidades da região norte, considerando as suas vocações econômicas e culturais. Cabe destacar, quanto aos problemas de qualificação profissional na área de CT&I, que a região norte possui apenas 282 cursos de pós-graduação, enquanto as regiões sul e sudeste, juntas, contemplam 2.969².

O NIT do IFAP, ainda encontra-se num processo de estruturação, no entanto, seu arcabouço regulatório está pronto. Sua missão institucional, compreende a promoção e fortalecimento da inovação tecnológica no Amapá, empreendendo, a partir desta, ações integradoras entre a academia, o governo e os setores produtivos locais. Por meio desta conjugação, o NIT do IFAP, poderá contribuir com o desenvolvimento econômico do estado, especialmente, no seu desenvolvimento tecnológico.

9. PERSPECTIVAS FUTURAS

Expandir a pesquisa para outros Núcleos de Inovação Tecnológica - NIT no estado do Amapá e relacioná-la com os NITs da Região Norte, objetivando entender o padrão de desenvolvimento e atividades no contexto da Hélice Tripla onde relaciona Academia - Iniciativa Privada - Indústria.

10. REFERÊNCIAS.

BRASIL. Lei n.º 10.973, de 2 de dezembro de 2004. **Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 dez. 2004. Disponível em:

² Fonte: PLataforma Sucupira.

<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoRegiao.xhtml>

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm>. Acesso em: 28 mar. 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 12.243 de 11 de janeiro de 2016. **Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação** e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei nº 8.010, de 29 de março de 1990, a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, e a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, nos termos da Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Acesso em 28 de Fev. 2022.

DIAS, Alexandre Aparecido; PORTO, Geciane Silveira. Gestão de Transferência de Tecnologia Na Inova Unicamp. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 17, n. 3, p. 263–284, Jun. 2013.

FRASER, M. T. D; GONDIM, S. M. G. **Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa**. Paidéia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p. 139-152, Ago. 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/paideia/a/MmkPXF5fCnqVP9MX75q6Rrd/?lang=pt>> Acesso em 01 mar. 2022.

FORTEC – FÓRUM NACIONAL DE GESTORES DE INOVAÇÃO E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA. **Pesquisa FORTEC de Inovação: Políticas e Atividades de Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia** – Relatório Ano Base 2020. Fortec, 2021. Disponível em: <<https://fortec.org.br/acoes-pesquisa-fortec-de-inovacao/>>. Acesso em: 01 mar. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GII. **Índice Global de Inovação 2021**. Resumo executivo. WIPO, 2022. Disponível em: <https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_gii_2021_exec.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2022.

GUERREIRO, Evelyn Seilhe. **Proposta de Planejamento Estratégico para o Departamento de Inovação (DINOV) do IFBA considerando o Novo Marco**

Regulatório da Inovação. 2018. 92 p. Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal da Bahia, Salvador, 2018.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ. Conselho Superior. Resolução N. 25/2019/CONSUP/IFAP, DE 8 DE MARÇO DE 2019. Aprova o Regulamento Geral das Atividades de Pesquisa e Inovação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP. Macapá: Conselho Superior, 2019.

INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ. Conselho Superior. Resolução de N° 027/2014/CONSUP/IFAP, DE 13 DE AGOSTO DE 2014. aprova a regulamentação das atividades do núcleo de inovação tecnológica - NIT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP, Macapá: Conselho Superior, 2014. Disponível em [:https://laranjal.ifap.edu.br/images/Depex/Resolucao_n_027-2014 - Nucleo de Inovacao Tecnologica.pdf](https://laranjal.ifap.edu.br/images/Depex/Resolucao_n_027-2014_-_Nucleo_de_Inovacao_Tecnologica.pdf).

RODRIGUES, Flávia Couto Ruback; GAVA, Rodrigo. **Capacidade de Apoio à Inovação Dos Institutos Federais e Das Universidades Federais** No Estado de Minas Gerais: Um Estudo Comparativo. REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre), v. 22, n. 1, p. 26–51, Apr. 2016.



Capítulo 6

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INOVAÇÃO NO AMAPÁ: UM CONTEXTO GERAL

DOI: 10.29327/562393.1-6

José Leonilson Abreu da Silva Junior
Lilian Cristiani Damasceno Carneiro

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INOVAÇÃO NO AMAPÁ: UM CONTEXTO GERAL

José Leonilson Abreu da Silva Junior

Lilian Cristiani Damasceno Carneiro

RESUMO

A inovação é algo que tem estado em voga nos últimos anos, no mercado, nas empresas, nas universidades e na sociedade em geral. A criação de políticas públicas voltadas para ciência, tecnologia e inovação possibilitam o desenvolvimento econômico e social e aumentam a competitividade de uma nação e as inovações tecnológicas contribuíram significativamente para que países inovassem na oferta de serviços que atendessem à população. O presente artigo se propõe a identificar as políticas públicas desenvolvidas a partir da lei estadual n. 2333, de 25 de abril de 2018, do Governo do Estado do Amapá, como também, elencar as políticas públicas para inovação desenvolvidas pelo governo, como são aplicadas e também foram coletadas informações dos Planos Plurianual referente aos períodos, 2016-2019 e 2020-2023 e dos editais de empreendedorismo e inovação referente ao período de 2018 a 2021.

Palavras – chave: políticas públicas. inovação. empreendedorismo.

ABSTRACT

Innovation is something that has been in vogue in recent years, in the market, in companies, in universities and in society in general. The creation of technological innovations and popular innovations for science, technological technology and innovation enable social development and increase the accuracy of a nation and as economic innovations and significant innovations in offering that meet social innovation. This article proposes to identify public policies based on state law n. 2333, April 25, 2018, Government of the State of Amapá, as well as electing public policies for innovation and information regarding the Multiannual Plans of the Periods, 2016-2019 and 2019 and 2016-2019 were also applied. 2023 and entrepreneurship and innovation notices for the period from 2018 to 2021.

Keywords: public polices. innovation. entrepreneurship.

1. INTRODUÇÃO

A inovação nos últimos anos têm sido vista como um fator importante de desenvolvimento e competitividade das nações, criar políticas públicas voltadas para o campo da ciência, tecnologia e inovação, num cenário competitivo de mercado possibilita o desenvolvimento político e social, pois a inovação pode ser entendida como a inserção de produtos novos ou melhorados (OCDE, 2005). Ressalta-se que políticas públicas fazem parte de ações governamentais voltadas para inovação buscando fomentar práticas inovadoras visando atender o crescimento do país em âmbito federal, estadual e municipal. (FERREIRA; PORTO JUNIOR; ALVES, 2018).

A inovação favorece uma disputa saudável para a economia, fomentando o desenvolvimento e a geração de emprego e renda, além de estimular a inserção no mercado de novos produtos e serviços na economia (CONRADO JUNIOR, 2019). Nesse cenário, políticas públicas de inovação fortalecem as estratégias de competitividade das empresas e a melhoria de serviços e produtos, oferecidos pelo Estado, desenvolvidos para população promovendo o bem estar de todos os envolvidos.

A criação de políticas públicas são formas de atuação do Estado que dentre seus programas que se propõem a desenvolver realizam ações estratégicas, pois a prática e a construção de cultura de inovação nas organizações públicas são vistas como consequências das constantes e céleres mudanças econômicas, políticas, sociais e tecnológicas (CAVALCANTE; MENDONÇA; BRANDALISE, 2018). Desta forma, o governo do estado do Amapá tem desenvolvido ações que de acordo com a lei n. 2.3333/2018 visam incentivar o desenvolvimento em ciência, tecnologia e inovação no estado, o que pode ser observado no Plano Plurianual.

Estes esforços têm sido observados, por parte do estado do Amapá, a partir do momento em que são fomentados projetos na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), empreendedorismo, qualificação profissional, inovação dentre outros, para a sociedade e que visem estimular iniciativas inovadoras em soluções de produtos e serviços para a melhoria de todos os atores envolvidos. Uma vez que, a inovação impacta diversos segmentos da sociedade, como: educação, saúde, entretenimento dentre outros, como também, as empresas que adotam práticas inovadoras para se tornarem mais competitivas e aumentar a produtividade em geral num mercado globalizado.

Vale ressaltar que, as políticas de apoio à inovação no mundo passam pelo “fortalecimento dos sistemas nacionais de inovação”, decorrente da natureza cada vez mais ampla da cooperação e da sinergia que existe entre empresas, instituições de pesquisa e o conjunto da infraestrutura de serviços tecnológicos que dão suporte à competitividade (PACHECO; ALMEIDA, 2013). Colaborativamente a Lei da Inovação veem contribuir, com o estado e com Instituições de Ciência e Tecnologia para a conquista de novos mercados e melhoria de produtos relacionados à inovação e empreendedorismo.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS: CONTEXTO

As políticas públicas de modo geral, são criadas para atender as demandas de determinado segmento da sociedade, educação, saúde, cultura, saneamento entre outros. Nesse sentido, objetivo das políticas públicas é atender as necessidades dos setores da sociedade que são considerados vulneráveis (MAYER, 2019), ocorrem por meio de programas criados para proporcionar o bem estar do cidadão.

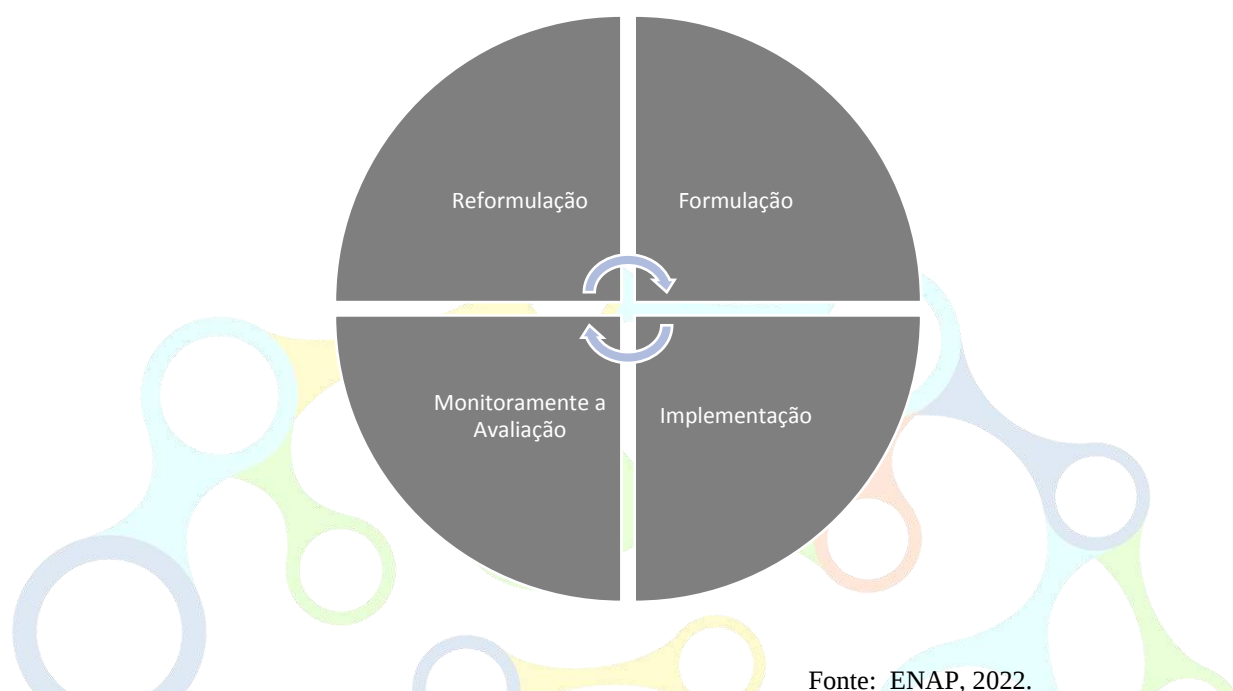
As mesmas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas da sociedade, e do seu próprio interior, um compromisso assumido com a sociedade para atender às questões sociais. (CARVALHO, et. all, 2002)

Para Schmidt (2018, p.122) “a política pública é uma resposta a um problema político”, o autor ressalta, ainda, que na literatura da ciência política há inúmeras definições de políticas públicas, mas um conceito se destaca: “políticas públicas são respostas do poder público a problemas políticos. Ou seja, as políticas designam iniciativas do Estado (governos e poderes públicos) para atender demandas sociais referentes a problemas políticos de ordem pública ou coletiva”(SCHMIDT, 2018, p.122).

Nesse sentido, a implementação de políticas públicas consiste em um conjunto de decisões e ações realizadas por grupos ou indivíduos, tanto público quanto privado, para um determinado fim. (MATTER, 2020)

Para um melhor entendimento a respeito do assunto será ilustrado a seguir o ciclo da política pública que se caracterizam em quatro fases a) formulação, conjunto de processos que envolvem a realização das políticas públicas; b) implementação, conjunto de ações e decisões de um grupo ou indivíduo que podem ser de natureza pública ou particular; c) monitoramento e avaliação, acompanhamento contínuo por parte dos gestores e d) reformulação. (DAVID; FONSECA; PEREIRA,)

Figura 1- Ciclo de Políticas Públicas



3. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INOVAÇÃO

A necessidade de inovar têm sido percebida pelas organizações, tendo em vista a importância que o mercado tem dado às mudanças ocorridas no campo da inovação e empreendedorismo no que tange às políticas de apoio ao fortalecimento à inovação, visando à melhoria dos produtos inseridos no mercado e consequentemente contribuindo para que o país torne-se mais competitivo.

Políticas públicas com o olhar voltado à inovação e ao empreendedorismo visam fomentar o espírito empreendedor e a prosperidade econômica das nações (HALABI: LUSSIER, 2014). Nesse aspecto, o poder público desenvolve ações de política científica e tecnológica que são apontadas como estratégica para o desenvolvimento nacional (DIAS, 2011).

No Brasil, em 2004, foi criada a Lei n. 10.973, de 2 de dezembro de 2004, denominada de Lei da Inovação, ela buscou estabelecer medidas de incentivo à inovação e a criação de ambientes favoráveis ao surgimento de novos negócios. Em 2016 foi alterada pela Lei n. 13.243, esta ficou conhecida como Marco Legal da Inovação. A legislação nacional a cerca da inovação busca estabelecer medidas de promoção para a competitividade empresarial nos mercados nacional e internacional e incentivo para a

constituição de ambientes favoráveis à inovação. De acordo com a lei, as instituições de ciência, tecnologia e inovação e os órgãos municipais, estaduais e federais podem promover ações em prol dos ambientes produtivos por meio do empreendedorismo inovador.

A inovação no setor público corresponde à introdução de novos elementos que provocam uma descontinuidade nas práticas anteriores e resultam em melhorias nas políticas públicas, nos serviços públicos, na gestão pública, ou em qualquer outra dimensão de análise. (SANO,2020)

Em 2018 no Amapá entrou em vigência a Lei nº 2.333, esta Lei ficou conhecida como Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação no Amapá e estabelece:

Esta lei estabelece medidas de indução e incentivos ao desenvolvimento do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado do Amapá, por meio de instrumentos que concedem suporte ao desenvolvimento do ambiente produtivo, com observância às potencialidades locais e vocações regionais, visando o desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis, em conformidade com os artigos 296, 186 e inciso IX, do art. 284, da Constituição Estadual. (AMAPÁ, 2018, art. 1º)

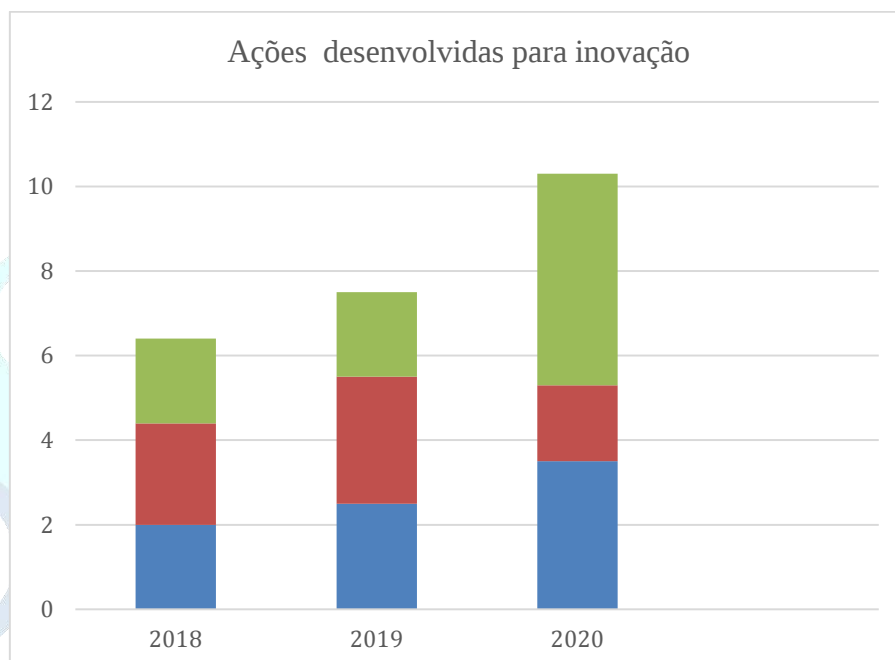
De acordo com o que dispõe a lei sobre a indução e incentivos ao desenvolvimento do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio de instrumentos que concedem suporte ao desenvolvimento do ambiente produtivo no Estado do Amapá e dá outras providências.

Em seu art. 3º menciona que a SETEC promoverá a transversalidade da atuação do Setor Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI, propondo políticas públicas direcionadas aos órgãos do Governo Estadual, Municipal e Instituições de Ciência e Tecnologia, para: I - a elaboração e execução do plano estadual, no tocante à articulação e à orientação estratégica das atividades dos diversos organismos públicos e privados que atuam direta ou indiretamente em Ciência, Tecnologia e Inovação no Estado do Amapá; II - promover a popularização da ciência, estímulo à iniciação científica e inovação tecnológica;

Nesse sentido, visando promover à popularização da ciência o governo do estado do Amapá tem promovido por meio dos instrumentos do planejamento políticas de incentivo a inovação e ao empreendedorismo, a análise foi realizada referente ao período

de 2018 a 2021, com base no relatório de anual de atividades, após a implementação da lei no estado..

Gráfico 1: Ações desenvolvidas para inovação



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado nos relatórios 2018 - 2020

Destaca-se que após a implementação do marco legal do Amapá em 2018, o desenvolvimento de programas importantes realizados, com o intuito de colocar o estado numa posição competitiva em relação ao cenário nacional, e proporcionando o desenvolvimento local

4. METODOLOGIA

A presente pesquisa consiste em um estudo de caso, no qual foi realizada uma análise documental, com a finalidade de mapear as políticas públicas desenvolvidas no Estado do Amapá após a vigência da Lei n 2.333, de 25 de abril de 2018. A pesquisa foi realizada com base em dados oficiais existentes no Diário Oficial do Estado (DOE), portais oficiais do Governo, da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia e Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo. Em vista de obter dados relevantes para a pesquisa, foram aplicados os filtros de busca no site do DOE, contendo as palavras “políticas públicas”, “empreendedorismo” e “inovação”. As informações serão coletadas a partir dos Planos Plurianual do governo estadual no período de 2016-2019 e 2020-2023

e dos editais de chamamento público com foco em ações de empreendedorismo e inovação publicados no período de 2018 a 2021.

Após as buscas nos meios oficiais, os dados serão tabulados por meio da ferramenta Microsoft Excel, com o propósito de gerar as informações necessárias para atingir o objetivo da pesquisa. Além disso, será realizado um agrupamento de políticas por ano, bem como as ações e investimentos monetários em favor da cultura de inovação.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As Políticas Públicas são consideradas o Estado em ação, ou seja, o Estado implantando um projeto de governo, programas, ações voltadas aos setores específicos da sociedade e que de certa forma necessitam de atenção.

De acordo com Giovanni (2009), o conceito de política pública desenvolve-se ao passo que as relações entre Estado e sociedade experimentam as mais variadas transformações históricas. Assim, pode-se afirmar que é uma forma atual de exercício do poder nas sociedades democráticas e que depende de alguns requisitos históricos. Através das interações e situações sociais consideradas problemáticas e as formas, conteúdos, meios, sentidos e modalidades de intervenção estatal.

Para Giovanni (2009), toda política pública se baseia em quatro diferentes ângulos de observação por meio de mútuas interferências, sendo elas: estrutura formal, composta de elementos: “teoria”, práticas e resultados; estrutura substantiva, composta de elementos: atores, interesses e regras; estrutura material, composta de elementos: financiamento, suporte e custo; estruturas simbólicas, composta de elementos: valores, saberes e linguagens.

Ao considerar o Relatório anual de atividades do governo do estado do Amapá 2020 as seguintes ações voltadas para inovação foram executadas.

Tabela 1- RESULTADOS ALCANÇADOS NAS AÇÕES (ATIVIDADES OU PROJETOS)

Nome do Programa	Investimento	setor	Seleção
Programa de Inovação com Tecnologia da Informação (PITI)	valor unitário de até R\$ 30.000,00	Tecnologias ou inovações voltadas ao setor econômico do Estado do Amapá para superar as dificuldades	Chamada Pública. nº001/2020/FAPEAP

		econômicas do Amapá.	
Programa PPSUS: Gestão Compartilhada em Saúde	valor global e R\$ 800.000,00	projetos de pesquisa que promovam a melhoria da qualidade da atenção à saúde no Estado do Amapá, representando significativa contribuição para o desenvolvimento da Ciência Tecnologia e Inovação em Saúde (CT&IS) no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS).	Chamadas Públicas nº 003/2020FAPEAP/Decit/SCTIE/MS/SESA-AP/CNPq
Programa CENTELHA	R\$ 800 mil para financiar 15 projetos inovadores	O Centelha visa estimular a criação de empreendimentos inovadores e disseminar a cultura empreendedora no estado	Edital

Fonte: SEPLAN-AP, 2020.

Considerando o levantamento realizado sobre as políticas públicas voltadas à inovação no Amapá em 2020, a tabela acima demonstra um total de 3 (três) ações desenvolvidas com o intuito de desenvolver setores da economia estadual, projetos voltados à melhoria da prestação de saúde pública e estímulo à criação de empreendimentos inovadores e disseminação da cultura inovadora. Ao considerar o recurso destinado, observa-se o total de R\$ 1.630.000,00 (um milhão, seiscentos e trinta mil reais) utilizado para investimento e promoção da inovação.

Segundo o IBGE (2021) o estado do Amapá possui cerca de 877 (oitocentos e setenta e sete) mil habitantes, e em comparação ao estudo publicado em 2020, o

contingente populacional era de 861 (oitocentos e sessenta e um) mil habitantes no estado. Dessa forma, se considerarmos a população amapaense em 2020 e o total de recurso investido em inovação per capita, chegaremos ao valor de R\$ 1,89 (um e oitenta e nove) reais investidos e destinados à promoção da inovação por pessoa em 2020.

Pode-se observar que as políticas públicas possuem papel fundamental para impulsionar a inovação no estado do Amapá, todavia, apesar de já existir legislação que induz e incentiva a inovação, ainda é pouco difundido programas e políticas governamentais que possuam esse propósito no estado. Ressaltando que as políticas públicas, além de serem implantadas, precisam ser implementadas e monitoradas para verificar se estão causando o efeito esperado e atingindo os objetivos que foram traçados com sua criação.

6. CONCLUSÃO

Há um consenso que a inovação impacta diretamente no desenvolvimento de um país e é sinônimo de progresso e crescimento. Discussões sobre a inovação refletem no dia a dia das instituições, públicas ou privadas, e as ações governamentais e empresariais, além disso proporcionarão o desenvolvimento do processo inovativo e colaborativo de diversos setores econômicos e sociais.

Nesse sentido, observa-se a necessidade de políticas locais de fomento à inovação e o consequente desenvolvimento técnico-científico da região. O Amapá já deu um passo importante com a aprovação do Marco Legal da Inovação, porém ainda é necessário ações mais incisivas e contundentes através de políticas públicas e fomento à inovação no contexto local.

O papel dos diversos atores é de grande importância para construção das políticas públicas para inovação e alcançar a cultura da inovação na sociedade amapaense, que possibilite o desenvolvimento da sociedade local.

7. PERSPECTIVAS FUTURAS

A inovação sendo algo que ocorre por meio de um ciclo onde não se esgota as possibilidades de inovar, permitindo avanços importantes para uma sociedade de maneira geral, pois cria melhorias em variados segmentos sociais e no entanto, elaborar políticas públicas voltadas à inovação torna-se um mecanismo que representam investimento fundamental para a inovação tecnológica e para o desenvolvimento em ciência, tecnologia

e inovação, nessa perspectiva, o Governo do Estado do Amapá têm desenvolvido continuamente ações que visam fortalecer a cultura de inovação e do empreendedorismo.

Visando desenvolver ações que solucionem voltadas para inovação tecnológica, o Governo do Amapá desenvolve continuamente atividades que buscam proporcionar ao Estado uma posição de inovação tecnológica e científica em relação ao País, que possibilite o crescimento em inovação e o desenvolvimento local, pois a inovação possibilita a abertura de muitas perspectivas num mercado globalizado e o preenchimento de gargalos onde a inovação ainda não tenha sido alcançada.

8. REFERÊNCIAS

AMAPÁ. Lei n. 2333, de 25 abril de 2018. Dispõe sobre indução e incentivos ao desenvolvimento do Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação, por meio de instrumentos que concedem suporte ao desenvolvimento do ambiente produtivo no Estado do Amapá e dá outras providências. DOE. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=359570>. Acesso em: 03 fev. 2022.

AMAPÁ. RELATÓRIO DE ANUAL DE ATIVIDADES DO GEA, 2018. https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SEPLAN_3882b932dd5ba1ab2919bb9d3815cf5e.pdf

AMAPÁ. RELATÓRIO DE ANUAL DE ATIVIDADES DO GEA, 2019. https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SEPLAN_3882b932dd5ba1ab2919bb9d3815cf5e.pdf

AMAPÁ. RELATÓRIO DE ANUAL DE ATIVIDADES DO GEA, 2020. https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SEPLAN_3882b932dd5ba1ab2919bb9d3815cf5e.pdf

CAVALCANTE, Pedro; BRANDALISE, Letícia Mendonça Isabella. Políticas Públicas e Design Thinking: interações para enfrentar desafios contemporâneos. In: CAVALCANTE, Pedro (org.). **Inovação e políticas públicas**: superando o mito da ideia. Brasília, DF: IPEA, 2019.

CARVALHO, Alysson; SALLES, Fátima; GUIMARÃES, Marília; UDE, Walter. **Políticas públicas**. Belo Horizonte: UFMF, 2002. Disponível em:

https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=pol%C3%ADticas+p%C3%BAblicas&btnG=&oq=políticas+ . Acesso em: 03 fev. 2022.

CONRADO JUNIOR, Miguel Silva. **O empreendedorismo, a inovação e a posição geográfica do amapá como meios para a diminuição da dependência econômica amapaense da união.** UNIFAP TCC , 2019 Disponível em: http://repositorio.unifap.br/bitstream/123456789/608/1/TCC_EmpreendedorismoInovacaoPosicao.pdf . Acesso em 22 fev. 2022

DIAS, Rafael de Brito. O que é a política científica e tecnológica. **Sociologias**. Porto Alegre, v. 13, n. 28, set./dez. 2011, p. 316-344. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/KzwMxHgqqXfLzWzwdKt93tq/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 12 fev. 2022.

FERREIRA, Jhonatan Gomes; PORTO JUNIOR, Francisco Gilson Rebouças; ALVES, Marco Antônio Baleeiro. Políticas Públicas da Ciência, Tecnologia e Inovação: aspectos históricos e a inserção da inovação no estado do Tocantins. In: PÔRTO JR, Gilson; ALVES, Marco Antônio Baleeiro (Org.) **Educação, Políticas Públicas e Atores Sociais no Processo de Inovação**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

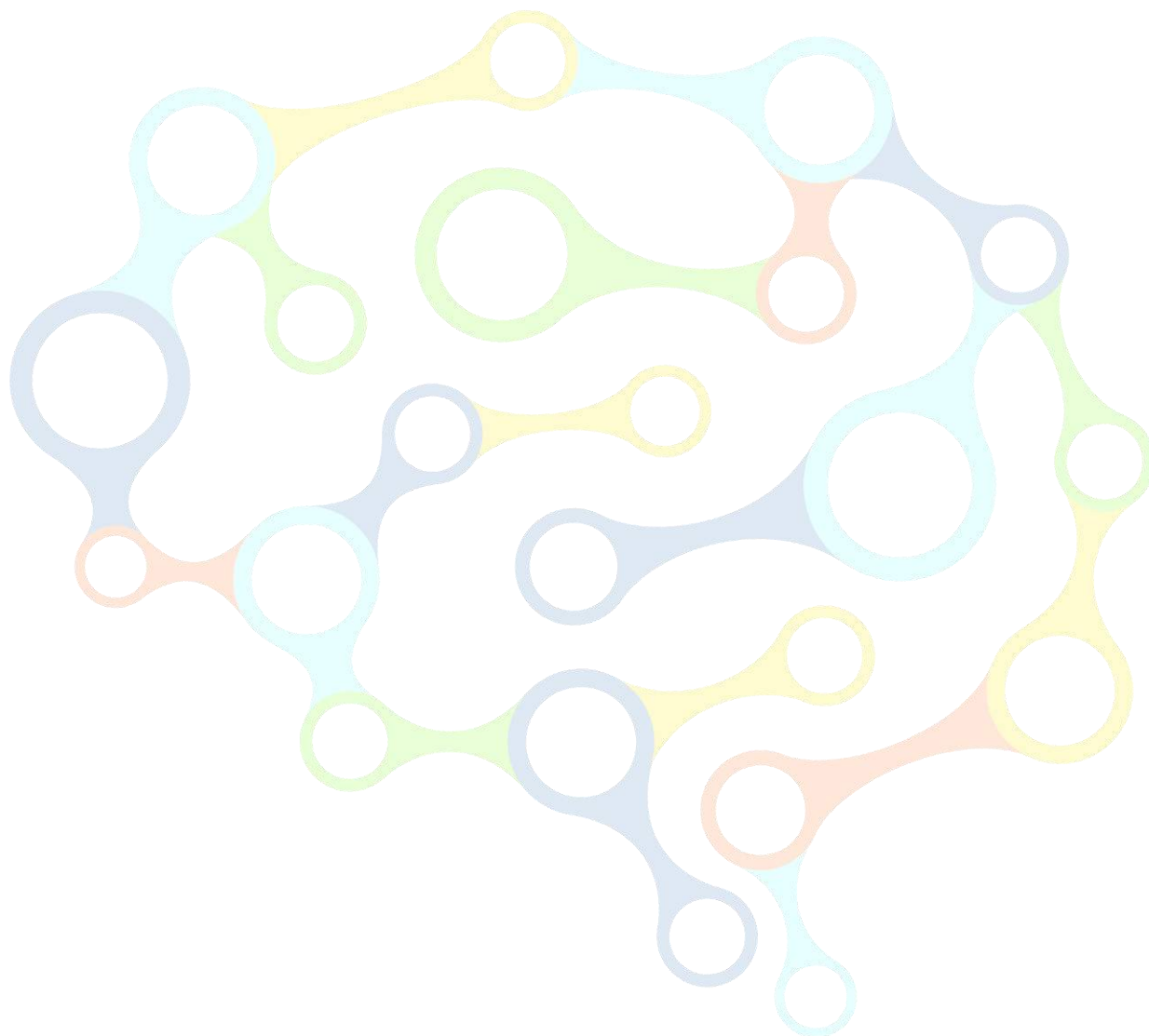
GIOVANNI, G. As estruturas elementares das Políticas Públicas. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP), Unicamp. Campinas: Unicamp, 2009. Disponível em: <https://observatorio03.files.wordpress.com/2010/06/elementos-das-politicas-publicas.pdf>. Acesso em: 2 Mar. 2022.

HALABÍ, C.E., LUSSIER, R.N. A model for predicting small firm performance: Increasing the probability of entrepreneurial success in Chile. *Journal of Small Business and Enterprise Development*, v. 21, n. 1, 2014, Pages 4-25 Disponível em: https://www.scopus.com/record/display.uri?eid=2-s2.0-84898421657&origin=inward&txGid=fcc4cb30d1e3157766d706f1fb4ac3ef&featureToGgles=FEATURE_NEW_DOC_DETAILS_EXPORT;1. Acesso em 31 jan. 2022

ORGANIZAÇÃO para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Manual de Oslo:** diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. 3 ed. Paris: OCDE, 2005.

PACHECO, Carlos, Américo; ALMEIDA, Julio Gomes. **A política de inovação**. São Paulo: UNICAMP, 2013

SANO, Hironobu. Laboratórios de Inovação no Setor Público: mapeamento e diagnóstico de experiências nacionais. Brasília: Enap Cadernos, 2020. 45 p. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/5112/1/69_Laboratorios_inovacao_governo_completo_final_23062020.pdf





Capítulo 7

O PAPEL DA FINEP NA POLÍTICA DE INCENTIVO À CIÊNCIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

DOI: 10.29327/562393.1-7

Cleidiane Facundes Monteiro Nascimento
Maria do Carmo Lima Marques
Olavo Rodrigues Fagundes Neto

O PAPEL DA FINEP NA POLÍTICA DE INCENTIVO À CIÊNCIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Cleidiane Facundes Monteiro Nascimento

Maria do Carmo Lima Marques

Olavo Rodrigues Fagundes Neto

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo identificar o papel da Finep - financiadora de estudos e projetos no incentivo à ciência, inovação e tecnologia no país e citar exemplo de projeto na Unifap financiado com recurso da financiadora. Neste sentido, será abordada a definição da financiadora, contextualizando sua atuação ao longo do tempo. Discorreu-se sobre definição de política pública, sua trajetória e principais ações executadas no Brasil. Outrossim, destacou-se os principais programas de financiamentos disponibilizados pela FINEP. O artigo busca relatar os resultados do projeto CEIDESA (Centro de Engenharia e Inovação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia), financiado em Chamada Pública MCTI/FINEP/FNDCT/Ação Transversal – Projetos Executivos 2020. A metodologia adotada é a qualitativa com abordagem descritiva com foco na identificação do papel da FINEP e do projeto financiado em estudo.

Palavras-chaves: FINEP. Política pública. Projeto CEIDESA-UNIFAP.

ABSTRACT

The present work aims to identify the role of Finep - funder of studies and projects in encouraging science, innovation and technology in the country and to cite an example of a project at Unifap financed with funding from the funder. In this sense, the definition of the funder will be addressed, contextualizing its performance over time. We discussed the definition of public policy, its trajectory and the main actions carried out in Brazil. Furthermore, the main financing programs made available by FINEP stood out. The article seeks to report the results of the CEIDESA project (Center for Engineering and Innovation and Sustainable Development of the Amazon), financed through a Public Call MCTI/FINEP/FNDCT/Ação Transversal – Projetos Executivos 2020. The methodology adopted is qualitative with a descriptive approach with a focus in identifying the role of FINEP and the financed project under study.

Keywords: FINEP. Public policy. Project CEIDESA-UNIFAP.

Área tecnológica: Inovação em tecnologia. Financiamento. Política pública.

1. INTRODUÇÃO

As inovações ganham cada vez mais evidência na história da humanidade e são fator de fundamental importância no processo de competitividade de toda e qualquer empresa. No âmbito público, a inovação também tem assumido seu espaço na constante busca de melhoria na prestação de serviços, bem como no incentivo, na promoção e desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação em todos os segmentos da sociedade.

A ênfase em investimentos inovativos e ações voltadas ao desenvolvimento da ciência, inovação e tecnologia são essenciais para o crescimento de uma nação. Assim, as políticas públicas de inovação são ações estratégicas elaboradas pelo Estado com vistas ao crescimento econômico por meio do processo do desenvolvimento do país nas mais diversas áreas.

Várias entidades, bancos de desenvolvimento, agências de fomento foram criadas pelo governo com a finalidade de auxiliar e estimular o desenvolvimento da inovação no Brasil e também o arcabouço legal propiciando a interação entre as empresas, universidades e institutos de pesquisas.

Dessa forma, surgiu a Financiadora de Estudos e Projetos-FINEP objeto desse trabalho, cuja finalidade é incentivar e apoiar o país no processo de inovação. O objetivo deste artigo é identificar o papel da FINEP como política de inovação no território nacional e citar os financiamentos direcionados a Universidade Federal do Amapá.

O artigo busca também relatar os resultados do projeto CEIDESA, financiado em Chamada Pública MCTI/FINEP/FNDCT/Ação Transversal – Projetos Executivos 2020 que foi construído com Financiamento da FINEP assim como abordará sua definição, ações e objetivos do presente projeto.

2. FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

Financiadora de estudos e projetos, criada em 1965, com a publicação do Decreto nº 55.820 de 08 de março de 1965, é uma das principais instituições responsáveis pelo incentivo e apoio à inovação no Brasil. A finalidade da agência é apoiar estudos, projetos

e programas voltados ao desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico do país, visando as metas e prioridades estabelecidas nos planos governo brasileiro.

Nos anos 1970, a Finep ocasionou intensa movimentação no âmbito científico e empresarial brasileiro, por meio do financiamento e implementação de novos grupos de pesquisa, criação de programas específicos, impulsionando o crescimento da infraestrutura de C&T (Ciência e Tecnologia), e a consolidação institucional das atividades de pós-graduação no país. Com a mobilização de universidades, centros de pesquisa, empresas de consultoria e contratantes de serviços, produtos e processos à financiadora, impulsionou o aumento da oferta e demanda por tecnologia.

No decorrer de 1980, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) foi impactado pelas restrições orçamentárias e sua importância e relevância para o sistema de C&T sofreram declinaram. Com a instauração da “Nova República”, as atividades de C&T assumiram um novo status, consolidado em 1985 com a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia. A implementação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PADCT) – programa especificamente desenhado para apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico implementado sob as orientações do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) –, a Finep tornou-se o agente financeiro desse Programa. A iniciativa foi fundamental para o desenvolvimento de diversos campos científicos e tecnológicos nas áreas de: química fina, biotecnologia, e novos materiais.

Ao final dos anos 1990, o FNDCT e o PADCT sofreram severos impactos nos aportes financeiros, ocasionando grave crise para o sistema de C,T&I (Ciência Tecnologia e Inovação). Esse cenário foi resultante de diversos fatores internos e externos à instituição, cita-se: a) as crises econômicas e a privatização influenciaram negativamente no aspecto econômico e a reduziu a incidência de atividade industrial, impactando diversas empresas nacionais, tradicionais clientes, que abalados com a abertura da economia; b) casos precariamente selecionados; ou ainda c) inexistência de política de risco de crédito semelhante às adotadas pelo setor bancário no período. Diante da crise vivenciada o MCT teve que adotar novas alternativas de enfrentamento em busca de recuperação, surgindo dessa maneira os Fundos Setoriais, revitalizando o FNDCT.

As modalidades de financiamentos disponibilizados pela FINEP são: programas reembolsáveis e não reembolsáveis às empresas e instituições, através de instrumentos como: subvenção econômica, empréstimos e até mesmo capital de risco.

Com fundamento na Lei de Inovação e nos fundos setoriais, a Finep passou a dispor de fundamentos jurídicos e recursos para lançar diversos programas direcionados ao setor produtivo, nas modalidades de financiamento não reembolsável (subvenção econômica), concessão de crédito com taxas de juros subsidiados e participação acionária em empresas por meio de fundos de venture capital e capital semente. Os grandes volumes de recursos alocados para a Finep, que atua como secretaria executiva dos fundos setoriais, e a abrangência dos programas que adotou – envolvendo novas ações, que passaram a alcançar, com mais intensidade, ICTs nos estados – tornaram a agência um órgão basilar no apoio à inovação e às pesquisas científica e tecnológica no Brasil. (MORAIS, 170, P.

O financiamento na modalidade reembolsável da FINEP com foco na inovação e desenvolvimento tecnológico tem como público alvo as médias, médias-grandes e grandes empresas brasileiras, apresenta vantagens de encargos, amortizações e carência. Esta linha iniciou com a FINEP por meio do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria Nacional, depois pelo Programa Pró-Inovação, e, por fim, pela Inova Brasil, em que manteve-se as orientações, mas foram reajustados as diretrizes da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP).

Enquanto que a modalidade não reembolsável visa a aplicação de recursos públicos para compartilhar os custos e riscos inerentes às atividades de inovação e desenvolvimento. Esta linha é direcionada às instituições científicas e tecnológicas nacionais, sem fins lucrativos, públicas ou privadas, para a execução de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, de infraestrutura de pesquisa e para capacitação de recursos humanos e os projetos podem ser realizados em grupo, por meio de parcerias/cooperações com outras empresas ou de forma isolada por instituições.

Em decorrência da agência trabalhar com duas formas de financiamento, isso proporciona que ela atue com as mais diversas entidades, como universidades e institutos de ciência e pesquisa, com empresas, o que permite a integração entre atividades e processos de variadores atores.

Com referência especificamente ao fomento as pesquisa no âmbito das universidades, sendo o foco deste trabalho, a FINEP investiu recursos do FNDCT (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia) na pesquisa acadêmica com o apoio do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), o

qual concedia bolsas oferecidas pela CAPES aos alunos de pós-graduação, bem como ofertava auxílios para o custeio de pesquisa individual dos professores.

3. POLÍTICA PÚBLICA VOLTADA PARA INOVAÇÃO NO BRASIL

O desenvolvimento de políticas públicas se dá por meio de disposições institucionais existentes no país. Estas disposições ou arranjos são importantes para facilitar o processo de desenvolvimento de políticas capazes de contribuir com o desenvolvimento de tecnologias sociais que possam controlar externalidades e conformar ou não padrões de atividades inovativas, estruturas de incentivos subjacentes, investimento, propensão a poupar, treinamento de mão-de-obra e competências socialmente distribuídas. É o arranjo institucional que permite a criação e administração das regras de interação entre os agentes que compõem o arranjo, moldando suas crenças e as informações a que podem ter acesso, seu *ethos* e suas normas de comportamento (HOFF & STIGLITZ, 2002).

Desta forma, o estado identificou a necessidade de adaptar a agenda institucional com foco no estímulo à institucionalização de política de inovação com a ampliação e disseminação de ações estratégicas, instrumentos e alternativas inovativas pelas empresas com a finalidade de criação de mecanismos de cooperações entre as esferas públicas e privadas.

Sendo assim o governo brasileiro constantemente tem adotado política de incentivo à inovação com a publicação de legislações, incentivos e estímulos às instituições científicas, tecnológicas e de inovação. Outrossim, por meio de apoio de empresas privadas, o governo tem incentivado o investimento em projetos de pesquisa em desenvolvimento.

Corroborando com esse entendimento Moraes (2008) afirma que:

O financiamento à P&D nas empresas é um dos instrumentos universalmente mais utilizados como política de inovação e tem impacto positivo sobre a produtividade e crescimento das firmas. A promoção da inovação tecnológica passou a ser incluída enfaticamente nos objetivos da política de desenvolvimento brasileira a partir do final dos anos 1990, com a promoção de profundas reformas políticas no âmbito do fomento à inovação.

A criação de fundos setoriais, a Lei da Inovação, os incentivos fiscais previstos na Lei do Bem e o Plano Inova Brasil são exemplos de que o estado brasileiro está envidando

esforços para fomentar a inovação. Porém, é importante o estímulo a políticas públicas que busquem solucionar problemas reais da sociedade, ou seja, que elas sejam socialmente relevantes, acarretando-se assim resultados positivos e produtos tecnológicos inovadores em atendimento aos anseios da sociedade ou do setor produtivo.

Dentre as ações adotadas pelo Brasil destaca-se a criação dos fundos setoriais, os quais visam contribuir para a mudança da estrutura produtiva, com a inserção de serviços e ou produtos com maior valor agregado, em que o conhecimento é um fator diferencial.

Segundo Thielmann (2014, p.24):

Os Fundos Setoriais são o principal instrumento de política pública do governo brasileiro para incentivar a ciência, o desenvolvimento tecnológico, a inovação e proporcionar um aumento da competitividade de setores estratégicos.

Outras ações são primordiais para o desenvolvimento de políticas voltadas à inovação, como a disponibilização de espaços equipados para realização de estudos e testes voltados às pesquisas em inovação, a qualificação de profissionais e o investimento na área científica.

Nesse sentido, o Brasil tem envidado esforços no sentido de fixar políticas e mecanismos de investimentos na infraestrutura de pesquisa, por intermédio de recursos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), mas também com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação (MEC), das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs) e de empresas como a Petrobras. (DE NEGRI, KUBOTA, 2018).

Além disso, o governo também tem buscado trabalhar com o objetivo de implantar um sistema de inovação mais dinâmico, capaz de apoiar o desenvolvimento interno. Nestes termos, várias instituições fazem parte dessa estrutura organizacional de apoio e articulação ao desenvolvimento da inovação no Brasil, tais como: Ministério da Ciência e Tecnologia), seu financiamento (tais como a Finep e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ambos vinculados ao MCT; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), vinculado do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior) e de execução de atividades (tais como as universidades federais e estaduais, as universidades privadas, institutos de pesquisa e desenvolvimento, escolas técnicas).

Observa-se que as políticas voltadas para a inovação tem a finalidade de estimular a ampliação dos esforços de inovação e dos investimentos em P&D das empresas; bem

como a realização de atividades de apoio à inovação, como preparação de infraestrutura tecnológica, a capacitação de recursos humanos especializados e a criação de vínculos entre os agentes que constituem o Sistema Nacional de Inovação. (AVELAR, 2007)

4. O PAPEL DA FINEP NO DESENVOLVIMENTO DA INOVAÇÃO NO PAÍS

A FINEP tem como objetivo levar o desenvolvimento socioeconômico ao país por meio do fomento público à tecnologia, ciência e inovação no ambiente empresarial, universitário, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas, com o intuito ainda de sempre trazer inovação para todos os setores da sociedade e trabalhar em toda a cadeia da inovação, com foco em ações estratégicas, estruturantes e de impacto para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

A Financiadora conta hoje com uma gama de projetos de apoio, que direcionam os investimentos para empresas, startups, gestores de fundos de investimento, fundações, Instituição de Ciência e Tecnologia (ICT), instituições de pesquisa e instituições de ensino. No ano de 2021 foram quatro editais lançados, onde o público alvo foram dos mais diversos, como empresas, instituições de pesquisa e ICTs.

Como uma financiadora de estudos e projetos de inovação, a FINEP desenvolve um trabalho importante no incentivo a inovação do país, principalmente por abarcar nos seus financiamentos empresas e startups, o que incentiva a independência desses setores da sociedade, tendo em vista que a maior fonte de inovação do país são instituições públicas de ensino.

Em um país onde a aplicação de recursos na área de inovação em ciência e tecnologia é cada vez mais escasso, a existência de uma empresa pública cujo o objetivo é financiar estudos direcionados para a área de pesquisa e desenvolvimento é crucial para que haja incentivo e criação de novas tecnologias que atendam demandas regionais e nacionais, além de criar valor ao que é desenvolvido por nossas empresas e cientistas.

5. PARTICIPAÇÃO EM CHAMADAS PÚBLICAS E OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO

De acordo com o organograma da FINEP, a operação de programas e produtos ocorre por meio de apoio financeiro reembolsável e não reembolsável (que não precisa ser devolvido) e de investimento. As principais formas dos clientes apresentarem suas

propostas são através de fluxo contínuo, que funciona como um mecanismo utilizado para o atendimento das demandas induzidas ou espontâneas a qualquer momento. É mais frequentemente utilizado para financiamento reembolsável a empresas. Também há o financiamento através de chamadas públicas, que são ações estruturadas com seleção por meio de um processo de competição aberto ao público. São mais frequentemente utilizadas em programas de subvenção econômica e programas de apoio com recursos não-reembolsáveis.

O gráfico 1 mostra quais os principais programas da FINEP, dentre eles o Centelha, FINEP Startup e FINEP Tecnova. Os financiamentos são direcionados de acordo com o porte da empresa financiada, onde os valores de financiamento variam de 4 a 300 milhões de reais.

Gráfico 1 - Programas e produtos FINEP.



Fonte: Finep.gov

6. COMO PARTICIPAR DE PROJETOS FINANCIADOS PELA FINEP

A FINEP “concede recursos reembolsáveis e não reembolsáveis a instituições de pesquisa e empresas brasileiras. O apoio da FINEP abrange todas as etapas e dimensões do ciclo de desenvolvimento científico e tecnológico: pesquisa básica, pesquisa aplicada, inovação e desenvolvimento de produtos, serviços e processos”. Apóia ainda “a incubação de empresas de base tecnológica, a implantação de parques tecnológicos, a

estruturação e consolidação dos processos de pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em empresas já estabelecidas, e o desenvolvimento de mercados” (FINEP, 2021).

Importante frisar que a FINEP atua alinhada aos conceitos estabelecidos do Manual de Oslo, sendo este referência internacional no tema inovação. Para que se obtenha financiamento, faz-se necessário analisar o que pretende elaborar com análise e base no escopo da FINEP.

Algumas formas de conseguir recursos pelo FINEP

- Finep Startup
- Finep - Inovação e Pesquisa

“O FINEP Startup apoia a inovação em empresas nascentes intensivas em conhecimento, cobrindo o gap de apoio e financiamento existente entre aportes feitos por programas de aceleração, investidores-anjo e ferramentas de financiamento coletivo (crowdfunding) e aportes feitos por fundos de Seed Money e Venture Capital”.

O público-alvo são empresas de base tecnológica que atendam às seguintes condições:

- Empresa inovadora cujo produto, processo ou serviço, objeto principal da captação de recursos, esteja no mínimo na fase de protótipo ou testes, preferencialmente já tendo sido realizadas as primeiras vendas;
- Sejam registradas na Junta Comercial, sob a forma de Sociedade Limitada (LTDA) ou Sociedade Anônima (S/A) há, no mínimo, 6 (seis) meses a contar do início do período de inscrições da respectiva Rodada de Investimentos do Edital.
- Apresentem, no ano do lançamento do edital, receita operacional bruta de até R\$ 4,8 milhões, não tendo o seu controle acionário detido por grupo de sociedades, de fato ou de direito, que apresentem ativo total superior a R\$ 80 milhões ou receita operacional bruta superior a R\$ 100 milhões no encerramento do exercício social anterior;
- Desenvolvam soluções aderentes aos temas estabelecidos no Edital.

Vale salientar que a Finep opera seus programas e produtos por meio de apoio financeiro reembolsável e não reembolsável. As principais formas dos clientes apresentarem suas propostas são:

Fluxo Contínuo: mecanismo utilizado para o atendimento das demandas induzidas ou espontâneas a qualquer momento.

Chamadas Públicas: ações estruturadas com seleção por meio de um processo de competição aberto ao público.

7. PROJETO DA UNIFAP SELECIONADO PELA FINEP

O CEIDESA (Centro de Engenharia e Inovação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia), da Universidade Federal do Amapá foi o único aprovado da região Norte aprovado na Chamada Pública MCTI/FINEP/FNDCT/Ação Transversal – Projetos Executivos 2020, cujo objetivo da Seleção Pública é conceder recursos exclusivamente para a elaboração de projetos executivos de obras de infraestrutura de pesquisa. O projeto CEIDESA ficou em 11º lugar, e o recurso aprovado em sua totalidade.

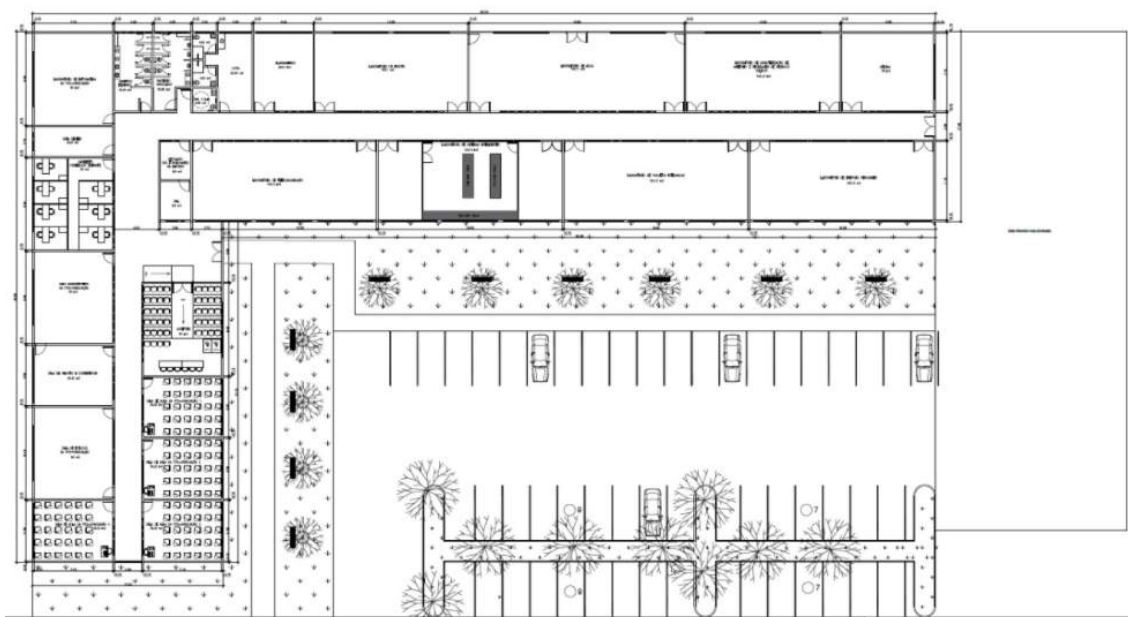
O projeto foi coordenado e submetido pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação- PROPESPG e elaborado pelos cursos da Engenharia Elétrica e Civil com o suporte dos cursos da Arquitetura e Urbanismo, Física e Ciências Ambientais, sendo coordenado pelo docente de Engenharia Elétrica da UNIFAP, Prof. Dr. Alaan Ubaiara e conta com uma equipe de 15 docentes.

Segundo UBAIARA (ASCOM, 2020), o “projeto tem por objetivo principal “induzir, estruturar e dar suporte à base de desenvolvimento de pesquisa e ensino de Pós-Graduação de alto nível científico, tecnológico e de inovação junto ao Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas (DCET) da Universidade Federal do Amapá”. Além de pensar ações de pesquisas voltadas a cidades inteligentes e sustentáveis. O projeto é dividido nas seguintes áreas: cidades inteligentes e sustentáveis, energias renováveis e saneamento básico.

Como critérios de avaliação para aprovação do projeto, estavam:

1) Mérito e alinhamento das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação que serão realizadas futuramente naquela infraestrutura com pelo menos uma das áreas de tecnologias priorizadas pelo MCTI, incluindo sua contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional/regional/local e/ou para a mitigação de assimetrias regionais; 2) Impactos esperados decorrentes do desenvolvimento das atividades de pesquisa e/ou pós-graduação que serão realizadas futuramente naquela; e 3) Qualificação e competência da(s) equipe(s) científica(s) beneficiada(s) pela implantação da infraestrutura.

Imagem 1 - Planta do ambiente integrante do projeto aprovado



Fonte: Planta do ambiente integrante do projeto aprovado <http://www.unifap.br/unifap-tem-projetos-aprovados-em-chamadas-publicas-nacionais/>

O Projeto CEIDESA tem alguns objetivos, tais como:

Integrar temas interdisciplinares da engenharia relacionados com cidades e comunidades inteligentes da Amazônia, com visão sistemática do uso de energias renováveis, eficiência energética e de saneamento básico em suas quatro dimensões (água potável, esgoto doméstico, drenagem e águas pluviais, e gestão integrada de resíduos sólidos);

Desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão em nível de pós-graduação, de forma inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo o fortalecimento e a melhoria da infraestrutura de laboratórios estratégicos, integrados e em consonância com as competências técnico-científicas necessárias para o desenvolvimento na Amazônia, com visão local e globalizada das diferentes áreas de engenharia;

Expandir a capacidade de desenvolvimento experimental de laboratório e campo, garantindo suporte e infraestrutura para aporte de equipamentos, recursos didáticos e apoio logístico de pesquisa;

Desenvolver projetos de pesquisa estruturantes para infraestruturas resilientes, especialmente a industrialização inclusiva e sustentável, fomentando a inovação, a inclusão do alcance da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres, além da melhoria geral da qualidade de vida das cidades e comunidades;

Aplicar e fortalecer os conceitos e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável do Milênio (ODS/ONU), destacando-se três áreas estratégicas de conhecimento das engenharias: 1) Cidades (e Comunidades) Inteligentes e Sustentáveis 2) Energias Renováveis e 3) Saneamento Básico;

Diante do exposto, observa-se a importância de acesso a financiamentos voltados ao desenvolvimento da inovação, ciência e tecnologia com a finalidade de promover o desenvolvimento do estado.

8. METODOLOGIA

A presente pesquisa está embasada no método exploratório e descritivo, com a finalidade de coletar informações sobre o tema abordado.

A pesquisa é caracterizada como bibliográfica com abordagem qualitativa, cujo objetivo é a busca de materiais e informações, publicações científicas, livros e documentos. Citando-se teorias e documentos elaborados por outros pesquisadores e, portanto, trata-se de técnica estabelecida como propósito da pesquisa, de modo geral. (MELLO & SILVA, 2006, p. 61). Dessa maneira, a busca foi realizada na base de dados do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no Google acadêmico e na Plataforma Scielo.

9. CONCLUSÃO

O presente trabalho demonstrou que a FINEP possui suma importância na promoção e desenvolvimento da inovação no país por meio de financiamento a instituições públicas e privadas, especialmente as instituições de ensino que são geradoras de conhecimento científico e tecnológico no país.

Ademais, destaca-se que a FINEP possui papel essencial na execução de projetos no âmbito da Unifap, conforme verificou-se através do projeto CEIDESA, cujo objetivo é a implementação de políticas, ações relacionadas a engenharia no contexto da Amazônia.

Contudo, produzir conhecimento não garante investimento ou retornos financeiros imediatos decorrentes da pesquisa, faz-se necessário a existência de mecanismos de fomento à inovação, ciência e tecnologia. Desse modo, observou-se que o Estado tem sido promotor e principal financiador dessas pesquisas, por meio da elaboração de

políticas públicas de apoio voltadas à inovação e com a criação de instituições com esta finalidade, tal como a FINEP.

10. RESULTADOS E DISCUSSÕES

É notório que os projetos financiados pela FINEP têm grande relevância no incentivo à C&T em todo o território nacional. Em um país que enfrenta grandes desafios relativos às suas políticas de inovação, a criação de uma empresa pública cujo objetivo é financiar projetos de pesquisa relacionados à ciência, tecnologia e inovação, é de fundamental importância para o desenvolvimento do país. No âmbito local, o projeto CEIDESA é o exemplo de aplicabilidade da política pública para a região norte do país, onde há uma demanda em constante crescimento no que diz respeito a projetos de incentivo à ciência e tecnologia.

11. PERSPECTIVAS FUTURAS

Considerando que a pesquisa buscou identificar o papel da FINEP como política pública de inovação analisando o caso da Unifap como receptora de recursos que viabilizaram a execução de projetos inovadores, percebeu-se os inúmeros investimentos disponibilizados pela Finep a diversas instituições, porém esse viés não foi analisado nessa pesquisa, podendo ser objeto de estudos futuros.

Além do mais, espera-se a criação de novas políticas e instituições com capacidade de incentivar o desenvolvimento do processo inovativo no âmbito das instituições de ensino com a finalidade de concretizar projetos atualmente existentes somente no papel.

12. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, André Amaral de. Desafios da FINEP e o Fomento à Inovação. Revista USP. São Paulo. Nº 93. Mar/abr/mai 2012. P. 113-126.

ASCOM Unifap. PROPESPG/UNIFAP tem projetos aprovados em chamadas públicas nacionais. 6 de out.de 2020. Disponível em.< <http://www.unifap.br/unifap-tem-projetos-aprovados-em-chamadas-publicas-nacionais/>> 21/02/2022.

Ciência, à Tecnologia e à Inovação no período de 1999 a 2010 e o papel da FINEP na política pública de fundos setoriais / Ricardo Thielmann -- 2014.

CIRANI, Cláudia Brito Silva et al. O papel das agências públicas de fomento à inovação no Brasil. *Brazilian Business Review*, Vitória (ES), v. 13, n. 6, nov./dez.2016, p. [217]-238.

FINEP: Inovação e Pesquisa: Apoio e Financiamento. Disponível <: <http://www.finep.gov.br/a-finep-externo/mapadainovacao>> acesso 20/12/2021

FINEP: Inovação e Pesquisa: **Chamada Pública MCTI/FINEP/FNDCT/AÇÃO TRANSVERSAL – Projetos Executivos 2020. Resultado final.** Disponível em.< http://www.finep.gov.br/images/chamadas-publicas/2020/10_11_2020_Executivos_Divulgacao_Resultado_Final.pdf.> Acesso 21/02/2022.

FINEP: Inovação e Pesquisa: Chamada Pública MCTI/FINEP/FNDCT/AÇÃO TRANSVERSAL – Projetos Executivos 2020. Seleção pública de propostas para o apoio financeiro à elaboração de projetos executivos de obras de infraestrutura de pesquisa. Anexo III - minutas de convênio e termo de execução descentralizada - cláusulas padrão. Convênio para pesquisa, desenvolvimento e inovação. Disponível em.< http://www.finep.gov.br/images/chamadas-publicas/2020/31_07_2020_Edital_Projetos_Executivos_2020_Anexo_III.pdf .> Acesso 21/02/2022.

FINEP: Inovação e Pesquisa: Chamada Pública MCTI/FINEP/FNDCT/AÇÃO TRANSVERSAL – Projetos Executivos 2020. Seleção pública de propostas para o apoio financeiro à elaboração de projetos executivos de obras de infraestrutura de pesquisa. Anexo II – declaração de responsabilidade técnica e caracterização da obra. . Disponível em.< http://www.finep.gov.br/images/chamadas-publicas/2020/31_07_2020_Edital_Projetos_Executivos_2020_Anexo_II.pdf.> Acesso 21/02/2022.

FINEP: Inovação e Pesquisa: Chamada Pública MCTI/FINEP/FNDCT/AÇÃO TRANSVERSAL – Projetos Executivos 2020. Seleção pública de propostas para o apoio financeiro à elaboração de projetos executivos de obras de infraestrutura de pesquisa. Anexo I - listagem de documentos mínimos para seleção e contratação de propostas. Disponível em. < http://www.finep.gov.br/images/chamadas-publicas/2020/31_07_2020_Edital_Projetos_Executivos_2020_Anexo_I.pdf .> Acesso 21/02/2022.

publicas/2020/31_07_2020_Edital_Projetos_Executivos_2020_Anexo_I.pdf. Acesso em 21/02/2022.

HOFF, K., STIGLITZ, J. E., Modern economic theory and development, MEIER, G.M.; STIGLITZ, J.E. (Ed.). **Frontiers of economic development: the future in perspective**. New York: Oxford University, 2002, p. 389-487.

MELLO, Ana Glaucia C. **Metodologia de Pesquisa**. Palhoça: Unisul, 2006.

MORAIS, J.M. de. Uma avaliação de programas de apoio financeiro à inovação tecnológica com base nos fundos setoriais e na lei de inovação. In: DE NEGRI, J.A.; KUBOTA, L.C. (ed). **Políticas de Incentivo a inovação tecnológica no Brasil**. Brasília: Ipea, 2018, p. 68-105.

O que apoiamos. Apoio e Financiamento. **FINEP: Inovação e pesquisa**. Disponível em, <http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/o-que-apoiamos>>. Acesso 20/12/2021.

PROJETOS EXECUTIVOS 2020: Chamada Pública MCTI/FINEP/FNDCT/AÇÃO TRANSVERSAL – Projetos Executivos 2020 Disponível < http://www.finep.gov.br/images/chamadas-publicas/2020/31_07_2020_Edital_Projetos_Executivos_2020.pdf > acesso 20/12/2021

Thielmann, Ricardo. A construção institucional das políticas públicas de apoio à



Capítulo 8

PANORAMA DO ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO NO ESTADO DO AMAPÁ

DOI: 10.29327/562393.1-8

Leo Serrão Barbosa
Messias Dias Da Silva



PANORAMA DO ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO NO ESTADO DO AMAPÁ

Leo Serrão Barbosa

Messias Dias Da Silva

RESUMO

Este artigo tem como objetivo mostrar um panorama do ecossistema de inovação, com foco na Amazônia, mas principalmente, no cenário do estado do Amapá, mapeando os principais atores desses ecossistemas, correlacionando: incubação de empresas de base tecnológica e aceleradoras de empresas. Dessa forma, foram analisados alguns dos seus indicadores, distribuição regional das incubadoras e aceleradoras ativas no Brasil e suas principais áreas de atuação. Identificadas as incubadoras de empresas residentes no Estado do Amapá, assim como, os programas de incentivo e os parceiros na estratégia que visa aproximar as médias e grandes empresas de atores do ecossistema de inovação nacional e regional. Ainda foi feita uma abordagem sobre a distribuição das startups ativas no Estado do Amapá e seus indicadores em relação à região Norte. O estudo aqui apresentado propõe com esse trabalho de mapeamento e caracterização dos atores do ecossistema de inovação, contribuir para mitigar o diálogo, reconhecer e envolver as organizações nos programas de inovação ora oferecidos no cenário estadual, regional e nacional.

Palavras-chave: Ecossistemas. Incubadoras. Mapeamento.

ABSTRACT

This article aims to show an overview of the innovation ecosystem, focusing on the Amazon, but mainly on the scenario of the state of Amapá, mapping main actors in these ecosystems, correlating: incubation of technology-based companies and business accelerators. In this way, some of its indicators, regional distribution of incubators and accelerators active in Brazil and their main areas of activity were analyzed. Identified business incubators residing in the State of Amapá, as well as incentive programs and partners in the strategy that aims to bring medium and large companies closer to actors in the national and regional innovation ecosystem. An approach was also made on the distribution of active startups in the State of Amapá and its indicators in relation to the

North region. The study presented here proposes, with this mapping and characterization work of the actors of the innovation ecosystem, to contribute to mitigate the dialogue, recognize and involve organizations in the innovation programs now offered in the state, regional and national scenario.

Keywords: Ecosystem. Incubators. Mapping

Área tecnológica: ciências sociais aplicadas, administração, inovação.

1. INTRODUÇÃO

Mesmo considerando as dificuldades no desenvolvimento de tecnologias de pequenas empresas de base tecnológica (EBT's), novas ideias empreendedoras que exibem um plano de negócio estruturado surgem em ambientes de inovação apresentando grandes possibilidades de sucesso empresarial. Na Amazônia, o número de incubadoras aumentou em seis vezes nos últimos 14 anos demonstrando a relevância dessas entidades na busca da diminuição do gargalo entre as EBTs e o universo da inovação. (PASKINN; SIZA; GARNICA, 2015)

O “Ecossistema de inovação” representa, além da interação entre políticas públicas e estratégia empresarial, um organismo evolucionário que se desenvolve em torno da inovação como foco estratégico no âmbito competitivo. Ele representa um ambiente mais flexível com o propósito de estimular a relação entre diversos atores dentro desta dinâmica (empresas, investidores, organizações públicas), além disso, absorve da biologia a base de constante seleção e adaptação de rotinas e trajetórias tecnológicas. (RUSSO-SPENA; TREGUA; BIFULCO, 2017 apud DE SOUZA, 2020).

Conforme define a Anprotec, uma incubadora é uma entidade promotora de empreendimentos inovadores que tem por objetivo oferecer suporte para que eles possam desenvolver ideias e transformá-las em empreendimentos de sucesso. Para isso, oferece infraestrutura, capacitação e suporte gerencial, orientando os empreendedores sobre aspectos administrativos, comerciais, financeiros e jurídicos, entre outras questões essenciais ao desenvolvimento de uma empresa. (PASKINN; SIZA; GARNICA, 2015).

Para caracterização das incubadoras bem como sua contribuição para sistemas regionais de inovação, os estudos de mapeamentos são importantes por demonstrarem o real cenário do país, evidenciando suas vocações regionais, atribuições ao desenvolvimento socioeconômico local e apontamentos para elaboração de políticas

públicas e ações estratégicas para interligar gargalos que despontam nos resultados desses mapeamentos. (PASKINN; SIZA; GARNICA, 2015).

Para ARANHA, (2016) aceleradoras são mecanismos, geralmente privados, de apoio a startups. Normalmente não estão ligadas a centros acadêmicos e são mais focadas em negócios altamente escaláveis que podem crescer rapidamente e obter investimento. São lideradas por empreendedores e empresários com sucesso prévio, capacidade de investimento próprio ou financiadas por capital de risco. Agregam, em seu entorno, empreendedores, investidores, pesquisadores, empresários, mentores de negócios e fundos de investimento. As aceleradoras normalmente têm um programa intenso de aceleração, com um ou dois meses de durabilidade, e um programa de mentoring, que dura de seis a 12 meses. Algumas aceleradoras fazem um programa de pós aceleração que pode se estender por até dois anos.

Portanto, o objetivo deste estudo é mostrar um panorama do ecossistema de inovação, com foco na Amazônia, mas principalmente, no cenário do estado do Amapá, mapeando os principais atores desses ecossistemas, relacionando: incubação de empresas de base tecnológica e aceleradoras de empresas. Dessa forma, foram analisados alguns dos seus indicadores, distribuição regional das incubadoras e aceleradoras ativas no Brasil. O conjunto de informações do artigo revelam peculiaridades que facilitam quantificar esses empreendimentos, de maneira que se consiga um perfil das áreas de atuação dos componentes desse ecossistema de inovação objeto do estudo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Empresas de bases tecnológicas, também chamadas de EBTs, são empresas com alta capacidade inovadora comprometidas com o desenvolvimento de novos serviços, produtos ou processos, dentre as EBTs pode-se encontrar as MPEs, Startups e Spin-offs.

De acordo com Lei 7.117, de 12 de novembro de 2009 do Estado de Alagoas, no inciso IX do artigo 2º considera-se como Empresa de Base Tecnológica (EBT) a empresa:

"cuja atividade produtiva seja direcionada para o desenvolvimento de novos produtos ou processos, com base na aplicação sistemática de conhecimentos científicos e tecnológicos e na utilização de técnicas consideradas avançadas ou pioneiras, ou que desenvolva projetos de ciência, tecnologia e inovação" (ALAGOAS, 2009).

Uma startup pode se encaixar muito bem no conceito de EBT citado anteriormente, pois trata-se de uma empresa que está na fase inicial de suas atividades e que normalmente costuma oferecer serviços ou produtos inovadores baseados em conhecimentos científicos e tecnológicos. De acordo com o Sebrae (2021), startup é "uma empresa que nasce em torno de uma ideia diferente, escalável e em condições de extrema incerteza".

Para criação de empresas de sucesso baseadas em inovação e tecnologia é de grande importância a participação de incubadoras de base tecnológica, que contribuem na disseminação do conhecimento científico para empresas do setor industrial e de serviços, principalmente as incubadoras universitárias.

Para Carrilho (2021), gestora de incubadoras:

"Incubadoras são instituições que têm o objetivo de apoiar empreendedores com ideias inovadoras a construírem empresas sustentáveis. São ofertados serviços de suporte em gestão, aperfeiçoamento do modelo de negócios e infraestrutura necessária ao desenvolvimento e consolidação da solução. Uma incubadora em operação precisa ter apoiado empreendimentos do início ao final do ciclo de incubação, ou seja, realizar o processo de seleção das empresas, dar suporte durante o período de incubação, monitorar sua evolução até a graduação, e acompanhar o desempenho no mercado" (CARRILHO, 2021).

Como já foi dito, Incubadoras de Empresas (IE) são promotoras de empreendimentos inovadores, fornecendo apoio por meio de uma incubação de empresas recentemente criadas por empreendedores oriundos de comunidades acadêmicas e bem como de comunidades externas a estas.

Dentre as oportunidades encontradas em incubadoras de empresas estão a possibilidade de formação empresarial, estímulo ao desenvolvimento de postura empreendedora, infraestrutura para o negócio, incentivo à criação de produtos/serviços inovadores e aproximação da universidade com o mercado.

Para Pavani et. al. (2019), sobre a aceleração promovida pelas incubadoras, afirmam que "para tanto, esses ambientes geralmente oferecem infraestrutura para a instalação da empresa, serviços de comunicação, suporte gerencial, bem como cursos e capacitações para uma melhor administração do negócio.

As incubadoras de empresas, que normalmente apoiam pequenos empreendimentos que atendam algum apelo governamental ou social, são lideradas normalmente por entidades do poder público, como universidades, por exemplo.

Mas existem soluções diferentes e alternativas para apoiar novos negócios, é o caso das aceleradoras de empresas. As aceleradoras focam em negócios que apresentam potencial de crescimento rápido, característica essa que as startups escaláveis são mais promissoras. As aceleradoras normalmente são geridas por empreendedores ou investidores, sem a liderança governamental. Caracterizam-se por menor burocracia para o ingresso de uma boa ideia ao seu portfólio de empresas apoiadas.

Para Pavani et.al (2019) aceleradoras "são entidades jurídicas dedicadas a apoiar o desenvolvimento inicial de novos negócios inovadores, usualmente com aporte de capital financeiro inicial, em troca de uma possível participação societária futura nos negócios acelerados".

Matos e Radaelli (2020, p. 12) aceleradoras são "pessoas jurídicas que realizam investimentos associados a um programa de capacitação e suporte".

No Brasil as aceleradoras de startups são relativamente recentes, algumas trazidas para o país de outros países com mais experiência em aceleração de negócios de alto impacto. Hoje é comum encontrar programas de aceleração de instituições estrangeiras voltados para negócios exclusivamente brasileiros.

Segundo alguns autores as aceleradoras de empresas surgiram nos Estados Unidos da América em meados dos anos 2000 como uma modalidade de investimento para muitos investidores, como afirma Souza (2020):

As aceleradoras são oriundas do Vale do Silício e, em síntese, são organizações financiadas com capital privado com o objetivo de fomentar o crescimento de startups em um curto espaço de tempo. Estas empresas possuem elevado potencial de crescimento e oferecem aporte financeiro e estratégico para as startups, desde a criação ao desenvolvimento do negócio (SOUZA, 2020, p. 15-16).

Matos e Radaelli (2020, p. 16), sobre que tipo de apoio é oferecido por aceleradoras de startups afirmam que “essas instituições, geralmente privadas, além de aportarem investimento em capital, também oferecem às startups um programa de aceleração, geralmente com apoios em espaço físico, mentorias, capacitação, acesso a mercado e outros benefícios”.

Basicamente as aceleradoras de empresas são empresas ou grupo de empresas e/ou investidores, que apoiam novos negócios inovadores de alto impacto a se desenvolverem e crescerem rapidamente, fazendo investimentos financeiros para que esse fim seja alcançado.

De acordo com Abreu e Campos (2016):

"As aceleradoras ajudam os empreendedores a definir e construir os seus produtos iniciais, identificar segmentos de clientes, e obter recursos incluindo capital e funcionários. Basicamente, elas desenvolvem programas de aceleração com duração limitada, geralmente com três meses, e ajudam as Startups com o processo do novo empreendimento, fornecendo uma pequena quantidade de capital, espaço de trabalho, oportunidades de networking e mentoria com empresários, advogados, pessoal técnico, investidores anjo, capital de risco, ou mesmo executivos de empresas" (ABREU e CAMPOS, 2016, p. 19).

Veja mais detalhes das principais diferenças entre incubadoras e aceleradoras no quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Principais diferenças entre os modelos de apoio incubadora e aceleradora.

 Incubadoras	 Aceleradoras
• Apoiam pequenas empresas de acordo com alguma necessidade governamental ou regional. Podem ajudar, por exemplo, um negócio de telecomunicações em um estado que precisa de expansão nessa área; • Precisam de um plano de negócio mais estruturado para conseguir apoio público; • Lideradas por gestores com experiência em mediar poder público, universidades e empresas; • Baseiam-se no modelo tradicional de consultoria.	• Não são focadas em uma necessidade prévia, mas em empresas que tenham o potencial para crescerem muito rápido. Justamente por isso, aceleradoras buscam startups escaláveis (e não somente uma pequena empresa promissora); • Apostam mais em boa ideia, sem a necessidade de tanta burocracia; • São geridas por empreendedores ou investidores experientes; • Organizam-se com sessões de mentoring (sejam em palestras ou conversas entre empreendedor e mentor).

Fonte: Sebrae (2021).

Quando se fala de incubadoras e aceleradoras de empresas, lembra-se logo de startups. Abreu e Campos (2016, p. 13) ao citar Rodrigues (2015) definem "a Startup como uma empresa criada com o objetivo de gerar grande impacto social ou econômico através de um processo inovador intenso, independente de seu tamanho ou desempenho de mercado".

De acordo com Pavani et. al. (2019, p. 10), ao citar Anprotec (2019) afirma que startups podem ser entendidas como:

“uma empresa jovem com um modelo de negócios repetível e escalável em um cenário de incertezas e soluções a serem desenvolvidas. Embora não se limite apenas a negócios digitais, uma startup necessita de inovação para não ser considerada uma empresa de modelo tradicional” (PAVANI et. al. (2019) apud ANPROTEC ((2019), p. 10).

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida no período de 30 de novembro de 2021 a 21 de fevereiro de 2022, incluiu, inicialmente, a pesquisa livre na Internet através da busca do Google, utilizou-se, também, a busca e análise de publicações científicas nas bases do Google acadêmico, Scielo e CAPES.

Foram definidos como critérios de inclusão pesquisas que correlacionaram incubação de empresas de base tecnológica dos últimos 5 anos, bem como publicações sobre aceleração de empresas, com foco principal no ecossistema de inovação na Amazônia, principalmente no cenário amapaense.

Este estudo utilizou-se da revisão bibliográfica e bem como do método dialético, fazendo-se uso da comparação dos conteúdos nos documentos encontrados confrontando sua relação com o tema que o artigo propõe, análise feita a partir da técnica de pesquisa documental indireta.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em Pavani et. al. (2019), de acordo com as pesquisas realizadas pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), existiam em 2019 cerca de 405 incubadoras no Brasil, das incubadoras identificadas, 363 demonstraram está ativas nos anos 2017-2019. Estas estão distribuídas pelo país, estando à maioria localizada nas regiões sul e sudeste, conforme se vê na tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Distribuição regional das incubadoras ativas.

Região	Incubadoras	Porcentagem
Sudeste	132	36,36%
Sul	100	27,55%
Nordeste	61	16,81%
Norte	39	10,74%
Centro-Oeste	31	8,54%
Total	363	100%

Fonte: Adaptado da Anprotec (2019)

Ainda segundo estes mesmos estudos as seis principais áreas de atuação das empresas incubadas são: Tecnologia da informação e Comunicação - TIC (79,34%), Agronegócio (41,32%), Saúde e Ciências da Vida (25,62%), Educação (19,83%), Energia (19,01%) e Alimentos (19,01%).

No estudo da Anprotec, as incubadoras identificadas na região Norte do país estão distribuídas em seis Estados, sendo a maioria delas localizadas nos Estados de Roraima, Amazonas e Pará. O Amapá aparece com apenas 1 (uma) incubadora ativa em 2019, conforme se vê na tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição das incubadoras ativas na região Norte em 2019.

Estado	Incubadoras	Porcentagem
Roraima	9	23,08%
Amazonas	8	20,51%
Pará	8	20,51%
Rondônia	7	17,95%
Tocantins	4	10,26%
Acre	2	5,13%
Amapá	1	2,56%
Total	39	100%

Fonte: Adaptado da Anprotec (2019)

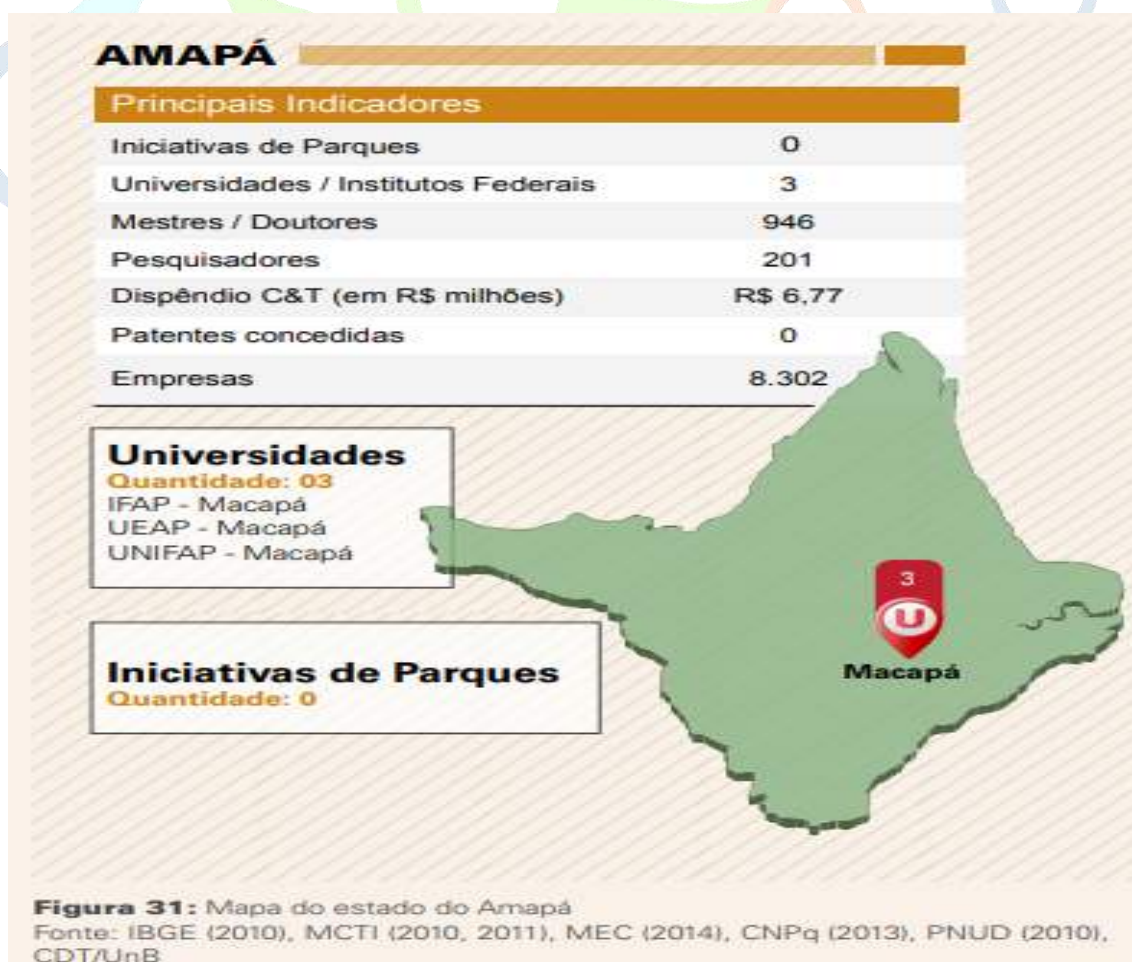
Observe que o Estado do Amapá, segundo os dados da Anprotec de 2019, ocupa o último lugar no ranking dos Estados da região Norte em números de incubadoras de

empresas ativas no período de 2017-2019, ficando atrás do Acre. O que pode explicar esse baixo percentual para os dois últimos Estados na tabela 2?

De acordo com Silvério et. al. (2014, p. 58), em 2011, o Amapá possuía o segundo menor volume de dispêndio estaduais em C&T da região Norte, cerca de R\$ 6,77 milhões apenas, veja a figura 1. Esse volume de dispêndio estadual não mudou muito nos anos seguintes, ficando até menor em 2017, de acordo com os Indicadores de Parques Tecnológicos - MCTI (2019), não passando de R\$ 5,7 milhões.

Talvez o baixo investimento em C&T, aliado ao baixo incentivo a P&D no Estado do Amapá, não tenha sido atrativo o suficiente para estimular o surgimento de incubadoras de empresas no Estado.

Figura 1 - Gastos dispêndios estadual do Amapá em 2011



Fonte: Indicadores de Parques Tecnológicos - MCTI (2014)

Em Pavani et. al. (2019), de acordo com a pesquisa da Anprotec, das 405 incubadoras identificadas no país em 2019, 65% (sessenta e cinco por cento) delas eram

associadas à Anprotec. O mapeamento também mostra que o tempo médio de incubação é de 11 meses e que a taxa de sobrevivência das incubadas, após um ano, é de 84%.

Atualmente, foram identificadas duas incubadoras de empresas residentes no Estado do Amapá, o Centro de Incubação de Empresas (CIE) e a incubadora de empresas do IFAP. Dentre as incubadoras amapaenses existentes a única que é associada da Anprotec, no momento desta pesquisa, é a incubadora de empresas do IFAP, com o Mapa de Associados da Anprotec cuja consulta está disponível em <https://anprotec.org.br/site/sobre/associados-anprotec>. Mas o que é a ANPROTEC afinal?

Segundo a Anprotec (2022):

Criada em 1987, a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC) reúne cerca de 300 associados, entre incubadoras de empresas, parques tecnológicos, aceleradoras, coworkings, instituições de ensino e pesquisa, órgãos públicos e outras entidades ligadas ao empreendedorismo e à inovação. Líder do movimento no Brasil, a Associação atua por meio da promoção de atividades de capacitação, articulação de políticas públicas e geração e disseminação de conhecimentos (ANPROTEC, 2022).

De acordo com ANPROTEC (2019), nesse mesmo ano de 2019, não havia nenhuma incubadora amapaense credenciada pelo Programa Nexos, estratégia que visa aproximar as médias e grandes empresas de atores do ecossistema de inovação nacional e regional.

O Programa Nexos é uma iniciativa onde ambientes de inovação credenciados disponibilizam infraestrutura operacional e apoio técnico-jurídico a pequenos negócios inovadores, o programa é coordenado e monitorado conjuntamente pelo SEBRAE e a ANPROTEC.

De acordo com o SEBRAE (2019), o programa Nexos é "uma estratégia de atuação em rede que tem como objetivo apoiar a conexão entre startups e grandes e médias empresas, visando à geração de negócios e ao desenvolvimento de novas tecnologias".

Esses habitats de inovação, no âmbito do Programa Nexos, terão acessos a novos conhecimentos, poderão ter acesso a recursos financeiros e poderão integrar a uma rede nacional de inovação.

De acordo com Abreu e Campos (2016, p. 25) nos seus estudos foram identificadas 45 aceleradoras brasileiras em 2016, dessas 4 (9%) haviam encerrado suas atividades, restando apenas 41 aceleradoras em operação naquele ano, sendo apenas 1 (uma) no Norte com sede no Amazonas.

Segundo Pavani et. al. (2019, p. 14), o estudo realizado pela Anprotec mapeou 80 aceleradoras no Brasil em 2018, porém verificou-se que somente 57 estavam em operação no país. A distribuição das aceleradoras identificadas no estudo por região do país é mostrada na tabela 3.

Tabela 3 – Distribuição regional das aceleradoras ativas.

Região	Incubadoras	Porcentagem
Sudeste	33	57,89%
Sul	12	21,05%
Nordeste	6	10,53%
Centro-Oeste	4	7,02%
Norte	2	3,51%
Total	57	100%

Fonte: Adaptado da Anprotec (2019)

Como ocorre com as incubadoras, a maioria das aceleradoras mapeadas estão nas regiões sudeste e sul. Normalmente as aceleradoras de startups tem atuação nacional e até mesmo internacional, sempre buscando atuar no desenvolvimento de negócios de alto impacto.

Segundo Abreu e Campos (2016), o valor médio de investimento das aceleradoras por startups, até 2016, ficava entre R\$ 45 mil e R\$ 255 mil. Já em 2018-2019, de acordo com Pavani et. al. (2019), o valor investido por startup estava entre R\$ 50 mil e R\$ 200 mil.

Atualmente existem duas aceleradoras ativas identificadas na região Norte. Uma delas é AMAZ¹ Aceleradora de Impacto, spin-off nascida em 2021, originada do Programa de Aceleração da PPA² (Plataforma Parceiros pela Amazônia) coordenada pelo IDESAM, organização não governamental que atua há mais de 15 anos na Amazônia.

¹ <https://amaz.org.br/>

² <https://idesam.org/conteudo/imprensa/negocios-de-impacto-amazonicos-ganham-aceleradora/>

A outra aceleradora é do Estado do Amazonas, a FabriQ³ Aceleradora, localizada no Parque Dez em Manaus-AM, foi a primeira aceleradora de startups fundada na região Norte do Brasil.

Nesta pesquisa não foi identificada nenhuma aceleradora de empresas com sede no Estado do Amapá.

Por mais que o Amapá não possua aceleradora de empresas residente no Estado, as startups amapaenses não estão desassistidas nesse quesito, pois, a maioria das aceleradoras e parques tecnológicos possui programas de abrangência nacional ou até internacional onde as empresas amapaenses podem está submetendo seus projetos e ideias inovadores.

Citando algumas aceleradoras e programas que atuam no Brasil temos entre as aceleradoras a WOW Aceleradora, Baita Aceleradora, Fábrica de Startups, a Quintessa, o Distrito for Startups, a M2G, a OBR Global, FabriQ Aceleradora, Startup Farm e outras. Já entre os programas que incluem aceleração o BNDES Garagem, Aceleração do Espaço Finep/MCTI, Scale Up Endeavor, ToasterLAB, Inovativa Brasil, Elephant Startup Factory, Programa Centelha, Acelera Startups e outros.

Várias startups amapaenses foram ou são beneficiadas por programas como o Acelera Startups⁴ promovido pelo Sebrae e o programa Centelha⁵ é promovido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

É consenso que tanto incubadoras quanto aceleradoras de empresas apoiam startups, atuando, respectivamente, na incubação e aceleração de negócios inovativos de alto impacto.

De acordo com os estudos citados anteriormente, no período estudado, 3.694 empresas foram incubadas no Brasil gerando 14 mil postos de trabalhos diretos e 387 negócios de impacto nas incubadoras. No mesmo período teve 2.239 startups aceleradas gerando 4,4 mil postos de trabalhos diretos e 375 negócios de impacto nas aceleradoras.

Segundo a Abstartups (2019), a cerca de dois anos eram apenas 15 startups na capital Macapá-AP, que correspondia a menos de 7% do ecossistema de startups da região

³ <https://fabriq.com.br/sobre/>

⁴ <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/sebraeaz/programa-acelera-startup,f73c82d156e23710VgnVCM1000004c00210aRCRD>

⁵ <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2021/12/em-rondonia-ministro-do-mcti-destaca-potencial-inovador-do-programa-centelha>

Norte: “O ecossistema do norte está distribuído entre os estados da região. Segundo o startupbase, a divisão acontece na seguinte proporção: Acre (10,4%), Amapá (6,7%), Amazonas (33%), Pará (22,6%), Rondônia (9,6%), Roraima (1,7%) e Tocantins (16%)”.

De acordo com o StartupBase existem atualmente 13.837 startups no país, desse total de startups existentes no momento desta pesquisa, apenas 20 são do Estado do Amapá, sendo 19 da cidade de Macapá e 1 de Santana, veja a tabela 4 a seguir.

Tabela 4 – Distribuição das startups ativas no Estado do Amapá.

Startup	Cidade	Área de atuação
AiA Amiga Digital	Macapá	Varejo/Atacado
AprovaEAD	Macapá	Educação
Arte Amazon	Macapá	-
Astecas	Macapá	-
EAD Station	Macapá	Educação
EnergyHELP	Macapá	Energia
HUB4B	Macapá	Advertising
Karpos Bank	Macapá	Finanças
Karpos Pag	Macapá	Finanças
OrçaFascio	Macapá	Construção Civil
Proesc	Macapá	-
Proesc.com	Macapá	Gestão Educacional
Progkit-Bio	Macapá	-
Projeto Rumo ao ITA	Macapá	-
Registro Jurídico	Macapá	Direito
S3 Tecnologia	Macapá	Big Data
Tributei	Santana	Finanças
Undobox	Macapá	Varejo/Atacado
UniVoto	Macapá	-
WAPSoftware	Macapá	Outros

Fonte: Adaptado da Abstartups (2022)

Das startups acima, 14 delas fazem parte da comunidade Tucujú Valley, comunidade de startups criada com o objetivo de aumentar o número de startups em operação no Estado do Amapá e buscar o crescimento do ecossistema de inovação amapaense. Esta comunidade conecta os empreendedores através de workshops, eventos e meetups.

No Amapá alguns eventos relacionados à inovação têm ocorrido nos últimos anos, como é o caso do Seminário Innova Amapá, promovido pelo SEBRAE é um evento de inovação e a tecnologia que reúne potenciais empreendedores, a comunidade acadêmica, gestores e outros profissionais interessados. O SEBRAE Amapá também realiza o Startup Day Macapá.

No que diz respeito à inovação no governo local, de acordo com o Prodap (2021) o Governo do Amapá aderiu:

“ao programa de formação em governo digital com a Estônia Hub, uma plataforma de acesso ao país da Estônia e à União Europeia. [...]. O programa apresenta startups unicórnios, seus fundadores e tecnologias inovadoras, líderes públicos e principais investidores do país. O Amapá participa do Estônia Hub por meio da Abep-Tic - Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação e do Prodap - Centro de Gestão da Tecnologia da Informação (PRODAP, 2021).

5. CONCLUSÃO

O artigo teve como objetivo mostrar um panorama do ecossistema de inovação, com foco na Amazônia, mas principalmente, no cenário do estado do Amapá, mapeando os principais atores desses ecossistemas, relacionando: incubação de empresas de base tecnológica e aceleradoras de empresas. Ademais, foram manifestos os conceitos e campo de atuação, os principais responsáveis que regem um Ecossistema de inovação e interage nessa configuração, além dos indicadores, distribuição regional das incubadoras e aceleradoras ativas no Brasil e suas principais áreas de atuação.

Ainda se fez necessária a identificação das incubadoras de empresas residentes no Estado do Amapá, assim como, os programas de incentivo e os parceiros na estratégia que visa aproximar as médias e grandes empresas de atores do ecossistema de inovação nacional e regional. Ainda foi feita uma abordagem sobre a distribuição das startups ativas no Estado do Amapá e seus indicadores em relação a região Norte, pelo fato de atuarem como importantes atores para o crescimento de um ecossistema de inovação.

Em Pavani et. al. (2019), de acordo com as pesquisas realizadas pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), existiam em 2019 cerca de 405 incubadoras no Brasil, das incubadoras identificadas, 363 demonstraram está ativas nos anos 2017-2019. Estas estão distribuídas pelo país, estando a maioria localizada nas regiões sul e sudeste. No estudo da Anprotec, as incubadoras identificadas na região Norte do país estão distribuídas em seis Estados, sendo a maioria delas localizadas nos Estados de Roraima, Amazonas e Pará. O Amapá aparece com apenas 1 (uma) incubadora ativa em 2019. O Estado do Amapá, segundo os dados da Anprotec de 2019, ocupa o último lugar no ranking dos Estados da região Norte em números de incubadoras de empresas ativas no período de 2017-2019, ficando atrás do Acre.

De acordo com Silvério et. al. (2014, p. 58), em 2011, o Amapá possuía o segundo menor volume de dispêndio estaduais em C&T da região Norte, cerca de R\$ 6,77 milhões apenas, veja a figura 1. Esse volume de dispêndio estadual não mudou muito nos anos seguintes, ficando até menor em 2017, de acordo com os Indicadores de Parques Tecnológicos - MCTI (2019), não passando de R\$ 5,7 milhões. Talvez o baixo investimento em C&T, aliado ao baixo incentivo a P&D no Estado do Amapá, não tenha sido atrativo o suficiente para estimular o surgimento de incubadoras de empresas no Estado.

Como ocorre com as incubadoras, a maioria das aceleradoras mapeadas estão nas regiões sudeste e sul. Normalmente as aceleradoras de startups tem atuação nacional e até mesmo internacional, sempre buscando atuar no desenvolvimento de negócios de alto impacto. Atualmente existem duas aceleradoras ativas identificadas na região Norte. Uma delas é AMAZ Aceleradora de Impacto, spin-off nascida em 2021, originada do Programa de Aceleração da PPA (Plataforma Parceiros pela Amazônia) coordenada pelo IDESAM, organização não governamental que atua há mais de 15 anos na Amazônia. A outra aceleradora é do Estado do Amazonas, a FabriQ Aceleradora, localizada no Parque Dez em Manaus-AM, foi a primeira aceleradora de startups fundada na região Norte do Brasil.

6. PERSPECTIVAS FUTURAS

Por mais que o Amapá não possua aceleradora de empresas residente no Estado, as startups amapaenses não estão desassistidas nesse quesito, pois, a maioria das

aceleradoras e parques tecnológicos possui programas de abrangência nacional ou até internacional onde as empresas amapaenses podem está submetendo seus projetos e ideias inovadores, e para isso é essencial que elas estejam preparadas para serem protagonistas em um cenário extremamente competitivo, onde para suprir as demandas do presente século é preciso uma urgente adequação na estrutura e na entrega dos serviços a um cliente cada vez mais exigente que vive na região amazônica.

Portanto, são muitos os desafios a serem vencidos na região Amazônica, assim como no Amapá, sempre aparecendo nas últimas colocações no que se refere a desenvolvimento. O mapeamento aqui apresentado repete essa triste estatística para o Amapá e a região norte, enfim para o Brasil. Sob outra perspectiva, podemos vislumbrar oportunidades de crescimento para esse Estado, tanto para implantação de um parque tecnológico no Amapá, o que ajudaria as empresas inovadoras da região bem como incentivar o fomento ao processo de inovação através de políticas públicas eficientes. Tais desafios dependem de uma perfeita harmonia entre a iniciativa público-privada que foquem em políticas visando reduzir os entraves e outros empecilhos, incentivando o empreendimento inovador como mecanismo de crescimento no contexto estadual, regional e nacional.

7. REFERÊNCIAS

ABREU, Paulo R. M; CAMPOS, Newton M. 2016. **O panorama das aceleradoras de startups no Brasil.** Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18853/Abreu%3b%20Campos%20Neto_Panorama%20das%20aceleradoras%20de%20startups%20no%20Brasil.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 9 de jan de 2022.

ABSTARTUPS - Associação Brasileira de Startups. 2019. **De olho nas Startups do Norte do Brasil.** Disponível em <<https://abstartups.com.br/de-olho-nas-startups-do-norte-do-brasil>>. Acesso em 08 de jan de 2022.

ALAGOAS. 2009. **Lei Nº 7.117, de 12 de novembro de 2009.** Disponível em <https://www.fapeal.br/wp-content/uploads/2015/05/leiNo7117-de12_11_09-2.pdf> Acesso em 07 de jan de 2022.

ANPROTEC. 2022. **Sobre**. Disponível em <<https://anprotec.org.br/site/sobre>> Acesso em 08 de jan de 2022.

ARANHA, José Alberto Sampaio. Mecanismos de geração de empreendimentos inovadores. **Mudanças na organização e na dinâmica dos ambientes e o surgimento de novos atores**. ANPROTEC–Tendências. Brasília, DF: ANPROTEC, 2016.

_____. 2019. **Lista de incubadoras e aceleradoras credenciadas pelo Nexos**. Disponível em <<https://anprotec.org.br/site/wp-content/uploads/2019/04/Lista-de-incubadoras-e-aceleradoras-credenciadas-pelo-Nexos.pdf>> Acesso em 08 jan de 2022.

CARRILHO, Claudine Pinheiro. 2021. **Incubadoras em Operação**. Disponível em <<https://anprotec.org.br/site/lideres-tematicos/incubadoras-em-operacao>> Acesso em 07 de jan de 2022.

DE SOUZA, Diego Estevam. O ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO E SEUS PRINCIPAIS COMPONENTES. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 4, n. 1, 2020.

MATOS, Felipe; RADAELLI, Vanderleia. 2020. **ECOSSISTEMA DE STARTUPS NO BRASIL: Estudo de caracterização do ecossistema brasileiro de empreendedorismo de alto impacto**. Disponível em <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Ecosystema_de_startups_no_Brasil_Estudo_de_caracteriza%C3%A7ao_do_ecossistema_de_empreendedorismo_de_alto_impacto_brasileiro.pdf> Acesso em 09 de jan de 2022.

PASKINN, Henriette Soares; SIZA, Marta Pinheiro Pinheiro; GARNICA, Leonardo Augusto. O mapa do empreendedorismo da amazônia: características das incubadoras e perfil empresarial de base tecnológica. **Revista Eletrônica Ciência e Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, 2015.

PAVANI, Claudia; LAGE, Ana Cristina de Alvarenga; VARGAS, Carlos Augusto; ZANCUL, Eduardo de Senzi; MANÇO, Guilherme Rosso; ABOUMRAD, Jean Pierre Cordeiro; BARLACH, Lisete; MARTINS, Paula Salomão. **Mapeamento dos mecanismos de geração de Empreendimentos Inovadores no Brasil**. Brasília: Anprotec, 2019. 225p.

PRODAP. 2021. **Amapá adere a programa digital para acelerar desburocratização e digitalização dos serviços.** Disponível em <<https://prodap.ap.gov.br/noticia/2402/amapa-adere-a-programa-digital-para-acelerar-desburocratizacao-e-digitalizacao-dos-servicos>> Acesso em 9 de jan de 2022.

SEBRAE. 2021. **O que é uma startup?** Disponível em <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-uma-startup,6979b2a178c83410VgnVCM1000003b74010aRCRD>> Acesso em 07 de jan de 2022.

_____. 2021. **Incubadora e aceleradora: qual a diferença entre elas?** Disponível em <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-a-diferenca-entre-incubadora-e-aceleradora,761913074c0a3410VgnVCM1000003b74010aRCRD>> Acesso em 07 de jan de 2022.

_____. 2019. **Programa Nexos.** Disponível em <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/programa-nexos,a520f6c19850c610VgnVCM1000004c00210aRCRD>> Acesso em 08 de jan de 2022.

SILVÉRIO, José Antônio; ALMEIDA, Hideraldo Luiz de; AGUIAR, Ricardo Santos de; MOREIRA, Bruna Ignácio; SILVA, Maria Consuelo Gomes da. **Estudo de Projetos de Alta Complexidade: indicadores de parques tecnológicos.** Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – Brasília: CDT/UnB, 2014. 100 p.

SOUZA, Diego Estevam de. 2020. **O ecossistema de inovação e seus principais componentes.** Disponível em <<https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/11575/8305>> Acesso em 07 de jan de 2022.



Capítulo 9

LOGÍSTICA NAS DIMENSÕES DE CIDADES INTELIGENTES ASSOCIADA À CIDADE DE MACAPÁ – AP

DOI: 10.29327/562393.1-9

Glauber Ruan Barbosa Pereira
Luciana Gondim de Almeida Guimarães
Monã Correa Lima

LOGÍSTICA NAS DIMENSÕES DE CIDADES INTELIGENTES ASSOCIADA À CIDADE DE MACAPÁ – AP

Glauber Ruan Barbosa Pereira

Luciana Gondim de Almeida Guimarães

Monã Correa Lima

RESUMO

O crescimento da população e a falta de estrutura de mobilidade urbana e logística nas cidades, em diferentes regiões do planeta, tem sido posto como desafios para gestores, pesquisadores, e especialistas na área. Trata-se de uma questão de como avaliar e organizar a mobilidade e logística na cidade. Nesse cenário, cada vez mais ocorre o aumento de atividades empresariais, industriais, bem como a circulação de pessoas e mercadorias, por meio dos diferentes tipos de modais, o que pode atrofiar os espaços urbanos. O objetivo deste estudo é de identificar as principais atividades da logística associadas as dimensões de cidades inteligentes na cidade de Macapá, capital do Amapá. A metodologia desta pesquisa caracteriza-se como exploratória com o uso de uma abordagem qualitativa. O método utilizado é o de revisão da literatura. A coleta de dados foi feita por meio de dados secundários. O resultado do estudo indica a importância do debate do tema junto aos gestores públicos e da iniciativa privada, no sentido de perceberem a necessidade da elaboração de planejamento e melhores políticas públicas que ofereçam soluções mais alinhadas a realidade da cidade.

Palavras-chave: Logística; Mobilidade Urbana; Cidade Inteligente.

ABSTRACT

The population growth and the lack of infrastructure for urban mobility and logistics in cities, in different regions of the planet, have been posed as challenges for managers, researchers, and specialists in the area. It is a question of how to assess and organize mobility and logistics in the city. In this scenario, there is an increasing number of business and industrial activities, as well as the circulation of people and goods, through different types of modals, which can stunt urban spaces. The aim of this study is to identify the main logistics activities associated with the dimensions of smart cities in the city of Macapá, capital of Amapá. The methodology of this research is characterized

as exploratory with the use of a qualitative approach. The method used is the literature review. Data collection was performed using secondary data. The result of the study indicate the importance of debating the topic with public managers and the private sector, in the sense of realizing the need to develop planning and better public policies that offer solutions that are more in line with the reality of the city.

Keywords: Logistics; Urban Mobility; Smart City.

1. INTRODUÇÃO

O crescimento das cidades tem influenciado no desenvolvimento e adaptações da sociedade e empresas a uma nova relação com os centros urbanos, bem como com o fluxo de objetos, serviços e informações. O uso de inovações tecnológicas associado as atividades logísticas, tem contribuído para aliviar o incremento do intenso fluxo de mercadorias, e o trânsito de pessoas, produtos e materiais nas cidades. Destarte, a função da logística é estratégica para organizar da melhor forma a movimentação de transportes, pessoas, objetos e informações, a fim de tornar mais eficiente e reduzir custos nas transações na nova economia, pautada em indústria 4.0, internet das coisas, internet dos serviços, *big data* e inovações tecnológicas (KIBA-JANIAK, 2016).

Considerando a evolução das cidades, tem-se a perspectiva do uso e melhor administração dos recursos urbanos, e o que está ao seu redor, trata-se do conceito de cidade inteligente, do inglês *smart city*. Uma questão em *smart city* que tem despertado a atenção dos especialistas e cientistas no tema, está ligado ao tratamento dado as suas dimensões (GIFFINGER, 2007; DAMERI, 2017; COHEN, 2012; TANIGUCHI, 2014). Essas dimensões abrangem as áreas relacionadas a inteligência da economia, meio ambiente, governança, qualidade de vida, recursos humanos, e mobilidade. Dessa maneira, o efeito das cidades na vida dos seus moradores requer um bom gerenciamento efetivo dos recursos dos centros urbanos de cada um dos seis eixos propostos (FERNÁNDEZ-GÜELL, 2016; GIFFINGER, 2007; DAMERI, 2017).

Os sistemas logísticos são fundamentais para o desenvolvimento das atividades sociais, econômicas e humanas, em especial em áreas urbanas. A movimentação, transporte e mobilidade logística de materiais, produtos, pessoas e informações nas cidades representam um papel estratégico para o entendimento e racionalização das atividades que envolvem a logística em um espaço urbano (GLEISSNER, 2012). A logística está fortemente ligada ao eixo de mobilidade e transporte nos aspectos ligados

ao desenvolvimento de uma cidade inteligente, refletindo nas atividades econômicas, qualidade de vida dos seus habitantes, meio ambiente, e no desenvolvimento de políticas públicas (GLEISSNER, 2012).

Nesse sentido, considerando que as cidades inteligentes denotam um novo modelo de cidade, baseado em novas formas de desenvolvimento de mobilidade urbana, transporte e logística, tecnologias, qualidade de vida, governança, economia, estrutura e meio ambiente, esta pesquisa tem o objetivo de identificar as principais atividades da logística associadas as dimensões de cidades inteligentes na cidade de Macapá, capital do Amapá.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Dimensões das cidades inteligentes: uma abordagem conceitual

A pesquisa sobre as dimensões de cidades inteligentes se apoia no desenvolvimento e transformação que as cidades vêm atravessando nas últimas décadas, o que por sua vez vem refletindo na alteração das atividades comerciais, mudança no comportamento social, impacto ambiental, criação de novos meios de trabalho, desenvolvimento de novos processos de gestão, e em especial, uso cada vez mais intenso de inovações tecnológicas, internet, e mudanças de padrões de agentes os quais coadunam no seu ambiente.

O conceito de cidade inteligente emergiu durante a última década como uma fusão de ideias sobre como as tecnologias de informação e comunicação podem melhorar o funcionamento e dinâmica das cidades. Essas iniciativas podem favorecer o aumento da eficiência das cidades, melhorando sua competitividade, e proporcionando soluções para os problemas de pobreza, privação social, meio ambiente, trânsito, entre outros (BATTY et al., 2012).

Uma das pesquisadoras mais citadas nas principais bases de pesquisas científicas sobre o assunto *smart city* é Giffinger (2007), a qual apresentou em seu estudo as seis dimensões de *smart city* (*smart mobility*, *smart enviromenment*, *smart governance*, *smart living*, *smart people* e *smart economy*), podendo ser utilizados como guia para que gestores, governos e demais *stakeholders* tomem como exemplo para o desenvolvimento de uma cidade com aspectos de “inteligência”. Entretanto, a esse respeito, Anthopoulos (2017) destaca alguns outros aspectos que sustentam a base das dimensões de uma *smart city* considerando oito componentes, os quais são (i) *smart infrastructure*; (ii) *smart*

economy; (iii) smart transportation; (iv) smart living); (v) smart environment; (vi) smart people; (vii) smart services e; (viii) smart governance.

Segundo o estudo que trada das oito dimensões supracitadas, os resultados apontam que a construção de uma cidade com aspectos inteligentes busca explorar ao máximo os seus recursos, observando as suas limitações e oportunidades, a fim de gerar melhor performance e convivência entre todos aqueles envolvidos na urbe. A fim de ampliar o entendimento das dimensões supracitadas, o quadro 1 descreve as dimensões de *smart city* de modo detalhado no quadro 1.

Quadro 1 – Atributos das dimensões de cidades inteligentes

Dimensões	Atributos
Infraestrutura inteligente	instalações da cidade (ex. redes de água e energia, ruas, prédios etc.) com tecnologia inteligente incorporada (ex., sensores, redes inteligentes etc.).
Mobilidade inteligente	redes de transporte com sistemas aprimorados de monitoramento e controle em tempo real embarcados.
Meio ambiente inteligente	inovação e incorporação de TIC para a proteção e gestão de recursos naturais (sistemas de gestão de resíduos, controle de emissões, reciclagem, sensores para monitoramento da poluição etc.).
Serviços inteligentes	utilização de tecnologia e TIC para saúde, educação, turismo, segurança, controle de resposta (vigilância) etc., e prestação de serviços em toda a cidade.
Governança inteligente	estabelecimento de governo inteligente no espaço urbano, acompanhado por tecnologia para prestação de serviços, participação e engajamento social.
Pessoas inteligentes	medidas que melhoram a criatividade das pessoas e a inovação aberta.
Vida inteligente	inovação para melhorar a qualidade de vida e habitabilidade no espaço urbano.
Economia inteligente	tecnologia e inovação para fortalecer os negócios desenvolvimento, emprego e crescimento urbano.

Fonte: dados da pesquisa (2021).

Considerando os oito aspectos supracitados, infere-se que esses componentes são interconectados e requerem coleta de dados e infraestrutura em tecnologia de informação e comunicação para serem incorporados na infraestrutura da cidade, a fim de fornecer serviços inteligentes aos atores municipais, enquanto a governança é necessária para que os subsistemas sejam orquestrados e tenham sucesso na missão de *smart city* (ANTHOPOULOS, 2017).

Além das outras seis dimensões apresentadas pelo conceito de *smart city*, o enredo da logística é observado na dimensão que envolve a mobilidade (ALBINO, 2015; LOMABARDI, 2012; GIFFINGER, 2007; DAMERI, 2017). A movimentação, transporte e mobilidade de produtos e pessoas são atividades frequentes nas dinâmicas das cidades. Com o avanço da migração populacional para os centros urbanos, tornar-se-á cada vez mais intensa a demanda pelas atividades logísticas.

A abordagem da logística aplicada ao conceito de economia inteligente, do inglês, *smart economy*, surge do projeto da mobilidade inteligente, específica da cidade para o movimento de pessoas e bens industriais e comerciais. O desenvolvimento da logística apoiada no uso da internet, digitalização e automação dos processos dos meios de transporte, torna-se importante no contexto da *smart economy*, tendo em vista que se trata uma relação estratégica para o desenvolvimento de iniciativas que poderão apresentar soluções para problemas urbanos oriundos do crescimento das cidades, tais como o gargalo no fluxo de transportes, mercadorias, pessoas, podendo refletir no aumento de poluição e despejo de lixo nas urbes (KUMAR, 2017).

No estudo de Moustaka (2017) são apresentados alguns aspectos da economia inteligente, os quais estão presentes nesse conceito do ponto de vista da logística, tais como: (i) preocupação financeira dos *stakeholders* com o orçamento do governo local, despesas com comunicação e transporte em uma cidade; (ii) existência de um planejamento urbano para a mobilidade e os seus aspectos relacionados a cidade; (iii) gastos públicos em planejamento, organização e controle de atividades relacionadas à área de logística, transporte e mobilidade urbana; (iv) estudo sobre a capacidade dos *stakeholders* em logística da cidade para obter recursos e investimentos financeiros externos; e (v) benefícios econômicos para os *stakeholders* na logística da cidade, resultantes da implementação de projetos que permitem a melhoria do tráfego de passageiros e carga, proteção ambiental e segurança nas estradas.

A logística na dimensão de meio ambiente (*smart environment*), apresenta aspectos que exercem ações, a fim de aliviar os problemas encontradas na relação entre cidade e os atores integrantes do espaço urbano (indústrias, empresas, população) e o meio ambiente. Os fatores são a logística verde e a oferta de energias limpas, resultando nos seguintes indicadores: (i) poluição, (ii) proteção ambiental, (iii) gestão de resíduos sólidos, (iv) futuro do clima, (v) produção de energias limpas, (vi) domicílios com iluminação pública sustentável no entorno (DAMERI, 2017).

A formação de uma cidade tem nos órgãos públicos um veículo de gestão fundamental para a coordenação, controle e investimento nas principais demandas dos centros urbanos. Para Anthopoulos (2017) a *smart governance* significa o estabelecimento de governo inteligente no espaço urbano, acompanhado por tecnologia para prestação de serviços, participação e engajamento.

O objetivo da *smart governance* é de construir uma governança pública com perspectiva digital. Tornando dinâmica a oferta de serviços públicos, disponibilizando o acesso a documentos e informações públicas de modo simples e transparente. Uso de equipes inteligentes para resolver problemas complexos de diversos componentes das cidades, entre eles o de mobilidade e transporte, a fim de melhorar a qualidade de vida das comunidades (NEIROTTI, 2014; GIFFINGER, 2007; NAM, 2011; MEEUS, 2011; CARAGLIU, 2009; ANGELIDOU, 2017; DAMERI, 2017; BATTY et al., 2012; NAPHADE, 2011; LOMBARDI, 2012).

A abordagem sobre *smart city* no contexto humanizado tem ganhado apoio crescente das empresas, governos, sociedade, bem como na comunidade de pesquisa em *smart city*. Conforme Anthopoulos (2017) apresenta, *smart life* está ligada a inovação para melhorar a qualidade de vida e habitabilidade no espaço urbano. Entre os motivos para esse interesse está o ambiente urbano que vem se tornando cada vez mais dinâmico, com o trânsito caótico, e o número de habitações cada vez mais limitadas e/ou distantes dos centros de trabalho, em função do crescimento populacional acelerado. Dessa forma, a tendência é de se esgotarem as possibilidades de se viver em um espaço que ofereça melhor condições para se viver com qualidade de vida.

As pessoas que vivem ou participam das iniciativas para a construção de uma *smart city*, geralmente, apresentam o comportamento e atitudes proativas, diferenciadas e com alto nível intelectual, de maneira que estejam alinhadas as demandas das cidades, seja no setor público ou privado, profissional, acadêmico e na comunidade (ANTHOPOULOS, 2017). Segundo Kiba-Janiak (2016) e Cohen (2012), alguns aspectos são encontrados na literatura que relacionam os fatores de performance da logística à dimensão de *smart people*, conforme destacados a seguir: (i) aspectos sociais, tais como relacionados a segurança no transporte rodoviário, disponibilidade de pessoal, experiência e conhecimento; (ii) a experiência dos *stakeholders* em logística da cidade na implementação de ideias e soluções que permitam a melhoria do tráfego de passageiros e de carga, levando em conta a proteção ambiental em uma cidade; (iii) inclinação dos moradores para usar o transporte ambientalmente amigável em uma cidade, por exemplo, o uso de veículos ecológicos, ou bicicletas para ir ao trabalho.

A mobilidade e o transporte de pessoas e objetos pelas cidades são temas de interesse tanto de iniciativas públicas quanto particulares. Afinal, o crescimento da

população nos centros urbanos tem preocupado os gestores nesse tema, os quais buscam entender e aperfeiçoar o novo cenário dos meios de mobilidade e transporte nas urbes.

As definições a seguir foram identificadas nos estudos de Albino (2015), o qual descreve a *smart mobility* como “o uso da tecnologia da informação e comunicação nas modernas tecnologias de transporte para melhorar o tráfego urbano”.

Quanto a mobilidade, a logística está integrada diretamente a melhor gestão do fluxo de transportes, e eficiente distribuição de cargas e melhor mapeamento, roteirização e tratamento da mobilidade urbana no contexto de *smart city* (DAMERI, 2017; ANGELIDOU, 2017; ZANELLA, 2014). Tem-se para tal, a integração de sensores, incorporação de inovações tecnológicas para a eficiente gestão da mobilidade. Esses aspectos se justificam, em especial, pelo crescimento acelerado dos centros urbanos e a necessidade de melhor planejamento das cidades associado a um intenso uso de internet, inovações tecnológicas, e com acesso e valorização cada vez maior de *big data* (ALBINO, 2015; CARAGLIU, 2009).

Entre os objetivos de *smart mobility* está a integração e otimização da logística nas cidades, através da adequação das necessidades dos diferentes tipos de negócios com as condições de tráfego, questões geográficas e ambientais. Além desse aspecto, oferecer formas inovadoras de transportes de pessoas nos centros urbanos, tais como: transporte público e veículos baseados em combustíveis sustentáveis, apoiados por tecnologias avançadas. Um outro ponto a ser considerado é da oferta aos usuários de informações dinâmicas em tempo real para uma experiência de tráfego e transporte satisfatórios, de modo a interagir com as diferentes plataformas de transporte, tornado mais eficiente a mobilidade da população. Para Dameri (2017) o papel da *smart mobility* busca também alcançar os seguintes objetivos: 1. reduzir a poluição; 2. reduzir o congestionamento do tráfego; 3. aumentar a segurança das pessoas; 4. reduzir a poluição sonora; 5. melhorar a velocidade de transferência; 6. reduzir os custos de transferência.

3. METODOLOGIA

A fim de atender o objetivo deste estudo, optou-se por realizar uma pesquisa de natureza qualitativa e exploratória, acompanhadas por uma análise de revisão de literatura. Para Creswell (2014) a pesquisa qualitativa começa com pressupostos e o uso de estruturas interpretativas/ teóricas que informam o estudo dos problemas da pesquisa,

abordando os significados que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano.

Na pesquisa qualitativa, primeiramente faz-se a coleta dos dados, a fim de poder elaborar a “teoria de base”, ou seja, o conjunto de conceitos, princípios e significados. O esquema conceitual pode ser uma teoria elaborada, com um ou mais constructos. Dessa maneira, é necessário correlacionar a pesquisa com o universo teórico. Segundo Maria-Pereira (2012) no método de pesquisa qualitativa a pesquisa é descritiva, ou seja, as informações obtidas não podem ser quantificáveis. Por sua vez, os dados obtidos são analisados de forma indutiva. Nesse sentido, a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa.

Sobre a pesquisa exploratória, Fonseca (2010) destaca que ela é realizada em um cenário de muito pouco conhecimento existente e acumulado.

Os critérios utilizados para a revisão de literatura levaram em consideração a temática sobre cidades inteligentes e dimensões de cidades inteligentes, nos últimos 8 (oito) anos, no período entre 2011 e 2019, na principal coleção da Web of Science, considerando as referências com um alto nível citação científica.

A escolha da cidade de Macapá se deu por conveniência, considerando que o programa de gestão da atual prefeitura aponta para o desenvolvimento de iniciativas de ações calçadas no conceito de cidades inteligentes.

A coleta de dados se deu por meio do uso de fontes secundárias, utilizando-se de documentos disponíveis nos sítios oficiais da prefeitura na internet, tais como projetos e programas relacionados a temática de cidades inteligentes. Além dessas fontes, utilizou-se a análise de notas jornalísticas, notícias veiculadas as mídias, e sítios relacionados ao assunto na internet.

A análise e interpretação dos dados foram feitas por meio do cruzamento teórico e projeções de ações do conceito de cidades inteligentes. Nesse sentido, o raciocínio da interpretação dos dados foi organizado considerando: (i) o entendimento do conceito de cidades inteligentes pela cidade, e (ii) abrangência e iniciativas da logística nas ações das dimensões de cidades inteligentes.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir de um levantamento feito junto aos principais documentos publicados em sites oficiais dos órgãos públicos, os quais listam algumas iniciativas, por meio de

projetos e programas, para tornar a cidade de Macapá uma cidade inteligente, acompanhado de uma base teórica, esta pesquisa dialoga com as iniciativas que a gestão pública direciona a cidade, relacionadas a conceituação científica do tema.

Nesse sentido, é oportuno mencionar o panorama da frota de veículos na cidade de Macapá apresenta um quantitativo de 170.131 (cento e setenta mil e cento e trinta um) veículos no ano de 2021, o que representa a média de 1 veículo para cada 3 habitantes, segundo estatística do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN). Já em maio do ano de 2020, a cidade contava com uma frota de 162.433 (cento e sessenta e dois mil e quatrocentos e trinta e três) veículo, o que mostra no comparativo, um aumento de 4,53% do número de veículos circulando na cidade. Esse fator pode indicar a importância no planejamento e desenvolvimento de políticas para a mobilidade urbana e ações para o controle de tráfego. Cabe destacar que em função da pandemia da covid-19 o número da frota de ônibus na capital teve uma redução de 912 (novecentos e doze) em 2020 para 877 (oitocentos e setenta e sete) em 2021 (DENATRAN).

Conforme destaca Giffinger (2007), uma cidade inteligente apresenta um bom desempenho de forma prospectiva na economia, nas pessoas, na governança, na mobilidade, no meio ambiente e na vida, construída com base na combinação inteligente de recursos e atividades de cidadãos autoconfiantes, independentes e conscientes. Segundo ela, cidade inteligente geralmente se refere à busca e identificação de soluções inteligentes que permitem às cidades modernas melhorar a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. Nesse sentido, a proposição de ações inteligentes da gestão da cidade de Macapá, por meio de seu programa de cidade inteligente, reflete a boa vontade dos gestores em implementar iniciativas as quais possam contribuir com o melhor desempenho da mobilidade urbana e qualidade de vida dos cidadãos, por meio do uso intenso de inovações tecnológicas. E ainda, investir em infraestrutura, logística e mobilidade urbana, como identificado no quadro 2. No entanto, são ações embrionárias que podem ampliar a discussão da temática junto a outros grupos interessados no assunto, tais como empresários, governos, investidores, empreendedores, e a sociedade.

O plano de governo da cidade de Macapá, apresentado pelo atual Prefeito, e que tem vigência entre os anos de 2021 e 2024, destaca que o programa foi concebido na intenção de tornar Macapá uma cidade inteligente e sustentável. Entre os eixos de desenvolvimento estão as ações voltadas para o aspecto urbano, mobilidade e meio ambiente; social; econômico e financeiro; humano; institucional e gestão e; saúde

coletiva. Após a criação dos eixos norteadores, foram criados o (i) Programas de Saúde e Assistência ao Cidadão (PROBEM), (ii) Programa de Desenvolvimento Econômico e Social de Macapá (PRODES), e o (iii) Programa de Administração de Macapá (PROAD).

Os objetivos dos programas supracitados relacionados as iniciativas presentes nas dimensões de cidades inteligentes, são apresentados no quadro abaixo.

Quadro 2. Objetivos de iniciativas inteligentes para a cidade de Macapá

Objetivos	Programa	Área
Duplicar os pontos de Wi-Fi Livre na Cidade de Macapá	PROAD	TI
Implantar o cerco inteligente de veículos por meio de sistema de câmeras e softwares	PROBEM	Segurança pública
Revisar e fortalecer os Plano de Obras, Plano Diretor do Município e Plano de Mobilidade Urbana de Macapá	PROAD/ PRODES	Gestão da qualidade, Gestão forte e Infraestrutura
Criar 04 centros de integração do transporte Público municipal, garantindo o bilhete único	PROBEM	Mobilidade e Proteção ambiental
Monitorar 100% da frota de ônibus por GPS	PRODES	Mobilidade
Ampliar em 50% a sinalização horizontal e vertical da cidade de Macapá	PRODES	Mobilidade
Construir 100km de malha ciclo viária (ciclovias, ciclorotas e ciclo-faixas)	PRODES	Mobilidade
Fazer a licitação das empresas de transporte público	PRODES/ PROAD	Mobilidade e Gestão da Qualidade
Aumentar em 30% a frota de ônibus	PRODES	Mobilidade
Aumentar em 50% a frota de ônibus com acessibilidade as pessoas com deficiência	PRODES/ PROBEM	Mobilidade, Acessibilidade e Inclusão
Implantar os parquímetros no estacionamento das ruas do centro da cidade	PRODES	Mobilidade
Aumentar em 10% o uso do sistema de transporte público de Macapá	PRODES	Mobilidade
Criar o terminal hidroviário de Macapá	PRODES	Infraestrutura e Mobilidade
Criar o parque dos Ipês na rodovia Norte – Sul cerca de 15 a 20 hectares com pista de caminhada, arborização, pista de ciclismo, playground, academia ao ar livre e pista de skate	PROBEM	Esporte e Lazer
Implantar as faixas azuis para corredores de ônibus nas vias de ligação da cidade ao centro	PRODES	Infraestrutura e Mobilidade

Fonte: dados da pesquisa (2021).

O programa apresentado pela prefeitura de Macapá tem a proposta de desenvolver algumas iniciativas do conceito de cidade inteligente, conforme os resultados identificados nos principais estudos encontrados na literatura científica associado ao tema e suas dimensões.

De com as intenções destacadas no quadro 2, a mobilidade urbana é uma das principais preocupações da gestão no sentido de gerar melhores condições, controle e manutenção do tráfego urbano. O que é reforçado por meio de algumas iniciativas, tais como a criação de um decreto que cria o *sandbox*, o qual permite a delimitação de uma

área, em zona urbana, livre de regulamentação, onde tecnologias inovadoras de cidades inteligentes possam ser testadas e validadas. Ao todo, já foram instalados 36 semáforos inteligentes em 12 cruzamentos da capital, um Centro de Comando e Controle de Operações (CCO), o qual funciona na sede da Companhia de Trânsito e Transporte de Macapá (CTMac) para monitoramento. Os semáforos são capazes de identificar o número de veículos em cada uma das vias e liberar o fluxo de acordo com a demanda. Mudam, em tempo real e automaticamente, o seu método de funcionamento com o uso de inteligência artificial (CIDADES, 2021).

A busca pela oferta de faixas exclusivas para ônibus, otimizando o fluxo de transporte, bem como a proposta para o desenvolvimento de ciclo-faixas são necessárias tanto para o estímulo do transporte público, quanto para o uso de alternativas de meios de deslocamento, inclusive mais amigáveis ao meio ambiente.

Entretanto, apesar da intenção pelo investimento em transportes públicos e alternativos, cabe ressaltar que no cenário de crise provocada pela covid-19, no Brasil, 45,3% das pessoas mudaram a forma de se deslocar desde o ano de 2020, quando a pandemia impôs ao mundo uma nova rotina e um protocolo de cuidados atípico. É o que mostra o levantamento realizado pela *NZN Intelligence*, em parceria com o *Estadão Summit Mobilidade Urbana*. Segundo os resultados dessa pesquisa, com uma amostra de 2,2 mil respondentes, em todas as regiões do País, apontam que: (i) a fuga de aglomerações levou 40,2% a aumentarem o uso do carro particular e, 31, 6% a se deslocarem mais a pé ou de bicicleta; (ii) o transporte coletivo é o modal que mais sofre rejeição: 83,5% das pessoas afirmam não se sentirem seguras em circular por meio dele durante a pandemia (MOBILIZE BRASIL 2021).

A infraestrutura do transporte hidroviário é um outro gargalo que limita o desenvolvimento econômico do estado do Amapá. Nesse sentido, buscar a melhoria do terminal hidroviário pode resultar tanto no avanço de ações positivas para a economia do estado, como também apontar para o aperfeiçoamento das atividades da logística de transporte, fomentando a importância estratégica do porto e do estado, o que pode contribuir com o empreendedorismo e o aquecimento da economia de Macapá.

Os resultados da pesquisa permitem inferir que a participação da logística nas dimensões conceituais de cidades inteligentes está ainda em fase de apropriação do conhecimento dessa relação e sua aplicação prática. Somado a esta questão, observam-se a limitação geográfica e a infraestrutura precária que o estado do Amapá dispõe quanto

a logística de transporte. Quanto ao panorama da logística nos eixos de cidades inteligentes no contexto de Macapá, vale destacar que o programa da prefeitura esboça as intenções pontuadas para a mobilidade, infraestrutura e qualidade de vida da população, o que por sua vez, é promovido pela conceituação da logística e sua filosofia ligada a transporte, tempo e movimento.

5. CONCLUSÃO

No curso desta pesquisa, procurou-se explorar os conceitos e exemplos do assunto sobre a extração do papel da logística nas dimensões de cidade inteligentes com a perspectiva teórica, ligada a um levantamento secundário de dados a partir da realidade do programa de cidade inteligente da prefeitura de Macapá.

Por meio de uma revisão de literatura foi possível entender a realidade da logística nas seis principais dimensões de cidades inteligentes, o que refletiu na discussão importante e estratégica da temática para com a gestão das cidades, as quais têm apresentado ao longo das últimas décadas desafios e limitações nos seus conglomerados populacionais. Na esteira desse pensamento, tem-se a logística como solução para atender a um crescimento cada vez mais acelerado dos centros urbanos, os quais demandam por agilidade de movimentação e transporte, e racionalização do tempo.

O aprendizado com as iniciativas das atividades da logística nas dimensões das cidades inteligentes na cidade de Macapá visa promover a importância do debate do tema junto aos gestores públicos e da iniciativa privada, no sentido de perceberem que o crescimento da cidade requer a elaboração de planejamento e melhores políticas públicas que ofereçam soluções mais alinhadas ao cenário contemporâneo da cidade, a qual apresenta a cada dia, aspectos ligados a digitalização dos negócios, apoiada em uma economia em transformação, o que imprime pressão nos transportes, movimentação de mercadorias e mobilidade urbana.

Buscou-se também refletir sobre os desafios que a gestão terá em implementar iniciativas dos aspectos da logística nas dimensões de cidades inteligentes em Macapá, visto que questões ligadas a infraestrutura, educação e internet ainda são precárias no estado do Amapá, somada a problemas sociais e políticos no estado e no país.

Contudo, o trabalho contribuiu no sentido de mostrar a importância do debate sobre a temática, e encaminha como futuros estudos pesquisas que possam fazer questionamento juntos aos gestores públicos ligados ao assunto; fazer um estudo

comparativo com outras cidades da região ou do país; e uso de uma abordagem quantitativa, por meio de uma amostra maior de gestores públicos ou privados de diferentes cidades.

6. REFERÊNCIAS

ALBINO, Vito; BERARDI, Umberto; DANGELICO, Rosa Maria. *Smart cities: Definitions, dimensions, performance, and initiatives*. **Journal of Urban Technology**, v. 22, n. 1, p. 3-21, 2015.

ANGELIDOU, Margarita. The role of *smart city* characteristics in the plans of fifteen cities. **Journal of Urban Technology**, v. 24, n. 4, p. 3-28, 2017.

ANTHOPOULOS, Leonidas G. **Understanding Smart Cities: A Tool for Smart Government or an Industrial Trick?** Basel: Springer, 2017.

BATTY, Michael et al. *Smart cities of the future*. **The European Physical Journal Special Topics**, v. 214, n. 1, p. 481-518, 2012.

BALLOU, Ronald H. The evolution and future of logistics and supply chain management. **European business review**, v. 19, n. 4, p. 332-348, 2007.

CAMPOS, Major César Diogo de. O TRANSPORTE LOGÍSTICO FLUVIAL NA AMAZÔNIA OCIDENTAL. **Doutrina Militar Terrestre em revista**, [s. l], v. 6, n. 16, p. 16-25, dez. 2018.

CARAGLIU, Andrea; DEL BO, Chiara; NIJKAMP, Peter. *Smart cities in Europe*. **Journal of urban technology**, v. 18, n. 2, p. 65-82, 2011.

CIDADES. Semáforos inteligentes começam a funcionar em Macapá. Diário do Amapá. Disponível em: < <https://www.diariodoamapa.com.br/cadernos/cidades/semaforos-inteligentes-comecam-a-funcionar-em-macapa/>>. Acesso em 30 de junho de 2021.

COHEN, Boyd. What exactly is a smart city? **Co. Exist**, v. 19, 2012.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DAMERI, Renata Paola. **Smart City Implementation**. Springer, Heidelberg, 2017.

FERNÁNDEZ-GÜELL, José-Miguel et al. How to Incorporate Urban Complexity, Diversity and Intelligence into *Smart Cities* Initiatives. In: **International Conference on Smart Cities**. Springer, Cham, p. 85-94, 2016.

FERREIRA, J.F.C.; AMORIM, J.P.A.; SANTOS, R.V.. A Morfologia de Uma Cidade no Meio do Mundo: transformações urbanas e os novos desafios de Macapá-ap. **Revista Geoamazonia**, [S.L.], v. 4, n. 7, p. 155-168, 12 jun. 2016. Revista Geoamazonia. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17551/2358-1778/geoamazonia.v4n7p155-168>>.

GIFFINGER, Rudolf et al. City-ranking of European medium-sized cities. **Cent. Reg. Sci. Vienna UT**, p. 1-12, 2007.

GLEISSNER, Harald; FEMERLING, J. Christian. IT in Logistics. In: **Logistics**. Springer, Cham, p. 189-223, 2013.

IBGE. **Amazônia Legal: o que é. O que é**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 12 fev. 2021.

KIBA-JANIAK, Maja. Key success factors for city logistics from the perspective of various groups of stakeholders. **Transportation Research Procedia**, v. 12, p. 557-569, 2016.

KUMAR, TM Vinod; DAHIYA, Bharat. Smart economy in smart cities. In: **Smart Economy in Smart Cities**. Springer, Singapore, p. 3-76, 2017.

LOMBARDI, Patrizia et al. Modelling the *smart city* performance. **Innovation: The European Journal of Social Science Research**, v. 25, n. 2, p. 137-149, 2012.

MARIA-PEREIRA, José. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MEEUS, Leonardo et al. **Smart Cities Initiative: how to foster a quick transition towards local sustainable energy systems**. 2011.

MICHELUCCI, Fania Valeria; DE MARCO, Alberto; TANDA, Adriano. Defining the Role of the Smart-City Manager: An Analysis of Responsibilities and Skills. **Journal of Urban Technology**, v. 23, n. 3, p. 23-42, 2016.

MOUSTAKA, Vaia; VAKALI, Athena; ANTHOPOULOS, Leonidas G. CityDNA: smart city dimensions' correlations for identifying urban profile. In: **Proceedings of the 26th International Conference on World Wide Web Companion**. International World Wide Web Conferences Steering Committee, p. 1167-1172, 2017.

MOBILIZE BRASIL. Infográfico: Pandemia e a Mobilidade Urbana. Disponível em: <<https://www.mobilize.org.br/estatisticas/67/infografico-pandemia-e-a-mobilidade-urbana.html>>. Acesso em 28 de junho de 2021.

NAM, Taewoo; PARDO, Theresa A. Conceptualizing *smart city* with dimensions of technology, people, and institutions. In: **Proceedings of the 12th annual international digital government research conference: digital government innovation in challenging times**. ACM, p. 282-291, 2011.

NAPHADE, Milind et al. Smarter cities and their innovation challenges. **Computer**, n. 6, p. 32-39, 2011.

NEIROTTI, Paolo et al. Current trends in *Smart City* initiatives: Some stylized facts. **Cities**, v. 38, p. 25-36, 2014.

OLEŚKÓW-SZŁAPKA, Joanna; LUBIŃSKI, Piotr. New technology trends and solutions in logistics and their impact on processes. In: **3rd International Conference on Social Science**, p. 408-413, 2016.

TANIGUCHI, Eiichi. Concepts of city logistics for sustainable and liveable cities. **Procedia-social and behavioral sciences**, v. 151, p. 310-317, 2014.

VANOLO, Alberto. Smartmentality: The *smart city* as disciplinary strategy. **Urban Studies**, v. 51, n. 5, p. 883-898, 2014.

ZANELLA, Andrea et al. Internet of things for *smart cities*. **IEEE Internet of Things journal**, v. 1, n. 1, p. 22-32, 2014.

Autores:

GLAUBER RUAN BARBOSA PEREIRA

Email: glauber@unifap.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ - UNIFAP

LUCIANA GONDIM DE ALMEIDA GUIMARÃES

Email: lugondim@gmail.com

UNIVERSIDADE POTIGUAR - UNP

MONÃ CORREA LIMA

Email: monan.c.lima@gmail.com UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ -
UNIFAP





Capítulo 10

A RELEVÂNCIA DA DISCIPLINA DE LIBRAS A PARTIR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

DOI: 10.29327/562393.1-10

Maria da Paz Bezerra Coelho
Estélio Silva Barbosa

A RELEVÂNCIA DA DISCIPLINA DE LIBRAS A PARTIR DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria da Paz Bezerra Coelho

Estélio Silva Barbosa

RESUMO

O presente artigo tem como tema a relevância da disciplina de LIBRAS a partir da educação infantil. Pesquisas acerca da Língua Brasileira de Sinais no âmbito escolar tem sido temática recorrente em ambientes acadêmicos, pois além de compor uma das vias que conduzem à escola a chamada educação inclusiva também é um meio de combate às disparidades de oportunidades tão latentes no Brasil, especialmente no que diz respeito a pessoas com necessidades especiais. Porém, apesar de todo destaque que o ensino de LIBRAS tem recebido nas últimas décadas ainda percebemos lacunas que não podem ser negligenciadas, bem como novas ideias precisam ser agregadas às já existentes e assim favorecer cada vez mais a inclusão de surdos no ambiente educacional e consequentemente viabilizar o acesso mais facilitado destes no mercado de trabalho. Partido deste pressuposto, as questões norteadoras desse artigo são: Qual a concepção da educação inclusiva na educação infantil? Qual a relevância da libras no ensino infantil? Quais as principais leis existentes no contexto de inclusão e inserção da libras como disciplina na educação infantil? Essas são as questões norteadoras dessa pesquisa que buscamos alcançar respostas através dos objetivos e da metodologia escolhida. Os objetivos se voltam para: Apresentar algumas concepções sobre inclusão educacional de pessoas com necessidades especiais. Fomentar o desenvolvimento da LIBRAS na educação infantil. Apresentar as principais legislações educacionais para incluir a LIBRAS como uma disciplina na educação infantil. Como procedimentos metodológicos, utilizamos a pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, utilizando como embasamento teórico autores como, Barbosa 2012. Fernandes (2012), Mantoan (2006), entre outros. Acreditamos que este estudo contribuirá para futuras discussões, debates e reflexões que busquem qualificar o sistema de inclusão educacional no Brasil, nisso destacamos sua grande relevância.

Palavra-chave: Inclusão; Educação infantil, LIBRAS.

ABSTRACT

This article has as its theme the relevance of LIBRAS from early childhood education. Research on the Brazilian Sign Language in the school environment has been a recurring theme in academic environments, because in addition to composing one of the paths that lead to school, the so-called inclusive education is also a means of combating the disparities of opportunities so latent in Brazil, especially in the concerning people with special needs. However, despite all the prominence that LIBRAS teaching has received in recent decades, we still perceive gaps that cannot be neglected, as well as new ideas need to be added to the existing ones and thus increasingly favor the inclusion of deaf people in the educational environment and consequently to facilitate their access to the labor market. Based on this assumption, the guiding questions of this article are: What is the concept of inclusive education in early childhood education? What is the relevance of Libras in early childhood education? What are the main existing laws in the context of inclusion and insertion of Libras as a subject in early childhood education? These are the guiding questions of this research that we seek to answer through the objectives and methodology chosen. The objectives are: To present some conceptions about the educational inclusion of people with special needs. Foster the development of LIBRAS in early childhood education. Present the main educational legislation to include LIBRAS as a discipline in early childhood education. As methodological procedures, we used bibliographic research with a qualitative approach, using as theoretical basis authors such as Barbosa 2012. Fernandes (2012), Mantoan (2006), among others. We believe that this study will contribute to future discussions, debates and reflections that seek to qualify the educational inclusion system in Brazil, in which we highlight its great relevance.

Keywords: Inclusion; Early childhood education, LIBRAS.

1. INTRODUÇÃO

Falar de inclusão de surdos no cenário educacional atualmente é fazermos uma reflexão das respostas das lutas por políticas públicas inclusivas para o âmbito escolar, mas também é verificar que apesar de grandes avanços ainda existem lacunas que necessitam ser fechadas para que a real inclusão de crianças surdas na sala de aula seja mais do que cumprimentos burocráticos, mas sim uma inclusão efetiva que promova a socialização entre surdos e ouvintes e que construa meios de um desenvolvimento

educacional continuado, gerando possibilidades de acesso a universidades e ao mercado de trabalho.

Entendemos que a escola é um ambiente de socialização de culturas, de costumes que na verdade podem ser entendidas como a recriação daquilo que temos como sociedade, Lima (2019, p. 2) afirma que “Há dentro deste ambiente de socialização de culturas, costumes, modos de vida diversos e a escola possui dentro deste contexto o papel de intermediadora das relações sociais”. Ou seja, a escola não pode ficar inércia diante das diferenças que se encontraram em seu ambiente, ela tem o papel de intermediar essas relações, e, para tanto, é necessário entender que crianças com necessidades especiais se não amparadas por políticas educacionais efetivas serão esfareladas pelo processo de interação e as sequelas serão sentidas durante toda a sua vida adulta.

A inclusão da Língua Brasileira de Sinais na escola é responsável por abrir possibilidades que são capazes de gerar transformações sociais importantíssimas, comungamos com Freire quando este afirma que o ambiente escolar não é apenas um local de produção de conhecimento, mas, também um ambiente de transformação da sociedade. E no que se tange a educação inclusiva é abrir um mundo de possibilidades para um público que até pouco tempo não visto como um ser sociável.

Entendemos que precisamos falar e promover a inclusão efetiva nos primeiros anos de vida das crianças. Para tanto, se faz necessário trazer à tona as necessidades reais das que possuem deficiência, no caso pesquisado a criança surda, entendemos que para estas são necessárias políticas muito mais amplas do que as que possuímos, tendo em vista que o objetivo principal é que o surdo seja incluído socialmente sem distinção de valor.

Partindo deste pressuposto esse artigo apresenta a relevância da disciplina de LIBRAS a partir da educação infantil. A problemática dessa pesquisa ou questões norteadoras assim apresenta: Qual a concepção da educação inclusiva na educação infantil? Qual a relevância da libras no ensino infantil ? Quais as principais leis existentes no contexto de inclusão e inserção da libras como disciplina na educação infantil? Essas são as questões norteadoras dessa pesquisa que buscamos responder através dos objetivos e da metodologia escolhida. Os objetivos se voltam para: Apresentar algumas concepções sobre inclusão educacional de pessoas com necessidades especiais. Fomentar o desenvolvimento da LIBRAS na educação infantil. Apresentar as principais legislações educacionais para incluir a LIBRAS como uma disciplina na educação infantil.

Para alcançarmos nossos objetivos, responder à problemática, fizemos uso, da pesquisa bibliográfica em literaturas, em livros, periódicos, e leis, que fomentam a temática. O método qualitativo também foi empregado nesse trabalho.

Acreditamos que a temática que se apresenta nesse artigo é de elevada importância para o ambiente educacional e as políticas de inclusão, pois, buscamos apresentar através das leis a relevância da disciplina de libras na educação infantil.

2. POR UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A inclusão é um assunto de grande relevância e merece destaque, não é um assunto recente, porém a atenção merecida à pessoa com deficiência estar sendo camuflada, com isso abre-se espaço espontâneo para a exclusão.

As mudanças ocorrem no decorrer da história algumas benéficas e outras que acabaram por mascarar o verdadeiro sentido da inclusão, onde tudo isso muitas vezes deixa o deficiente a merecer do faz de conta.

Fonseca, (*in* STABAUS e MOSQUERA, 2004, p. 45) afirma que:

[...] a escola assume-se como uma instituição social-discriminatória, na qual todos os estudantes, com ou sem problemas, integrados ou marginalizados, são acolhidos, na qual a exclusão é igual a zero, na qual todos podem se considerar proprietários dum bem social e dum sentimento comunitário profundo que é a inclusão total de todas as crianças na escola independente da sua diversidade biossocial.

Pela citação acima é possível afirmar que escola tem papel fundamental de acolher de forma igualitária todo o corpo discente, todas as mudanças precisam ser benéficas no que diz respeito a pessoa com deficiência, pois a inclusão em sua totalidade abre espaço para uma convivência harmoniosa, onde o aluno deve sentir-se como parte da entidade como um todo, não apenas como alguém que está ali só por conta de uma lei que o assegura.

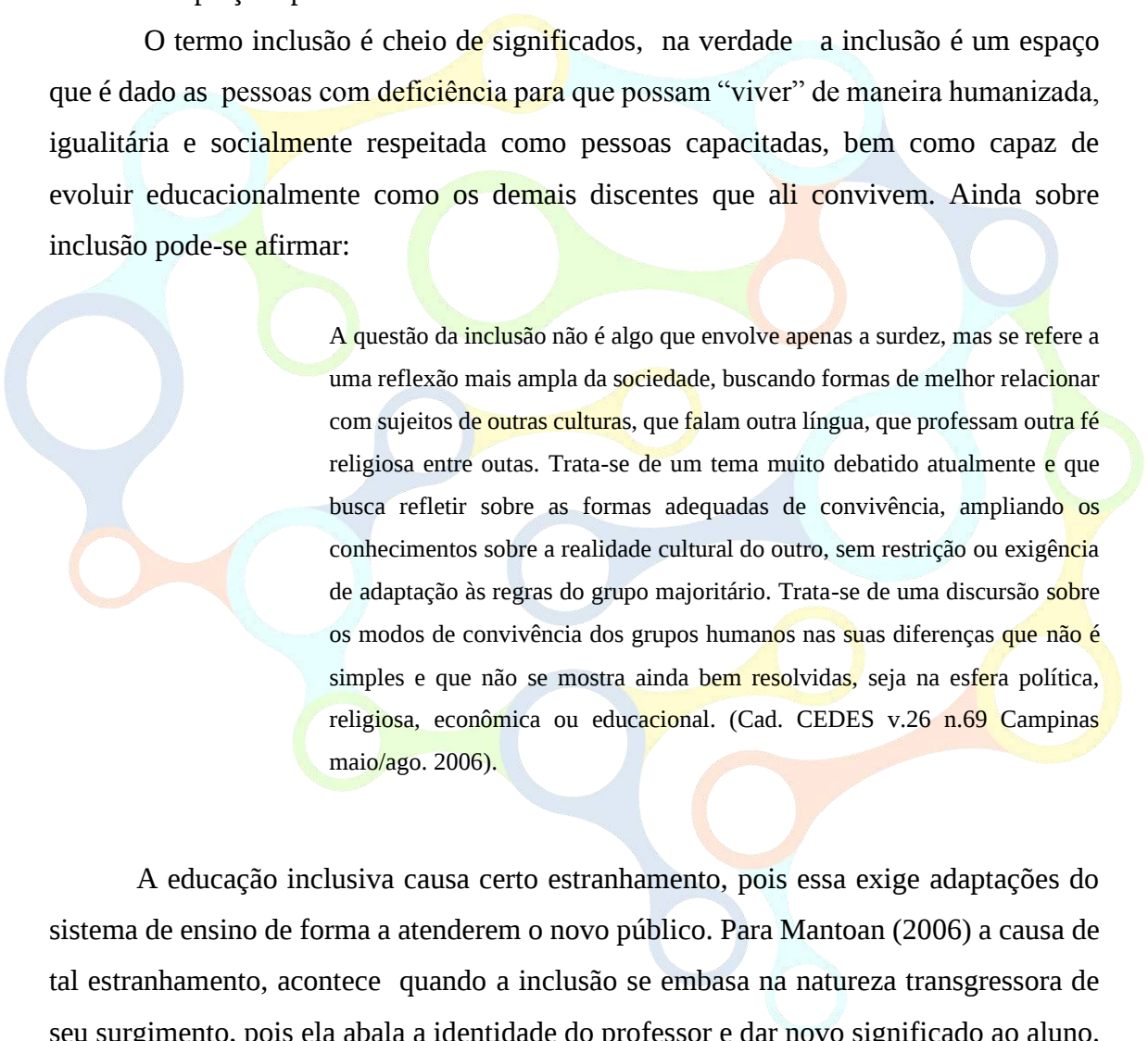
Durante toda a trajetória da educação especial pode-se dizer que o espaço conquistado, foi de muito sofrimento, pois os deficientes eram visto como um incapaz por toda a sociedade.

A inclusão escolar está articulada a movimentos sociais mais amplos que exigem maior igualdade, e mecanismo mais equitativos no acesso a bens e serviços ligados a sociedades democráticas que estão pautadas no mérito individual e na igualdade de

oportunidades, a inclusão propõe a desigualdade de tratamento como forma de reinstituir uma igualdade que foi rompida por formas segregadas de ensino especial e regular.

A escola justa e desejável para todos não se sustenta unicamente no fato de os homens serem iguais e nascerem iguais (MANTOAN, 2006, p. 16). A inclusão escolar é um processo que gradativamente vai se aprimorando de acordo com a determinação legal e conforme a necessidade apresentada pelo aluno surdo, sendo a escola responsável por oferecer adaptações para auxiliar no trabalho do desenvolvimento no seu âmbito escolar.

O termo inclusão é cheio de significados, na verdade a inclusão é um espaço que é dado as pessoas com deficiência para que possam “viver” de maneira humanizada, igualitária e socialmente respeitada como pessoas capacitadas, bem como capaz de evoluir educacionalmente como os demais discentes que ali convivem. Ainda sobre inclusão pode-se afirmar:



A questão da inclusão não é algo que envolve apenas a surdez, mas se refere a uma reflexão mais ampla da sociedade, buscando formas de melhor relacionar com sujeitos de outras culturas, que falam outra língua, que professam outra fé religiosa entre outras. Trata-se de um tema muito debatido atualmente e que busca refletir sobre as formas adequadas de convivência, ampliando os conhecimentos sobre a realidade cultural do outro, sem restrição ou exigência de adaptação às regras do grupo majoritário. Trata-se de uma discussão sobre os modos de convivência dos grupos humanos nas suas diferenças que não é simples e que não se mostra ainda bem resolvidas, seja na esfera política, religiosa, econômica ou educacional. (Cad. CEDES v.26 n.69 Campinas maio/ago. 2006).

A educação inclusiva causa certo estranhamento, pois essa exige adaptações do sistema de ensino de forma a atenderem o novo público. Para Mantoan (2006) a causa de tal estranhamento, acontece quando a inclusão se embasa na natureza transgressora de seu surgimento, pois ela abala a identidade do professor e dar novo significado ao aluno.

Então, a ideologia da inclusão nas escolas acaba se confundido. Os educadores acabam por transformar os ambientes das salas em meros espaços de socialização, para Prieto (2006, p. 60) “o primeiro equivoco que pode estar associado a está ideia é o de que alguns vão à escola para aprender e outro unicamente para se socializar”. E completa “escola é espaço de aprendizagem para todos”.

3. DESENVOLVIMENTO DA LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Segundo a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS), um dos órgãos que difundem a Língua Brasileira de Sinais (Libras), assim como a lei 10.436 de abril de 2002, definem que Libras é a língua materna dos surdos brasileiros e, como tal, poderá ser aprendida por qualquer pessoa interessada pela comunicação com essa comunidade. Como língua, é formada de todos os componentes pertinentes às línguas orais, como gramática, semântica, pragmática, sintaxe e outros elementos, preenchendo, assim, os requisitos científicos para ser instrumental linguístico de poder e força. Possui todos os elementos classificatórios identificáveis de uma língua e demanda prática para seu aprendizado, como qualquer outra.

A partir da década de 60 a língua de sinais passou a ser estudada e analisada, adquirindo então status de língua. É uma língua viva e autônoma, reconhecida pela linguística. Pesquisas com surdos filhos de pais surdos apontam que a aquisição precoce de língua de sinais dentro do lar é um benefício, e que essa aquisição contribui para o aprendizado da língua oral como segunda língua para surdo (APOEMA, 2005, p. 24, 25).

Os estudos com indivíduos surdos demonstram que a Língua de Sinais apresenta organização neural semelhante à língua oral, ou seja, que ela se organiza no cérebro da mesma maneira que as línguas faladas.

A Língua de Sinais apresenta um período crítico precoce para sua aquisição, considerando-se que a forma de comunicação natural é aquela para a qual o sujeito está mais bem preparado, levando-se em conta a noção de conforto estabelecido diante de qualquer tipo de aquisição na tenra idade.

Muitos profissionais que trabalham com surdos afirmam que sentem dificuldade de comunicação e interação com os mesmos, talvez essas dificuldades impeça de uma verdadeira inclusão e convivência da LIBRAS no ensino infantil.

Segundo Apoená (2005, p. 25-26), os seguintes procedimentos são importantes para a convivência com pessoas surdas:

- procure saber se a pessoa faz leitura labial e então fale claramente, distinguindo palavra por palavra, sem exagerar;
- Fale com velocidade normal, salvo quando lhe for pedido para falar mais devagar;
- Cuide para que o surdo enxergue a sua boca. A leitura dos lábios torna-se impossível se você gesticula, segura alguma coisa na frente dos lábios, ou contra a luz;

- Fale em tom normal de voz, a não ser que lhe peçam para elevar o tom;
- Gritar nunca adianta, e causa constrangimento em ambas as partes. Seja expressivo, como os surdos não podem ouvir as mudanças sutis do tom da voz indicando sarcasmo ou seriedade, a maioria deles “lerá” suas expressões faciais, seus gestos ou movimentos do seu corpo para entender o que você quer comunicar;

- Se você quer falar a uma pessoa surda, chame a atenção dela, seja sinalizando com a mão ou tocando em seu braço;

- Enquanto estiver conversando, mantenha contato visual; se você olhar para outro lado enquanto está conversando, o surdo pode pensar que a conversa terminou.

- Se você tiver dificuldade para entender, peça-lhe para escrever ou ainda desenhar e lembre-se: o que interessa é comunicar-se com a pessoa surda;

- Se o surdo estiver acompanhado por um intérprete, fale diretamente à pessoa surda, não ao intérprete;

De acordo com esses postulados, completamos:

- Se possível, faça um curso de Língua Brasileira de Sinais (Libras)
- Ao planejar um evento, lembre-se da importância de usar recursos visuais, pois eles auxiliam os surdos no melhor entendimento sobre o que está ocorrendo;
- Proporcione ao surdo a chance de ter sucesso ou falhar, tal como qualquer pessoa.

Além das sugestões já apresentadas acima, a aprendizagem da LIBRAS é algo necessário, obrigatório. Segundo Fernandes (1990 *apud* PASSOS 2012, p.4), é fundamental o acesso a língua de sinais o mais precocemente possível, pois a dificuldade do surdo em adquirir a língua oral nos primeiros anos traz consequências para o seu desenvolvimento mental, emocional e sua integração social. Fernandes (2006 *apud* SANTOS, p. 1060), afirma que os surdos em sua maioria nascem de famílias ouvintes, sendo que a vivência em uma língua efetiva são mínimas, pois eles acabam crescendo em um ambiente de pessoas falantes de uma língua que não tem significação nenhuma para eles. Com tudo, as interações são limitadas, utilizando-se poucos gestos criados pela própria família fazendo com que se reduza sua aprendizagem e que se comuniquem apenas com pessoas conhecidas ou com que convive no dia a dia com essa comunicação.

4. AS PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES EDUCACIONAIS PARA INSERÇÃO DA DISCIPLINA E O ENSINO DE LIBRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O direito de acesso dos excepcionais ao sistema ensino é citado na lei nº4. 024/61 a primeira LDBN nº5. 692/71 que altera a de 1961 não promove uma organização adequada à questão do atendimento as necessidades educacionais específicas e termina por encaminhar um confinamento da pessoa com deficiência nas classes e escolas especiais, longe de um convívio com os demais alunos o que reforça a institucionalização.

A Constituição Federal de 1988 promulgou o direito a igualdade e a educação passou a constituir o meio pelo qual a pessoa e/ou outras condições específicas tenham a possibilidade de serem incluídas à sociedade e de se desenvolverem de forma plena. Por ser uma diretriz constitucional passou a ser dever do Estado.

A nossa carta Magna proclama o direito à vida, cabendo ao Estado assegurá-la em sua dupla acepção, sendo a primeira relacionada aos direitos de continuar vivo e a segunda de ter vida digna quanto à subsistência.

A diretriz proposta pela Constituição para garantir a toda a população brasileira um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinando a assegurar direitos fundamentais.

As raízes históricas e culturas do fenômeno da deficiência sempre foram marcadas por forte rejeição, discriminação e preconceito, dificultando o acesso igualitário à participação na sociedade, sujeitando as pessoas com deficiência a violação de sua dignidade e a exclusão social.

Este caminho historicamente negligenciado vem se modificando ao longo do tempo, especialmente após 2006, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) adotou resolução que estabeleceu a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, com o objetivo de “proteger e garantir a todo igual acesso aos direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiências, e promover o respeito à sua dignidade”.

Barbosa 2012 em sua obra *Língua Brasileira de Sinais LIBRAS* (EDUFPI), de forma resumida e harmoniosa e esclarecida apresenta as principais leis pertinente a um ensino inclusivo de surdos e a inclusão da libras como disciplina na educação, vejamos a seguir.

5. LEI Nº 10436 DE 24 DE ABRIL DE 2002

Diversas leis foram e são criadas para darem mais sustentabilidade às práticas inclusivas dos deficientes auditivos, sejam leis na esfera social, trabalhista, educacional e outras, a realidade é que essas leis através de uma legislação vigente asseguram a prática da inclusão do surdo na sociedade.

Tratando-se dos aspectos legais que regulamentam a LIBRAS, encontraremos a lei 10.436/02, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais –LIBRAS e dá outras providências:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República.
(<http://www.planalto.gov.br>).

A presente lei enfoca a importância do conhecimento da LIBRAS, e sua aplicabilidade aos órgãos públicos, principalmente, educacionais, de participação da comunidade surda, que fazem uso da língua de sinais. É interessante a forma alusiva que a lei faz em seu parágrafo único, ao afirmar que a LIBRAS não pode substituir a modalidade escrita da língua portuguesa, ou seja, o surdo não pode pelo simples fato de ter sua língua reconhecida oficialmente através dessa lei, acreditar que não precisa ter conhecimento da língua portuguesa, a língua majoritária do Brasil, e seu uso através da forma oral ou escrita. Sendo que ele precisa dessa língua portuguesa para exercer sua cidadania como qualquer pessoa.

A LIBRAS se caracteriza como uma língua de natureza visual-motora: visual, porque é através da visão que o sinal é interpretado, decodificado e entendido; motora, porque através dos membros superiores ou inferiores é que os sinais serão produzidos. É claro como qualquer outra língua a LIBRAS possui sua estrutura gramatical própria.

A lei 10.436 favoreceu não só a valorização e inclusão da LIBRAS, na sociedade surda e ouvinte, como corroborou para a efetivação de outras leis que veremos a seguir, ainda pertinentes à educação de surdos. Nesse aspecto, é importante ressaltar o decreto 5.626, traz informações precisas e úteis sobre a inclusão da LIBRAS como disciplina curricular à formação de professores em LIBRAS e à educação de surdos.

6. DECRETO Nº 5.626 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005

Dando continuidade aos aspectos legais pertinentes à inclusão do surdo e sua língua na sociedade, encontraremos o decreto de nº 5.626 de Dezembro de 2005, que regulamenta a lei 10.436 ao afirmar que:

DECRETO Nº 5.626 de Dezembro de 2005.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e no art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

CAPÍTULO II

DA INCLUSÃO DA LIBRAS COMO DISCIPLINA CURRICULAR

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Com base na lei acima apresentada, podemos visualizar o direito adquirido pela criança surda no cenário social, à inclusão é um desafio que implica mudança nas estruturas sociais e educacionais de um modo geral.

A inclusão de pessoas com surdez na sociedade em geral requer conhecimentos de características peculiares do sujeito surdo, é o que afirma Fernandes (1990, p. 34):

Apresenta o surdo como uma pessoa real, mostrando diretamente como ele pensa e se expressa sem nunca esquecer, porém, as características individuais e únicas de cada sujeito. A leitura de problemas linguísticos e cognitivos do surdo enriquecerá enormemente o conhecimento a respeito do desenvolvimento linguístico de pessoa portadora de deficiência auditiva, trazendo novos dados, estimulando reflexão e indagações, novos caminhos para aqueles que de uma forma ou de outra, com razões pessoais ou profissionais estão envolvidos na área.

Incluir o surdo na esfera educacional é mais que aprender LIBRAS, é respeitar as suas características e sua cultura, favorecendo assim o processo de comunicação.

7. LEI Nº 12.319 DE 1º DE SETEMBRO DE 2010

Essa Lei regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.

Art. 3º (VETADO)

Art. 4º A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;

II - cursos de extensão universitária; e

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III.

Art. 5º Até o dia 22 de dezembro de 2015, a União, diretamente ou por intermédio de credenciadas, promoverá, anualmente, exame nacional de proficiência em Tradução e Interpretação de Libras -

O intérprete se caracteriza por uma pessoa que interpreta uma língua (língua origem) para outra língua (língua alvo).

O intérprete de LIBRAS caracteriza uma pessoa que interpreta a língua de sinais (língua origem da comunidade surda) para outra língua (língua alvo nesse caso o português). O contrário, também, é verdadeiro.

Com o objetivo de diminuir, conseqüentemente, as dificuldades decorrentes da deficiência auditiva, entende-se que toda atenção do intérprete deve ser dirigida para o

processo de estimulação global do sujeito surdo, com vista em facilitar o desenvolvimento no âmbito de participação.

8. DECRETO Nº 10.502 DE 30 DE SETEMBRO DE 2020

Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Vejamos:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 8º, § 1º, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações com vistas à garantia dos direitos à educação e ao atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

- I - educação especial - modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- II - educação bilíngue de surdos - modalidade de educação escolar que promove a especificidade linguística e cultural dos educandos surdos, deficientes auditivos e surdo/cegos que optam pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras, por meio de recursos e de serviços educacionais especializados, disponíveis em escolas bilíngues de surdos e em classes bilíngues de surdos nas escolas regulares inclusivas, a partir da adoção da Libras como primeira língua e como língua de instrução, comunicação, interação e ensino, e da língua portuguesa na modalidade escrita como segunda língua;

A supracitada lei acima apresentada não traz, especificamente, somente a menção ao surdo ou a LIBRAS, mas a educação especial em geral o que por sua vez inclui o surdo e, conseqüentemente, a sua língua, ou seja, a LIBRAS.

9. LEI Nº 14.191, DE 3 DE AGOSTO DE 2021

A supracitada lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), apresentando a obrigatoriedade de um ensino na modalidade de educação bilíngue para surdos. A lei assim se defini :

Art. 2º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passa a vigorar acrescida do seguinte:

Capítulo V-A: "CAPÍTULO V-A DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio educacional especializado, como o atendimento educacional especializado bilíngue, para atender às especificidades linguísticas dos estudantes surdos.

§ 2º A oferta de educação bilíngue de surdos terá início ao zero ano, na educação infantil, e se estenderá ao longo da vida.

É possível afirmar que o ensino da língua LIBRAS não deve acontecer apenas no ensino, fundamental ou médio até o superior como preconiza a lei 10.436 de 24 de abril de 2002, como já apresentamos, mas deve ser também inserido na educação infantil, principalmente na forma de disciplina.

O tempo passa e novas resoluções, decretos pareceres, leis e outros documentos vão resguardando mais ainda a inclusão do surdo, a inserção e valorização de sua língua desde o nascimento até a fase adulta, passando em todos os níveis educacionais, infantil, fundamental, médio e ensino superior.

10. METODOLOGIA

A referida pesquisa destaca um estudo através da análise bibliográfica sobre a relevância do ensino de LIBRAS na educação infantil, buscamos construir bases teóricas para expor a necessidade da criação da disciplina de LIBRAS desde os anos iniciais da vida escolar. Para isso, analisamos os processos e políticas de inclusão dentro do âmbito educacional com ênfase ao atendimento a surdos.

Pautados nesse desejo, iniciamos tal pesquisa através da análise bibliográfica de literatura para que assim pudéssemos escolher o método de pesquisa mais adequado para essa pesquisa.

Quanto aos objetivos este artigo constitui uma pesquisa exploratória pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema, a fim de torná-lo mais explícito. Trata-se também de uma pesquisa explicativa sendo que esta busca identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência do fenômeno. Procura aprofundar o conhecimento da realidade, porque aplica a razão, o porquê das coisas. Quanto aos procedimentos técnicos essa pesquisa assume um caráter bibliográfico e qualitativo. Sobre a pesquisa bibliográfica Severino 2017,p. 90 afirma:

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Acreditamos que tais métodos, são necessários, suficientes e úteis para trazer respostas para a problemática e alusivas aos objetivos.

11. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A inclusão da disciplina da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS na grade curricular desde à Educação Infantil, promove no âmbito escolar uma flexibilização à comunidade surda onde a mesma faz parte desde seus primeiros anos de convivência escolar, sendo que, na maioria das vezes essas mesmas crianças nascem em uma família de ouvintes.

Incluir desde o início da vida escolar a disciplina de LIBRAS facilita a comunicação futura, pois é a partir da vida em sociedade que a criança surda sente-se

parte da comunidade “ouvinte”, pois a mesma requer uma comunicação efetiva sendo essa só possível através de um ambiente que a favoreça educacionalmente e socialmente desde as séries iniciais, sendo assim a inclusão da disciplina de LIBRAS desde as séries iniciais é de total relevância para a efetiva inclusão da comunidade surda.

A escassez de uma boa formação continuada em áreas de assuntos inclusivos e a prática em LIBRAS de boa qualidade é um dado alarmante e uma falha muito grande do sistema da educação brasileira já que é garantido através da lei que ampara a inclusão dos alunos surdos e do uso da LIBRAS a promoção de formação continuada para suprir o atendimento desses alunos em salas de aula regular.

As leis precisam melhor ser estudadas, compreendidas e aplicadas para assim surgir o seu efeito verdadeiro, efeito pratico na vida do aluno com surdez, do professor, da escola e da família.

Propiciar a inclusão da libras como disciplina na educação infantil, é algo que deixa muito a desejar apesar da lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, que regulamenta a modalidade de educação bilíngue na LDB. No entanto não podemos deixar de levantar a bandeira da educação inclusiva e lutar pelos direitos de inclusão não somente do surdo, mas de toda e qualquer pessoa que precisa de acessibilidade.

12. CONCLUSÃO

O desafio da inclusão da disciplina de LIBRAS na educação infantil perpassa o âmbito da simples inserção do aluno com deficiência na escola comum, pois vem a provocar o avanço na qualidade da educação por conta do exigido e o aprimoramento dos profissionais envolvidos no processo educacional. Devido às expectativas quanto à educação, recorrente das transformações da sociedade nas últimas décadas e advinda dos novos ideais e discursos de igualdade, a formação de professores ganha ressignificação.

A LIBRAS enquanto disciplina curricular possibilitará a todos os alunos desde a educação infantil, o acesso a sinalização de sua língua materna, sobretudo, aqueles alunos surdos que chegam na escola sem saber se comunicar em línguas de sinais pois nasceu em uma família de ouvintes e não possui qualquer referência de identidade surda, esses por sua vez sentem mais dificuldades de interação.

A disciplina de LIBRAS quando inserida desde a educação infantil possibilita não apenas a socialização do surdo em sala de aula, mas a inclusão de forma integral e igualitária perante as lacunas existentes no sistema educacional.

Por fim, discutir a presente temática no ambiente acadêmico é de suma importância, pois ela faz parte da busca por qualificação das políticas educacionais especialmente no tocante ao sistema de inclusão.

A análise exposta no presente estudo é apenas uma preliminar, compreendemos que ainda existem muitas fontes a serem consumidas e debatidas, porém apesar de ser um estudo inicial acreditamos em sua contribuição no cenário educacional, principalmente o cenário da inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais.

13. REFERÊNCIAS

APOENA. **Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais nos Eventos do Senar**. p. 24 – 26.2005

BARBOSA, Estélio Silva, **Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**: EDUFPI/UAPI. Teresina-PI, 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 fev. 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. **Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida**. Brasília/DF, 2020.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 2000.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**- Lei nº 9394/96. Brasília, 1996.

BRASIL. Lei n.10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de**

Sinais LIBRAS e dá outras providências. BRASIL-MEC; SEESP. 2006.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. **Regulamentação da Profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**. Brasília/DF: MEC, 2010.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.

FERNANDES, Sueli. **Surdez e linguagem: é possível o diálogo entre as diferenças?** Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2006.

LIMA, Antônia Keilany. **A programação Neurolinguística-PNL como ferramenta facilitadora do ensino-aprendizagem bem como força motriz qualificadora do trabalho docente**. Fortaleza.2019.

MANTOAN, Maria Teresa Egler, Rosangela Gavioli Pietro; Valeria Amorim Arantes, **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos** – São Paulo : Summus, 2006. – p.103.

PASSOS, Emília Moreira. **Ensino e aprendizagem de Libras na educação infantil**. Artigo científico. UNIBEM, 2012.

PRIETO, R. G. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil**. In: ARANTES, V. A. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. 2017. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez 2017.

STOBÄUS, C. D; MOSQUERA, J. J. M. (org.) **Educação especial: em direção à educação**



Capítulo 11

ACESSO AOS DIREITOS DO PACIENTE COM DOENÇA DE ALZHEIMER: INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DE CARTILHA TECNOLÓGICA

DOI: 10.29327/562393.1-11

Fernanda Correa de Melo
Juliana Sartori Bonini
Dannyele Cristina da Silva

ACESSO AOS DIREITOS DO PACIENTE COM DOENÇA DE ALZHEIMER: INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DE CARTILHA TECNOLÓGICA

Fernanda Correa de Melo

Juliana Sartori Bonini

Dannyele Cristina da Silva

RESUMO

Esta pesquisa qualitativa e de caráter exploratório-descritivo buscou mencionar informações sobre a doença de Alzheimer no intuito de, futuramente, elaborar uma cartilha tecnológica com os dados encontrados. Justifica-se esta pesquisa pelo fato da doença de Alzheimer afetar principalmente os idosos, uma parcela da população que é mais vulnerável e que nem sempre consegue acessar seus direitos seja pelo processo burocrático ou por falta de condições. Para a coleta de dados foram utilizados artigos científicos e análise documental da legislação em saúde disponíveis em meios primários e secundários de dados. Os dados foram analisados a partir do conteúdo encontrado. Os resultados demonstraram que o portador de doença de Alzheimer possui vários direitos como medicamentos, fraldas, isenção de impostos, uso do FGTS, auxílio doença, entre outros, e nem sempre os conhece. É importante que trabalhos sejam feitos no intuito de levar estas informações ao conhecimento de familiares e cuidadores.

Palavras-chave: Idoso. Comunicação. Leis.

ABSTRACT

This qualitative and exploratory-descriptive research sought to mention information about Alzheimer's disease in order to develop, in the future, an electronic booklet with the data found. This research is justified by the fact that Alzheimer's disease mainly affects the elderly, a portion of the population that is more vulnerable and that can't always access their rights either through the bureaucratic process or lack of conditions. For data collection were used scientific articles and documentary analysis of health legislation available in primary and secondary means of data. Data were analyzed from the content found. The results showed that the person with Alzheimer's disease has

several rights such as medicines, diapers, tax exemption, use of FGTS, sickness benefits, among others, and not always know them. It is important that work be done in order to bring this information to family and caregivers.

Keywords: Elderly. Communication. Laws.

Área tecnológica: tecnologias sociais e educacionais.

1. INTRODUÇÃO

As mudanças sociais da atualidade estão relacionadas às transformações tecnológicas, pois estas, por meio dos recursos que apresenta, propicia aos cidadãos o acesso a informação e ao conhecimento. Neste sentido, é a partir de novas tecnologias que o usuário consegue acessar um ambiente significativo de saberes, aprimorando seu senso crítico (NUNES, 2011).

As novas tecnologias também tem sido pauta nas agendas governamentais, empresas privadas, agências de fomento a pesquisas e organizações do terceiro setor, fortemente presente na área da saúde. Isso se deve a difusão da ideia que vivemos em uma época de desenvolvimento tecnológico sem precedentes, fazendo com que a sociedade atual seja reconhecida como sociedade do conhecimento e da tecnologia (LORENZETTI et al., 2012).

Diante disso, entende-se que a tecnologia promove mudanças e traz soluções construtivas para os problemas e desafios cotidianos. Entretanto, mesmo o acesso a informação sendo disseminado e facilitado pelos meios de comunicação atuais, existem pessoas que não conseguem ter proximidade com a internet e com isso têm dificuldade de exercer sua cidadania, sobretudo em relação aos seus direitos (NUNES; LEHFELD, 2018, p. 440).

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) garante o direito à informação, juntamente com outros direitos e garantias fundamentais, reconhecendo-o em seu artigo 5º: “é assegurado a todos o acesso a informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”. Carmo e Guizardi (2018) complementam que essa situação de não ter acesso a informação está mais presente em grupos com vulnerabilidade social, devido a precariedade no acesso a recursos para a manutenção da vida com qualidade.

Souza (2002) coloca que a forma como o sistema federativo é organizado, ao mesmo tempo em que favorece o respeito aos valores democráticos, torna mais complexa

a implantação de políticas sociais de alcance nacional, particularmente quando existem traços marcantes de desigualdade e exclusão social. Nesse caso é importante que políticas públicas sejam efetivadas no sentido de redistribuir e reduzir as iniquidades do território nacional.

A precariedade ao acesso faz com que a pessoa em situação de maior vulnerabilidade não tenha consciência de seus direitos, prejudicando ainda mais sua situação social. Nesta perspectiva, destaca-se o caso de indivíduos com Doença de Alzheimer, uma enfermidade que geralmente atinge pessoas com mais de 60 anos e é a causa mais comum de demência social.

A doença de Alzheimer é uma patologia neurodegenerativa que pode levar a deficiência progressiva e incapacitação, tendo como primeiro aspecto clínico a perda de memória recente (ZHAO; TANG, 2002). Ao passo que a doença evolui outros sintomas começam a aparecer, 25 como: dificuldades na fala, falta de atenção, dificuldade em fazer cálculos, perda de habilidade para utilizar ferramentas e objetos comuns. Além disso, nas fases mais avançadas da doença pode haver perda de lucidez e fraqueza motora acompanhadas por agressividade, alucinações, hiperatividade, irritabilidade e depressão (LINDEBOOM; WEINSTEIN, 2004).

A partir disso, a situação da pessoa com a doença de Alzheimer afeta sensivelmente a família que, em algumas situações, encontra dificuldades para vivenciar os direitos deste paciente, elevando sua vulnerabilidade.

Considerando esta realidade, este estudo pretende realizar uma revisão de literatura científica sobre o tema, e posteriormente, uma análise sistêmica da legislação sobre os direitos da pessoa com doença de Alzheimer, constituída por normas constitucionais e infraconstitucionais, permitindo elaborar um levantamento da assistência em saúde no regime do SUS – Sistema Único de Saúde, incluindo protocolos clínicos e a inclusão de novas tecnologias. A partir desta análise da legislação pertinente, futuramente, será elaborada uma cartilha tecnológica contendo os direitos de portadores da doença de Alzheimer, a fim de considerar o potencial de colaboração da tecnologia para que pessoas com essa doença possam vivenciar seus direitos, respeitando a sua dignidade e garantindo um suporte mínimo a família.

Sabe-se que existe uma tendência mundial de envelhecimento populacional, ou seja, as pessoas tendem a viver mais. De acordo com informações do Datasus (Departamento de Informática do SUS), especificamente os Indicadores e Dados Básicos

(IDB, 2012), a proporção de idosos na população brasileira é de 10,8%, considerando a pesquisa nacional de amostra de domicílios, os censos demográficos, a contagem populacional e as estimativas demográficas até o ano de 2010 (DATASUS, 2012).

Considerando-se a população como um todo, os idosos representam a parcela com maior vulnerabilidade devido aos agravos da própria idade, como surgimento de doenças, precisando de cuidados específicos. Para Kottow (2003), a vulnerabilidade não é um estado de dano, mas sim de fragilidade. Além disso, essa situação pode ser agravada por condições financeiras, é a chamada vulnerabilidade social, onde o idoso está em uma situação desfavorável de pobreza.

A partir da informação de que a população idosa é considerada um grupo em situação de vulnerabilidade, ela deve ser objeto de políticas de proteção a fim de garantir sua autonomia. Entretanto, esta autonomia não significa necessariamente ficar sozinho ou isolado, visto que a pessoa idosa necessita de relações de afeto e amizade, estima social e reconhecimento de seus direitos e responsabilidades (SCHUMACHER et al., 2013).

Nesse contexto, é importante que existam políticas públicas voltadas para a integralização do idoso na sociedade. No caso da doença de Alzheimer esse comprometimento do Estado e da família é muito mais acentuado, pois os sintomas da doença impossibilitam que a pessoa idosa atue de forma ativa na busca por seus direitos, sendo importante considerar também que há uma enorme burocracia para acessá-los, o que torna ainda mais difícil o exercício de garantias que é fundamental para a manutenção de sua dignidade.

Para Crippa e colaboradores (2016, p.201), “as pessoas acometidas pela doença de Alzheimer já têm sua qualidade de vida alterada, sendo ainda mais prejudicados pela burocratização jurídica para alcançar direitos já definidos e garantidos”.

O interesse em trabalhar com a temática advém de conhecimentos prévios adquiridos durante a graduação e por perceber uma lacuna no acesso a informação e aos direitos tanto pelo usuário do SUS quanto por sua família naquilo que diz respeito a doença de Alzheimer.

A pesquisa se justifica pela carência de estudos sobre legislação e amparo a pessoa com doença de Alzheimer, visto que mesmo existindo uma infinidade de leis e normas, o acesso nem sempre é facilitado e a difusão de uma cartilha onde todas estas informações estejam compiladas poderia auxiliar as famílias e a pessoa com doença de Alzheimer.

Além disso, o tema escolhido para a pesquisa encaixa-se no campo da interdisciplinaridade, abrangendo as áreas de tecnologia, direito e saúde.

Ao partir da interdisciplinaridade, entende-se que este estudo abrange diversos campos do conhecimento e, ao tratar da informação em saúde no âmbito dos direitos do usuário agrega diferentes saberes que se entrelaçam neste trabalho. Por fim, esta pesquisa traz um compilado de informações que mencionam os direitos da pessoa com Doença de Alzheimer a fim de elaborar, no futuro, uma cartilha e distribuí-la eletronicamente ou de forma impressa aos familiares e cuidadores. Assim, o objetivo foi realizar um levantamento sobre amparo legal aos portadores da Doença de Alzheimer, abordando seus direitos na esfera federal a fim de auxiliar os usuários portadores da doença a buscarem seus direitos nos órgãos públicos adequados.

2. METODOLOGIA

Visando a obtenção de dados exploratório descritivos mediante o contato direto e interativo com o objeto de estudo, a pesquisa será desenvolvida pelo método qualitativo através de:

- Revisão bibliográfica em meios primários e secundários de pesquisa a fim de compor a fundamentação teórica para o trabalho, relacionada a Doença de Alzheimer, Direito a Saúde, Direito a informação, Direitos Fundamentais, Direito do portador da doença de Alzheimer no âmbito do SUS; Garantias e Direitos nas esferas governamentais; entre outros temas relevantes a fim de contextualizar o direito da pessoa com doença de Alzheimer. Serão utilizados livros de acordo com a relevância do autor e as citações; e artigos, cuja busca ocorrerá pela internet, em sites e endereços eletrônicos de relevância científica.
- No caso dos artigos, eles serão buscados nas plataformas de dados online: Centro Latino- Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) através dos descritores ‘saúde’, ‘Alzheimer’, ‘legislação’, ‘informação’, ‘tecnologia’.
- Levantamento das principais políticas voltadas para portadores da doença de Alzheimer, normatizadas pelo Poder Executivo, em nível Federal, buscadas através da internet, em sites nacionais.

- Todas as informações coletadas serão analisadas e descritas na próxima seção desta pesquisa, a fim de compilar o máximo de conhecimentos possíveis. Futuramente, pretende-se organizar uma cartilha tecnológica com informações acerca dos direitos da pessoa com doença de Alzheimer.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das pesquisas em meios primários e secundários de dados, conforme mencionado na metodologia, os resultados foram separados por tópicos, a fim de facilitar a compreensão do leitor. Primeiro serão trazidos conceitos e considerações gerais sobre a doença de Alzheimer; seguido de um subtítulo que menciona os direitos da pessoa idosa visto que a doença de Alzheimer está associada a idade; por fim serão explicitadas as políticas públicas de amparo a pessoa portadora da Doença de Alzheimer, mencionando quais as leis existentes a nível federal e os direitos nesse âmbito.

A doença de Alzheimer, conhecida mundialmente pela sigla DA, a doença de Alzheimer leva este nome em homenagem ao Dr. Alois Alzheimer, que foi o médico responsável por descrever as alterações da doença pela primeira vez, usando o caso de demência observado em uma paciente de 51 anos. Na época o caso clínico foi descrito como ‘doença mental desconhecida’, supondo-se que ela se restringisse a uma categoria pré-senil da doença, afetando apenas indivíduos com menos de 60 anos. Entretanto, com o passar do tempo se confirmou que independentemente da idade o substrato neuropatológico era o mesmo para as categorias senil e pré-senil, caracterizando assim como uma só enfermidade (PITTELLA, 2005).

Atualmente sabe-se que a doença de Alzheimer leva o indivíduo a ter respostas cognitivas desadaptadas e está, frequentemente, relacionada a idade, ou seja, possui maiores chances de se desenvolver em pessoas com idade mais avançada, tendo no envelhecimento o principal fator de risco para a doença (PITTELLA, 2005).

A doença de Alzheimer é um tipo de doença cerebral degenerativa que começa aproximadamente 20 anos antes dos sintomas aparecerem, com pequenas alterações imperceptíveis (ASSOCIAÇÃO ALZHEIMER, 2019). Quando os sintomas começam a surgir é porque as células nervosas do cérebro responsáveis por processos de aprendizado, memória e pensamento foram danificadas ou destruídas (ASSOCIAÇÃO ALZHEIMER, 2019).

Com o passar do tempo outras células do cérebro são danificadas e atividades que eram essenciais para o indivíduo, não são mais possíveis. Eventualmente, os neurônios responsáveis pelas funções corporais básicas, como andar e engolir, são afetados. Nos estágios finais da doença de Alzheimer, o portador fica acamado e necessita de atendimento 24 horas por dia (ASSOCIAÇÃO ALZHEIMER, 2019).

De acordo com a Associação Brasileira de Alzheimer (ABRAZ, 2019), a causa do porquê a doença de Alzheimer ocorre é desconhecida, mas algumas lesões cerebrais podem ser identificadas devido ao depósito da proteína beta-amilóide anormalmente produzida, formando as placas senis. Também ocorre a redução do número de neurônios e das sinapses entre eles, com redução progressiva do volume cerebral (ABRAZ, 2019).

O estudo de Sereniki e Vital (2008) menciona aspectos fisiopatológicos e farmacológicos da doença, afirmando que esta é uma patologia neurodegenerativa associada à idade, com manifestações que levam a perda progressiva de memória recente e a incapacitação. Para os autores, aproximadamente 10% dos indivíduos com mais de 65 anos e 40% com mais de 80 anos são acometidos pela doença, tendendo a aumentar até o ano de 2050, onde 25% da população mundial será idosa (SERENIKI; VITAL, 2008).

Inicialmente, a DA afeta a formação do hipocampo, que é o centro da memória de curto prazo, comprometendo as áreas corticais associadas. Além da memória, a linguagem, atenção, orientação, capacidade de resolver problemas e desempenhar atividades do dia-a-dia também são comprometidas. O avanço dos sintomas é progressivo e varia de pessoa para pessoa, podendo apresentar demência em três estágios: leve, moderado e severo (CARAMELLI; BARBOSA, 2002).

Forlenza (2005), complementa que apesar de nos estágios iniciais ocorrer a preservação da memória remota, com a evolução da doença a perda desta memória é global e o indivíduo fica progressivamente incapaz de realizar atividades da vida diária e/ou de cuidar de si mesmo, dependendo integralmente de um cuidador. Nos estágios mais avançados, nota-se a presença da tríade apraxia, afasia, agnosia, caracterizada pela perda da linguagem e de nomear pessoas e objetos; psicose; alteração de humor; mudanças no padrão de sono; agressividade; demência.

Direitos da Pessoa Idosa

Nos países em desenvolvimento, atingir a qualidade de vida para a população idosa ainda é uma meta audaciosa e difícil de ser realizada, pois a estrutura

socioeconômica é arcaica e apenas uma minoria é privilegiada. Nesse sentido, o Brasil é um país que precisa realizar investimentos pesados na área de saúde para a população idosa (ABREU; VAL, 2015).

O Brasil já não é mais um país de jovens e, infelizmente, a população brasileira está envelhecendo e de forma despreparada, onde a doença de Alzheimer se revela como a face mais triste do envelhecimento, pois é uma doença devastadora que faz com que a pessoa perca sua identidade (ALCÂNTARA, 2017).

Muitas vezes a debilitação da pessoa com doença de Alzheimer acaba estendida a seu cuidador, que fica sem condições de buscar pelos direitos. Sabe-se que as políticas públicas se constroem a medida que as necessidades da população surgem e isso levou o Governo Federal a se voltar para as pessoas idosas (ABRAZ, 2019).

Os cidadãos têm direitos e deveres, assim, os portadores da doença de Alzheimer têm seus direitos especificados e assegurados por lei. Dessa forma, o cuidador da pessoa com doença de Alzheimer além de fornecer os cuidados, precisa conhecer os direitos deste indivíduo (FAGUNDES et al., 2019).

Os direitos dos idosos começaram a partir da Constituição de 1988, que permitiu a criação dos Conselhos de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa nas instâncias municipal, estadual e federal. Outro fato importante na legislação foi a portaria 1395/1999 do Ministério da Saúde, contemplando a Política Nacional da Saúde do Idoso (ABRAZ, 2019).

Visando as melhorias que ainda precisavam ser realizadas, em outubro de 2003, foi aprovada a Lei nº 10.741, conhecida como Estatuto do Idoso, que abrange todas as áreas de interesse do envelhecimento. Já em outubro de 2006, a portaria nº 2.528 aprovou a nova Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (ABRAZ, 2019).

Camacho e Coelho (2010), resumem as políticas públicas de saúde voltadas para o idoso da seguinte maneira: Política Nacional do Idoso – Lei 8.842 de 1994; Portaria 702 de 2002 que cria mecanismos para implantação de Redes Estaduais de Assistência à Saúde do Idoso tendo como base a gestão definida pela Norma Operacional de Assistência à Saúde (NOAS); Portaria 703 de 2002 que institui no âmbito do SUS o Programa de assistência aos Portadores de Doença de Alzheimer; Protocolo de Tratamento da Doença de Alzheimer – Portaria nº 843 de 2002; Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741 de 2003 e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa – Portaria nº 2.528 de 2006.

No ano de 2017, o Congresso Nacional recebeu propostas de deputados do Paraná para, ao elaborar o orçamento da União, considerar o aumento de casos de demência no Brasil, a fim de garantir investimentos para as políticas públicas voltadas em especial para a doença de Alzheimer (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017).

Complementando, a Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma que as demências devem ser prioridade na saúde pública, pois a cada três segundos aparece 1 novo caso de Alzheimer no mundo (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017).

Teoricamente existe uma legislação específica, mas efetivamente o Estado não assume a Política de Atenção à Pessoa Idosa. De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), “é responsabilidade do Estado conduzir uma política de assistência social em cada esfera do governo. Portanto, é esperada a instituição e direitos protetivos, materializados na oferta de bens e serviços, enfim, das políticas sociais” (MOTA, 2010, p. 48).

O Brasil ainda precisa avançar muito para que a qualidade de vida das pessoas idosas, especialmente, daquelas que possuem demências como a doença de Alzheimer, sejam atendidas com qualidade e possuam uma vida melhor nesta fase. Isso pode ser alcançado com políticas públicas e de saúde voltadas para a qualidade de vida da pessoa idosa e, embora, a família seja responsável pelo cuidado com o idoso, é dever do Estado facilitar o atendimento pela rede pública de saúde.

Direitos do Portador da Doença de Alzheimer: Políticas Públicas no âmbito do SUS

De acordo com a legislação brasileira, as pessoas com doença de Alzheimer têm direito à Assistência médica e a medicamentos gratuitos, além da isenção do imposto de renda (ABRAZ, 2019). Entretanto, as vezes é difícil acessar estes direitos porque nem sempre a lei é explícita, como por exemplo a Lei nº 7.713/1988 que menciona a isenção do imposto de renda:

Art. 6º São isentos do imposto de renda os seguintes rendimentos de pessoas físicas:

§ XIV. Os proventos de aposentadoria ou reforma motivada por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação 31 mental, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançados da doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da imunodeficiência adquirida,

com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma.

Pode-se perceber que na referida lei não há menção específica da doença de Alzheimer, mas sim dedução de que esta demência se encaixe no termo “alienação mental”. Quanto a assistência médica e medicamentos gratuitos, o Ministério da Saúde assinou a Portaria 703, de 12 de abril de 2002, denominada “Programa de Assistência aos portadores da doença de Alzheimer”, definindo que o programa será desenvolvido de maneira articulada pelo Ministério da saúde e pelas Secretarias de Saúde dos Estados e do Distrito Federal e municípios juntamente com as Redes Estaduais de Assistência à saúde do idoso e os Centros de Referência em Assistência a Saúde do Idoso (ABRAZ, 2019).

De acordo com a portaria supracitada, os direitos da pessoa com Alzheimer englobam: consultas e diagnóstico; atendimento na rede pública de saúde; atendimento hospitalar; visita domiciliar; acompanhamento da equipe multidisciplinar; orientação e treinamento para os familiares; medicamentos gratuitos (BRASIL, 2002). Quanto aos medicamentos gratuitos, a portaria menciona os seguintes: rivastigmina, donepezil e galantamina. O medicamento memantina não é fornecido gratuitamente e necessita ser comprado. Isso demonstra que a lei não ampara totalmente este usuário.

Ainda sobre o fornecimento de medicamentos gratuitos, a Constituição Federal (CF/88) assegura o direito a vida e a saúde, conforme seu artigo 196: “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988). Já a Portaria nº 1.230/1999 do Ministério da Saúde, estabelece:

Art. 1º. Incluir na Tabela de Procedimentos do Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde, no Grupo 36 “Medicamentos”, o Subgrupo 31 “Doença de Alzheimer”, Nível de Organização 01 “Doença de Alzheimer” e os procedimentos relacionados.

Através desta portaria a justiça determina que o Estado através do Sistema Único de Saúde compre remédios para pessoas doentes que não tenham condições financeiras para adquiri-los.

Fraldas geriátricas também são direito da pessoa com doença de Alzheimer, visto que são de extrema importância para manter a integridade e a dignidade do paciente, sendo dever do Estado proteger o indivíduo carente e vulnerável. O paciente idoso que tem doença de Alzheimer precisa de fraldas geriátricas para que o risco de infecções seja diminuído e isso é obrigação do Estado (IJUÍ, 2013).

Outro direito da pessoa com doença de Alzheimer é o auxílio doença, caracterizado por um benefício financeiro mensal assegurado a pessoa inscrita no Regime Geral de Previdência Social do INSS que está incapacitada para o trabalho. Para conseguir o acesso ao direito deve ser apresentado laudo para comprovar a doença emitido por serviço médico oficial da União, conforme lei nº 9.250/1995 (GUTIERREZ, 2012).

Ainda no âmbito do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), o portador da doença de Alzheimer também pode obter a aposentadoria por invalidez e, em caso específico, ter acréscimo de 25% sobre os proventos. Entretanto, a aposentadoria por invalidez só pode ser requerida se a pessoa não conseguir trabalhar e possuir a doença grave. O Decreto 3.048/1999, em seu artigo 45, afirma que o segurado do INSS que precisar de auxílio permanente de outra pessoa, pode ter o valor de sua aposentadoria aumentado em 25%, mesmo que supere o teto do INSS (BRASIL, 1999).

As leis nº 8.213/1991 e 7.670/1988 mencionam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), onde portadores de câncer, vírus HIV e doença terminal podem sacar o benefício se tiverem o depósito em conta. No caso de invalidez permanente também pode ser sacado caso o dependente seja portador da doença de Alzheimer (GUTIERREZ, 2012).

A lei nº 10.690/2003, em seu artigo 5º, trata da isenção de Imposto sobre produtos industrializados (IPI) mencionando o seguinte “pessoas portadoras de deficiência física, mental severa ou profunda, visual, autistas por meio de seu representante legal podem requerer a isenção do IPI de automóvel (BRASIL, 2003).

Para que seja possível a isenção, o usuário portador de doença de Alzheimer deve ir até o DETRAN (Departamento de Trânsito) com laudo da perícia médica atestando o tipo de doença e a carteira nacional de habilitação especificando o tipo de veículo.

4. CONCLUSÃO

Diante dos dados aqui apresentados e da contextualização da doença de Alzheimer é preciso que a sociedade entenda que as pessoas acometidas por esta doença precisam

ter dignidade e qualidade de vida, que pode ser proporcionado pelo Estado na forma de garantia de direitos.

O quadro é ainda mais preocupante porque as pessoas com doença de Alzheimer são idosas e, portanto, vulneráveis. Quando existe junto com isso a fragilidade social e financeira, o Estado e a Sociedade devem buscar reparar os danos já sofridos pelas pessoas mais vulneráveis.

Os dados aqui mencionados demonstram que a pessoa com doença de Alzheimer tem garantido por lei diversos benefícios e que estes são por vezes difíceis de compreender, por isso a família ou o cuidador nem sempre consegue acessá-los de forma facilitado.

Medicamentos, apoio financeiro, fraldas geriátricas, isenção de impostos, entre outras iniciativas, podem ser tomadas pelo portador da doença, garantido por lei e fundamentada nos princípios de dignidade e solidariedade da pessoa humana.

Ressalta-se ainda que a população idosa tende a aumentar e, neste sentido, as pessoas com doença de Alzheimer também. Dessa forma, o Estado e a sociedade devem se preocupar com investimentos e políticas públicas que tragam qualidade de vida para estas pessoas.

Estes dados, se mais aprofundados, podem constituir o escopo da cartilha tecnológica que será fornecida em equipamentos da rede pública de saúde, a fim de instruir familiares e cuidadores de idosos com doença de Alzheimer para que conheçam os direitos.

5. PERSPECTIVAS FUTURAS

Esse compilado de informações foi o primeiro passo para a elaboração de uma cartilha tecnológica sobre os Direitos da pessoa com doença de Alzheimer. O intuito foi realizar um levantamento de informações constantes na legislação brasileira e artigos publicados na área, a fim de conseguir concentrar todas estas informações em um mesmo local (cartilha), a fim de ser acessado por cuidadores e/ou familiares.

Como forma de entender a temática e conhecer a legislação este artigo fez o levantamento das informações existentes. A partir daqui, muitas ações serão feitas para a produção da cartilha, sobretudo na perspectiva de elaborar um material de fácil entendimento por aqueles que vivenciam a realidade do Alzheimer e muitas vezes não sabem onde recorrer pelos direitos.

A partir das informações aqui descritas, a cartilha será elaborada para ser disponibilizada em sites e meios onde exista a possibilidade de fazer download gratuito. Além disso, pretende-se distribuir o material na rede pública e particular de saúde que sejam voltadas para o atendimento de pacientes com Doença de Alzheimer.

Diante disso, a principal ação a se tomar e a proposta futura deste estudo é a elaboração da cartilha e a disponibilização em meios eletrônicos para download, assim como a disseminação deste conteúdo para as pessoas que precisam conhecer estas leis e direitos.

Entende-se que essa pesquisa é um ponto inicial para uma realidade muito maior: a tecnologia no campo da saúde para efetivamente transformar a realidade daqueles que necessitam de informação e acesso a direitos.

6. REFERÊNCIAS

ABRAZ. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALZHEIMER. O que é Alzheimer? 2019. Disponível em: <<http://abraz.org.br/web/sobre-alzheimer/o-que-e-alzheimer/>>. Acesso em 14 ago. 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALZHEIMER. Políticas Públicas. 2019. Disponível em: <<http://abraz.org.br/web/politicas-publicas/>>. Acesso em 14 ago. 2019.

ABREU, C.B.; VAL, E.M. Políticas públicas de saúde para idosos com Alzheimer. Revista Novos Estudos Jurídicos, v.20, n.2, 2015.

ALCÂNTARA, A.O. Uma velhice duplamente esquecida: doença de Alzheimer e Estado. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 8., 2017. Universidade Federal do Maranhão, UFMA, São Luís, 2017.

ASSOCIAÇÃO ALZHEIMER. Boletim informativo eletrônico. 2019. Disponível em: <<https://www.alz.org.br/alzheimer-boletim-informativo-eletronico.asp>>. Acesso em 30 ago. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.754, de 31 de outubro de 2003. Dispõe sobre a isenção do imposto sobre produtos industrializados – IPI. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8989.htm>. Acesso em 16 ago. 2019.

Ministério da Saúde. Portaria nº 703, de 12 de abril de 2002. Dispõe sobre a instituição do Programa de Assistência aos Portadores da Doença de Alzheimer, no âmbito do SUS. Disponível em:

<https://www.lex.com.br/doc_24775_PORTARIA_N_703_DE_12_DE_ABRIL_DE_2002.aspx> Acesso em 16 ago. 2019.

Constituição Federal de 1988. Artigo 5º - Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Brasília: 1988. Disponível em:

<http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_12.07.2016/art_5_>. Acesso em 15 ago. 2019.

Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988. Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7713.htm>. Acesso em 16 ago. 2019.

CAMACHO, A.C.L.F.; COELHO, M.J. Políticas Públicas para a saúde do idoso: revisão sistemática. Revista Brasileira de Enfermagem, v.63, n.2, 2010, p.279- 284.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Deputada pede recursos para políticas públicas de prevenção e tratamento do Mal de Alzheimer. 2017. Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/noticias/520097-deputada-pede-recursos-para-politicas-publicas-de-prevencao-e-tratamento-do-mal-de-alzheimer/>>. Acesso em 01 jul. 2019.

CARAMELLI, P.; BARBOSA, M.T. Como diagnosticar as quatro causas mais frequentes de demência? Revista Brasileira de Psiquiatria, v.24, n.1, 2002, p.7-10.

CARMO, M.E.; GUIZARDI, F.L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. Cadernos de Saúde Pública, v.34, n.3, 2018, p.1-14.

CRIPPA, A.; LOUREIRO, F.; GOMES, I. Vulnerabilidade social na doença de Alzheimer: busca por Direitos. Revista Latino-americana de Bioética, v.1, n.1, 2016, p.198-219.

DATASUS. Ministério da Saúde. Proporção de idosos por Unidade de Federação. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?idb2011/a14.def>>. Acesso em 30 jul. 2019.

FAGUNDES, S.A.; LIMA, J.L.; ANDRADE, G.B.; YASIN, J.C.M.; GUTIERRES, E.D.; PELZER, M.T. Políticas públicas para idosos portadores do mal de Alzheimer. Revista Fun Care Online, v.11, n.1, 2019, p.237-240.

FORLENZA, O.V. Tratamento farmacológico da doença de Alzheimer. Revista de Psiquiatria clínica, v.32, n.3, p.137-148.

GUTIERREZ, J.M. Garantias Legais aos Portadores de Alzheimer: uma doença que atinge principalmente os idosos. 2012. Disponível em: <<http://direitodoisouff2012.blogspot.com/2012/06/garantias-legais-aos-portadores-de.html>> Acesso em 16 ago. 2019.

IJUÍ. Câmara Cível, 2ª. Agravo de Instrumento nº 70055333843. Agravante: Município de Ijuí. Agravado: Pascoalina Cezar. Relatora: Laura Louzada Jaccottet. Porto Alegre, 28 de agosto de 2013. Disponível em: <[http://www.tjrs.jus.br/ busca/?tb=proc.>35](http://www.tjrs.jus.br/busca/?tb=proc.>35)> Acesso em 16 ago. 2019.

KOTTOW, M. Comentários sobre bioética, vulnerabilidade e proteção. In: GARRAFA Y PESSINI, V. Bioética: poder e injustiça. São Paulo: Loyola/Centro Universitário São Camilo/Sociedade Brasileira de Bioética, 2003, p.71-78.

LINDEBOOM, J.; WEINSTEIN, H. Neuropsicologia do envelhecimento cognitivo, cognitivo mínimo comprometimento, doença de Alzheimer e comprometimento cognitivo vascular. *Revista Europeia de Farmacologia*, v.490, n.1-3, 2004, p.83-86.

LORENZETTI, J.; TRINDADE, L.L.; PIRES, D.E.P.; RAMOS, F.R.S. Tecnologia, Inovação tecnológica e saúde: uma reflexão necessária. *Revista Texto Contexto de Enfermagem*, v.21, n.2, 2012, p.432-439.

MOTA, A.E. A centralidade da assistência social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2010, p.133-146.

NUNES, D.H.; LEHFELD, L.S. Cidadania digital: direitos, deveres, lides cibernéticas e responsabilidade civil no ordenamento jurídico brasileiro. *Revista de Estudos Jurídicos da UNESP*, v.1, n.35, 2018, p.437-454.

NUNES, M.V. Novas tecnologias e cidadania: a internet como fator de politização ou de adequação das comunidades excluídas do sistema produtivo? *Revista Passagens*, v.2, n.1, 2011, p.1-17.

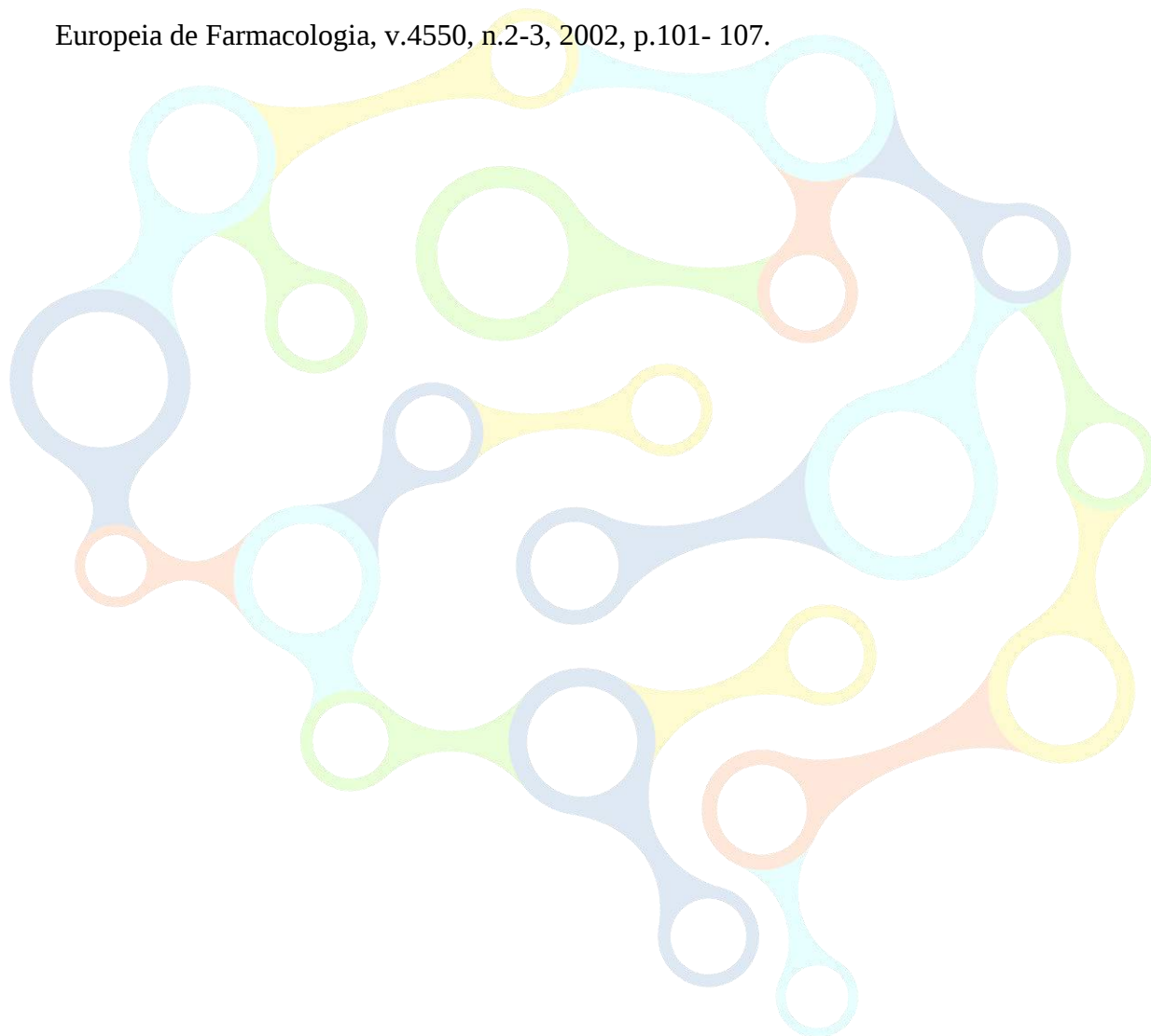
PITTELLA, J.E.H. Neuropatologia da doença de Alzheimer. In: TAVARES, A. *Compêndio de neuropsiquiatria geriátrica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005, p.235-248.

SCHUMACHER, A.A.; PUTTINI, R.F.; NOJIMOTO, T. Vulnerabilidade, reconhecimento e saúde da pessoa idosa: autonomia intersubjetiva e justiça social. *Revista Saúde em debate*, v.37, n.97, 2013, p.281-293.

SERENIKI, A.; VITAL, M.A.B.F. A doença de Alzheimer: aspectos fisiopatológicos e farmacológicos. *Revista de Psiquiatria*, v.30, n.1, 2008, p.1- 17.

SOUZA, R.R. O sistema público de saúde brasileiro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL TENDÊNCIAS E DESAFIOS DOS SISTEMAS DE SAÚDE NAS AMÉRICAS, 1., 2002. Anais do ..., São Paulo, Brasil, 2002.

ZHAO, Q.; TANG, X.C. Efeitos de huperzina A em isoformas de acetilcholinesterase em vitro: comparação com tacrina, donepezil, rivastigmina e fisostigmina. Revista Europeia de Farmacologia, v.4550, n.2-3, 2002, p.101- 107.





Capítulo 12

**COMO A IN 38/2017 E A LC
182/2021 ALTERARAM E
CRIARAM ALTERNATIVAS AOS
CONTRATOS DE
INVESTIMENTO NAS
SOCIEDADES LIMITADAS**

DOI: 10.29327/562393.1-12

Luís Eduardo Ferreira Rodrigues
Saulo Bichara Mendonça

COMO A IN 38/2017 E A LC 182/2021 ALTERARAM E CRIARAM ALTERNATIVAS AOS CONTRATOS DE INVESTIMENTO NAS SOCIEDADES LIMITADAS

Luís Eduardo Ferreira Rodrigues

Saulo Bichara Mendonça

RESUMO

É de conhecimento notório que grandes são as dificuldades que o empresário brasileiro enfrenta ao empreender, especialmente na obtenção de investimentos diversos em sua atividade empresarial. A IN 38/2017 do DREI tem contribuído para o saneamento dessa deficiência, viabilizando por meio da regulamentação eficiente que novos modelos de investimentos fomentem a circulação de recursos viabilizando ampliação e otimização das atividades econômicas desenvolvidas a partir das sociedades limitadas, permitindo que estas venham a emitir quotas preferenciais ou mesmo manter quotas em tesouraria, a exemplo das sociedades por ações, ampliando de forma significativa os meios disponíveis para que terceiros interessados ou mesmo fundos de investimento privados possam investir recursos de uma maneira mais célere, segura e transparente, proporcionando ao retorno remunerado do capital um significado na busca pela meta de promover justiça social a partir da atividade econômica desenvolvida livremente.

Palavras-chave: atividade econômica, eficiência, investimentos, livre iniciativa, regulamentação

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo trata sobre a Instrução normativa nº 38/2017 publicada pelo Departamento de registro Empresarial e Integração (DREI) que teve como um dos principais pontos a revisão de suas antigas Instruções Normativas que regulamentavam e proibiam o uso de alguns institutos típicos das sociedades anônimas pelas sociedades limitadas, ainda que o parágrafo único do artigo 1.053 do Código Civil já permitisse a regência supletiva da Lei das Sociedades Anônimas.

Através de uma comparação histórica inicial entre o uso destes institutos pelas sociedades limitadas ao longo do tempo no ordenamento jurídico brasileiro, como por exemplo a permissão do uso de todos os institutos aqui discutidos através do revogado

Decreto Lei nº 3.708/1919, para finalmente chegar à publicação da referida IN 38/2017 que trouxe consigo novamente essas possibilidades.

Após essa elucidação, será discorrido de maneira mais detalhada sobre dois dos novos institutos permitidos, a saber: a possibilidade de quotas em tesouraria e criação de quotas preferenciais. Essas inovações trazem grandes mudanças para as Sociedades Limitadas, e em um novo mundo de tecnologias, startups e um direito cada vez mais digital, o presente trabalho irá se debruçar sobre elas apontando novos caminhos nos contratos de investimento, a partir do uso destes novos institutos recém-admitidos, que já eram utilizados antes de sua regulação pelo DREI mas que ao se tornarem Instruções Normativas ganham maior segurança jurídica.

A partir desse aumento na segurança jurídica do uso destes novos dispositivos nas Sociedades Limitadas o legislador e a sociedade perceberam a necessidade de ampliar seus efeitos, até então unicamente atrelados à regras de um órgão administrativo que poderiam ser revogadas ou alteradas, na formulação de uma nova legislação que não apenas permitisse o uso dos institutos típicos de Sociedades Anônimas pelas Sociedades Limitadas, mas que criasse novas possibilidades e modelos de investimento específicos para as Sociedades Limitadas “do futuro”, tendo sido assim apresentado o Projeto de Lei nº 146 de 2019, conhecido popularmente como Marco Legal das Startups (MLS), projeto esse que foi aprovado na Câmara dos Deputados em 14 de dezembro de 2020 e que aguarda sua aprovação no Senado Nacional e que é apresentado de forma breve para que os pontos abordados no projeto também possam ser alvo de discussão ao longo do presente trabalho.

Para trazer melhor elucidação quanto ao teor geral da tese, o próximo passo será apontar os tipos de contrato de investimento que serão abordados, passando então pela Lei Complementar 155/16 (Lei do Investidor Anjo), o uso do mútuo conversível como forma de investimento, e, por fim, os “novos contratos de direito” hoje em dia permitidos pela jurisprudência, mas ainda dependentes da aprovação do MLS para que tenham previsão legal expressa.

O método de pesquisa utilizado foi o de consulta à bibliografia técnica. Tendo sido necessária a demarcação de alguns limites dentro do estudo apresentado, principalmente no tocante ao recorte quanto ao tipo societário estudado, eis que é muito vasta a bibliografia sobre contratos de investimento e seu uso nas Sociedades Anônimas,

sendo a característica do presente estudo o apontamento das novas formas de investimento, e não um debate ostensivo quanto aos métodos já utilizados e devidamente respaldados em legislação, assunto este que já possui vasta coleção de artigos e debates doutrinários a seu respeito.

2. A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 38/2017

A Lei nº 8.934/94 tem como principais funções o estabelecimento e consolidação das normas e diretrizes gerais do Registro Público de Empresas Mercantis, bem como o de solucionar dúvidas ocorrentes na interpretação das leis, regulamentos e demais normas relacionadas com o registro de empresas mercantis, baixando instruções para esse fim.

É nesse último ponto em relação a possibilidade de se baixar instruções com força legal quanto à aplicação dessas normas dentro das Sociedades Empresárias em seus contratos sociais e demais dispositivos que devem ser apresentados para registro que o presente trabalho tem seu foco inicial.

Durante a vigência da revogada Lei das Limitadas, com base na previsão do seu artigo 18 era possível e comum a criação de quotas preferenciais dentro dos contratos sociais das sociedades limitadas, em analogia à possibilidade expressa da criação de ações preferenciais nas sociedades anônimas, tendo a doutrina à época entendido como completamente legal esta prática. Porém, com a entrada em vigor do Código Civil essa possibilidade se tornou alvo de grandes polêmicas tanto para a doutrina como para a jurisprudência, tendo então o DREI baixado a Instrução Normativa nº 10 de 2013 para sanar essas discussões, proibindo a prática da criação de quotas preferenciais nas sociedades limitadas.

Esse entendimento por parte do DREI foi alvo de grandes críticas de boa parte dos estudiosos do Direito Empresarial, como por exemplo André Santa Cruz, já que o artigo 1.007 do Código Civil tinha previsão expressa para que o contrato social pudesse estipular a distribuição desproporcional dos lucros entre os sócios, ou seja, estipulava a possibilidade da criação de um estilo de quota societária com preferências sob as demais. Foi então após inúmeros anos de críticas que o DREI lançou a excelente Instrução Normativa nº 38 de 2017.

Além da possibilidade da emissão de quotas preferenciais a IN nº 38/2017 também abriu margem para outras duas práticas societárias de suma importância para as

sociedades limitadas, sendo estas a volta da autorização de aquisição de quotas pela própria sociedade para armazenamento em tesouraria e a possibilidade da criação de Conselhos de Administração, instrumentos fundamentais para a ampliação das possibilidades de investimento nas limitadas, mitigando riscos e aumentando as capacidades de recebimento de recursos.

1.1. A emissão de quotas preferenciais em sociedade limitada

A revogada lei das limitadas permitia que as quotas das sociedades limitadas fossem divididas entre quotas preferenciais e ordinárias, tal qual a lei das sociedades anônimas permite a divisão de suas ações. No entanto, com a entrada em vigor do Código Civil, o dispositivo que mencionava expressamente essa possibilidade foi suprimido dentro do *codex* legal, tendo o DREI passado a entender pela impossibilidade desse ato.

As quotas preferenciais são aquelas onde o seu possuidor pode receber algumas vantagens, como antecipação do valor de dividendos, preferência de recebimento entre outras, tendo em contrapartida seu direito ao voto retirado dentro da sociedade, deixando de exercer assim qualquer poder sobre as decisões administrativas da empresa.

Apesar de inúmeras divergências teóricas, como André Santa Cruz¹ e Pablo Arruda², que sempre pontuaram como um grave erro a interpretação anterior do DREI sobre a impossibilidade do uso de determinados institutos das Sociedades Anônimas pelas Limitadas, ainda que com a previsão da regência supletiva, somente em 2017 com o advindo da Instrução Normativa nº 38 é que foi novamente inserido no meio do direito empresarial brasileiro a possibilidade da emissão de quotas preferenciais em sociedades limitadas.

Essa permissão é ponto chave do presente estudo, uma vez que as quotas preferenciais puderam passar a ser utilizadas como mecanismo para a inserção de sócios não administradores, ou seja, investidores que pretendiam lucrar com o crescimento de determinado negócio, sem, porém, ter qualquer responsabilidade administrativa.

Um dos principais pontos positivos trazidos por essa possibilidade é não responsabilização de sócios minoritários ou não administradores face qualquer processo

¹ SANTA CRUZ, André. Direito Empresarial. Volume Único. 10ª Edição, São Paulo – SP: Método, 2020 – páginas 355-356.

² ARRUDA, Pablo Gonçalves e.; SOARES, Natália de Moura. As novas instruções normativas DREI. Disponível em <<https://www.migalhas.com.br/depeso/256660/as-novas-instrucoes-normativas-drei>>. Acesso em 10 de fev. de 2022.

movido contra a empresa da qual fazem parte, sendo muito mais simples distinguir os sócios administradores dos sócios investidores quando existe essa divisão dentro das quotas preferenciais e ordinárias, bem como a previsão desta no Contrato Social da empresa, uma vez que hoje diante de um cenário onde não existia tal possibilidade, o que existe são decisões conflitantes quanto a aplicação do instituto da Desconsideração da Personalidade Jurídica ante sócios minoritários não administradores, onde o Superior Tribunal de Justiça recorrentemente permite tal desconsideração³, sendo o uso dos institutos de quotas preferenciais perfeitos para encerrar essa discussão e dar fim a tamanha insegurança jurídica por parte dos investidores.

3. O MARCO LEGAL DAS STARTUPS

O Projeto de Lei Complementar 146/2019, convertido no Marco Legal das Startups se firmou no âmbito legislativo brasileiro em decorrência da crescente necessidade de se regulamentar e incentivar o “empreendedorismo inovador”, uma vez que foi entendido que este é um importante instrumento de desenvolvimento econômico, social e ambiental que deve ser promovido de forma colaborativa pela iniciativa pública e privada, sendo um tipo empresarial em constante crescimento no país, conforme a Associação Brasileira de Startups (ABS), que apontou em seu último relatório um crescimento de 207%⁴ (duzentos e sete por cento) no número de startups entre os anos de 2015 e 2019.

No entanto, é preciso pontuar que apesar do alto crescimento nas Startups no país, o Brasil continuava muito atrás do restante do mundo em relação ao investimento em startups, conforme aponta o estudo feito pela Grant Thornton Brasil⁵ onde o país conquistou apenas a penúltima colocação entre os países emergentes em relação a porcentagem do PIB alocado para os investimentos em Startup.

³ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AREsp: 1211646 SP 2017/0303127-1, Relator: Ministro MOURA RIBEIRO, Data de Publicação: DJ 08/02/2018. Disponível em <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/549043937/agravo-em-recurso-especial-aresp-1211646-sp-2017-0303127-1/decisao-monocratica-549043947>>. Acesso em 10 de fev. de 2022.

⁴ Crescimento Das Startups: Veja O Que Mudou Nos Últimos Cinco Anos! Disponível em <<https://abstartups.com.br/crescimento-das-startups/>>. Acesso em 10 de fev. de 2022.

⁵ GRANT THORNTON BRASIL. O estímulo como ferramenta para o fomento do investimento em startups. O caso do investimento anjo. Disponível em <http://www.anjosdobrasil.net/uploads/7/9/5/6/7956863/estudo_sobre_estimulo_para_investimento_em_startups_-_anjos_do_brasil_e_grant_thornton.pdf>. Acesso em 10 de fev. de 2022.

Além disso, o mercado em questão tem se tornado cada vez mais competitivo, atraindo cada vez mais investimento, tendo sido o Brasil o país latino-americano a receber o maior valor em aporte de capital para startups no ano de 2018, conforme os dados organizados pela Associação de Investimento de Capital Privado na América Latina (LAVCA), tendo recebido cerca de U\$1.4 bilhão (um bilhão e quatrocentos milhões de dólares) em 2018.

Assim, ficou evidente que não só este era um caminho que seria trilhado pelos empreendedores brasileiros, independentemente de qualquer regulação específica, como que também poderia vir a se tornar uma importante válvula de escape para a economia em momentos de crise ou estagnação, já que são estes os principais termômetros para o investidor sair da segurança dos ativos tradicionais e buscar o investimento em empresas disruptivas.

Apesar de ainda se tratar de um Projeto de Lei Complementar, o Marco Legal das Startups já teve sua aprovação na Câmara dos Deputados, e no dia 24/02/2021 também foi aprovado no Senado Federal, com algumas modificações no texto, fazendo com que o mesmo retorne para nova aprovação na Câmara, em votação que deve acontecer até antes do meio do ano de 2021, conforme informações prestadas pelo Relator do projeto no Senado, o Senador Carlos Portinho (PL – RJ)⁶, que também deu depoimento sobre a importância do ecossistema das startups para o Brasil:

É um segmento, um ecossistema, da maior importância para o futuro do Brasil, para a juventude e para os empreendedores. Parabenizo a todos os senadores pelo debate democrático e pela conclusão da aprovação do Marco Legal das Startups, atendendo, na sua maioria, ao que pretendia o ecossistema. (Fonte: Agência Senado)

Importante também ressaltar que apesar do entusiasmo geral com o projeto, alguns pontos importantes foram retirados pelo Senado Federal, sendo o mais importante deles a possibilidade do uso de *Stock Options* nas startups, o que diminui parte das possibilidades de investimento possíveis dentro das empresas, tendo sido, porém, adiantado pelo Relator do texto no Senado Federal que tal medida foi feita por ter se

⁶ SENADO FEDERAL. Senado aprova Marco Legal das Startups; texto vai à Câmara <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/02/24/senado-aprova-marco-legal-das-startups-texto-vai-a-camara>>. Acesso em 10 de fev. de 2022.

entendido que este modelo de investimento é interessante para todos os tipos empresariais no Brasil, não podendo assim estarem restritas apenas as startups, razão pela qual será assunto tratado em outro projeto de lei, específico para esse fim e que englobe mais tipos empresariais.

Com isso, é possível sintetizar os principais assuntos abordados pelo texto do PL 146/2019 em cinco pontos, sendo estes o enquadramento de empresas na definição de startups, as diretrizes de investimento em inovação, o fomento à pesquisa, desenvolvimento e inovação, os programas de ambiente regulatório experimental e a contratação de soluções inovadoras pelo Estado.

3.1. Novas possibilidades de investimento através do marco legal das startups

Um dos principais tópicos dentro do Marco Legal das Startups é a possibilidade do financiamento e investimento das mais variadas formas, inclusive atribuindo novas possibilidades e regramentos facilitadores ao investidor anjo, apesar deste já possuir lei própria em vigência no país desde 2016, mas que devido à falta de regulações não era tão aplicada dada a insegurança jurídica quanto ao caráter do investido anjo como sócio ou não da empresa, o que gerava a possibilidade deste responder juridicamente com seu patrimônio pessoal por dívidas e encargos da startup na qual ele investiu.

Além disso, a possibilidade do aporte financeiro por pessoa física ou jurídica, com obrigatório registro contábil, que não resultaria obrigatoriamente como participação em capital social, a depender do instrumento adotado para a captação destes recursos.

Todos esses fatores importam para tentar afastar o risco que o investidor teria ao aplicar suas finanças em uma startup em estar arriscando seu patrimônio particular, uma vez que agora com o texto do Marco Legal das Startups existe a previsão expressa em seu artigo oitavo eliminando, ou ao menos mitigando em grande parte, essa possibilidade.

Assim, com uma proteção legal direta, específica e robusta como a apresentada no projeto de lei em questão, o desenvolvimento do ecossistema de empreendedorismo inovador se torna muito mais fácil e fluído no país, caracterizando cada vez mais o investimento em startups como um meio adequado, seguro e eficaz de se investir, existindo tão apenas os riscos atinentes ao investimento em si, e não possíveis desdobramentos legais que antes pareciam inevitáveis pela falta de uma legislação que os regulamentasse.

4. OS TIPOS DE INVESTIMENTO NAS LIMITADAS

O investimento nas sociedades limitadas é prática comum desde os primórdios do direito brasileiro, existindo essa possibilidade desde a revogada legislação das sociedades limitadas que em seu artigo 8º já previa expressamente a possibilidade da aquisição de quotas liberadas pela própria empresa para captação de investimento.

No entanto, existem alguns modelos de investimento que se tornaram mais comuns em se tratando das sociedades limitadas, seja pela facilidade, seja pela falta de regulação para os outros meios que, hoje, começam a aparecer com maior frequência dada a necessidade de instrumentos mais robustos para reger as relações entre as empresas e os investidores.

4.1. Novos modelos de investimento

Com a Lei Complementar nº 155/16 ainda se esperava que o Brasil caminhasse em direção a uma legislação mais permissiva em relação as sociedades limitadas, eis que são o modelo mais comum para as startups, dada sua facilidade de abertura, baixa complexidade tributária com o Simples Nacional, e menor número de entraves contábeis.

Foi então com a IN 38/2017 do DREI que um novo mundo de possibilidades para as sociedades limitadas foi aberto, uma vez que as permissões expressas da emissão de quotas preferenciais, a guarda de quotas em tesouraria e da criação dos conselhos de administração sem a necessidade dos conselheiros serem sócios trouxeram consigo não apenas novas aplicações em instrumentos antigos, como o mútuo conversível que agora poderia ser convertido em quota preferencial, retirando aquele antigo problema do investidor passar a responder solidariamente como sócio, mas também importando instrumentos de investimento comumente utilizados ao redor do mundo, e que no Brasil, apesar de utilizados, não possuíam qualquer segurança jurídica, dependendo de esporádicas e esparsas decisões judiciais para entender como poderiam ou não serem aplicados.

A Lei nº 13.847/19 trouxe, se não avanços, confirmações em quesitos de segurança jurídica muito importantes no âmbito de todo o direito contratual do país.

No caso dos investimentos, importante pontuar que o parágrafo 2º do artigo 1º da Lei 13.847/19 pontua especificamente que todas as normas no país devem sempre ser interpretadas em favor da liberdade econômica e do respeito aos investimentos, primeira

previsão legal que traz os princípios do direito privado com foco nos investimentos de qualquer tipo.

Assim, com as novas possibilidades trazidas pela IN 38/2017 em conjunto com a segurança jurídica tutelada pela Lei 13.847/19, os negócios jurídicos empresariais, dentro desses, os investimentos nas sociedades limitadas, se tornaram modalidade ampla e muito mais abrangente, tendo como princípio norteador a livre estipulação entre as partes pactuantes, com aplicação das regras e normas do direito empresarial de forma meramente subsidiária, exceto aquelas normas consideradas de ordem pública, nos termos do artigo 3º, inciso VIII da Lei 13.847/19, criando assim o ambiente de negócios mais favorável ao crescimento de sociedades limitadas no Brasil.

4.1.1. Contrato de *vesting*

Em primeira mão, deve ser pontuado que o *vesting* não é um contrato com previsão expressa na legislação brasileira devendo assim ser considerado um contrato atípico, nos termos do artigo 425 do Código Civil, sendo uma cópia de um modelo de contrato do direito norte americano, tendo sido importado também o seu nome, que significa, literalmente, “vestir”, em alusão ao termo “vestir a camisa” popularmente utilizado quando se fala em alguém, geralmente um funcionário de determinada empresa, entrega todo o seu potencial no seu trabalho, entendendo o que aquela organização/empresa representa.

Nesse sentido, o *Vesting* é um instrumento jurídico onde um indivíduo, normalmente sócio ou colaborador da empresa, recebe de forma progressiva direito a aquisição de participação societária, desde que atinja metas ou premissas pré-estabelecidas neste instrumento jurídico, podendo variar entre premissas como tempo de trabalho, realização de determinado objetivo financeiro, clientes prospectados e o que mais o empresário e seus colaboradores conseguirem pensar, desde que não seja vedado por nenhum ordenamento público.

Apesar de muito similar a outro modelo de investimento comum às Sociedades Anônimas, o *stock option*, que também será abordado em capítulo posterior deste trabalho, é crucial diferenciar um instrumento do outro, uma vez que no *stock option* o objetivo principal da sociedade é o aumento de seu capital, com previsão legal expressa

no artigo 168, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por ações, enquanto o *Vesting* é um mecanismo que possibilitará a aquisição de direitos dentro de um determinado negócio.

Além disso, a jurisprudência já se deparou em alguns momentos com casos de *vesting*, tendo um em específico chegado até o Tribunal Superior do Trabalho que considerou como válida a perda de ações de um determinado funcionário que foi demitido antes de ter sido completado o prazo de carência estipulado em seu contrato de *Vesting*, cláusula essa apelidada de *Cliff* ou *Cliff hanger*, dentro do meio jurídico, por ser uma espécie de carência onde, caso o colaborador ou funcionário não atinja um mínima de tempo dentro da empresa, não é obtida nenhuma compensação pelo *Vesting*, tendo tal mecanismo contratual sido validado pelo TST, como pode ser observado:

Metodologia de incentivo em comento envolve a concessão de uma cota virtual de ações restáveis após determinado período de tempo[...] desde que atendidas as condições previstas em regulamento, tem-se que o direito de resgatar as ações somente se materializa em direito subjetivo após o final do prazo de carência fixado pelo plano (TST, 2015, online).

Assim, tratando o *Vesting* de um instrumento contratual atípico, com jurisprudência favorável em uma das cortes superiores do país, seu passou a ser cada vez mais comum dentro do mundo das startups, existindo dois modelos mais comuns de aplicação deste instrumento, o primeiro deles sendo o “tradicional”, onde é estipulado um certo número de metas dentro da função do funcionário ou colaborador e, conforme estas metas vão sendo atingidas, o funcionário tem direito a adquirir quotas da sociedade, sempre estando pré-estabelecido seus valores e quantidades.

O segundo modelo, não tão comum, mas que é utilizado quando a empresa em questão necessita da expertise do colaborador é conhecida como *Vesting* reversa, onde é estipulado o direito do colaborador receber suas quotas de forma antecipada, antes de qualquer atingimento de metas, sendo porém estipulado que o seu não cumprimento ao longo do contrato pode resultar na perda das quotas anteriormente adquiridas.

Apesar da doutrina especializada⁷ em muitos momentos entender o *Vesting* como um mecanismo que pode possuir diversas formas, como um contrato, termo ou até mesmo

⁷ MARINHO, Guilherme Martins. Startups: conceito, natureza jurídica e os contratos de investimento. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/19114/1/master_guilherme_martins_marinho.pdf>. Acesso em 10 de fev. 2022.

apenas uma cláusula, necessário expor que no caso das Sociedades Limitadas é crucial que este instrumento seja sempre utilizado como um contrato autônomo, dada as circunstâncias que a aquisição de quotas deve ser feita, seja para destacar se serão quotas ordinárias ou preferências, ou ainda se as quotas caso não adquiridas mediante a não finalização do *Vesting* serão devolvidas para a empresa como quotas em tesouraria, ou se serão disponibilizadas para venda aos demais sócios quotistas.

Há de pontuar que existem divergências⁸ em relação ao uso do *Vesting* pelas sociedades limitadas, mais precisamente em razão da previsão do artigo 1.055, §2º do Código Civil, que traz a proibição expressa da aquisição de quotas através da prestação de serviços.

No entanto, apesar de em muitos casos o *Vesting* se assemelhar ao previsto no referido artigo, é crucial e importantíssima sua diferença, uma vez que se trata de opção de compra de ações, sem qualquer compensação salarial, existindo uma diferença entre opção de compra de ações/quotas e contribuição por intermédio de serviços, já que no contrato de *Vesting* o que se é ofertado ao colaborador ou funcionário é a integralização como opção de compra, após a conclusão de determinada meta ou período de tempo junto a empresa, não sendo assim diretamente uma integralização pura e simplesmente pela prestação de serviços, esquivando-se assim da proibição contida no Código Civil, sendo este mais um importantíssimo fator que corrobora com o pensamento de que, no caso das sociedades limitadas, é crucial e indispensável que o contrato de *Vesting* seja sempre um instrumento autônomo, com todas as previsões possíveis para resguardar da melhor forma possível a startup, seus sócios e colaboradores.

Ressalta-se ainda que, em razão da característica contratual⁹ das sociedades limitadas, dado que a sua contratualidade confere aos seus sócios e administradores uma maior liberdade, prevalecendo a vontade societária e a autonomia privada das partes envolvidas nos negócios jurídicos empresariais, contribuindo assim para o uso considerado válido dos contratos atípicos, como o *Vesting*.

⁸ ZOLANDECK, João Carlos Adalberto; FERREIRA, Marcella Granemann. O contrato de vesting: uma alternativa para slucionar conflitos de agência e para dar condição de viabilidade às startups. Disponível em <<https://emporiododireito.com.br/leitura/o-contrato-de-vesting-uma-alternativa-para-solucionar-conflitos-de-agencia-e-para-dar-condicao-de-viabilidade-as-startups>>. Acesso em 10 de fev. 2022.

⁹ COELHO, Fábio Ulhoa. MANUAL DE DIREITO COMERCIAL – Direito de Empresa. 23. Ed. São Paulo: Saraiva. 2006. P. 156.

4.1.2. Contrato de incubação e aceleração

Essencialmente os contratos entre as empresas denominadas como startups e as sociedades denominadas incubadoras ou aceleradoras possuem muitas semelhanças, sendo, porém, necessário pontuar os conceitos distintos entre uma incubadora e uma aceleradora para então poder entender o funcionamento deste contrato.

Tendo sido apresentados os conceitos e finalidades tanto das incubadoras como das aceleradoras, agora é possível trazer os principais apontamentos sobre os contratos que envolvem esse tipo de empresa de fomento com as novas empresas emergentes, sendo o primeiro deles entender essa relação entre as duas empresas apresentadas, cada qual em seu lado, deste contrato.

De um lado, estão as startups: sociedades em fase pré-operacional ou em fase inicial de desenvolvimento de suas atividades, que têm por objeto a produção de bem ou serviço inovador e que necessitam de auxílio em diversas áreas para desenvolverem todo seu potencial e se tornarem sociedades de grande porte.

De outro, as incubadoras e aceleradoras: organizações que apresentam seus programas de incubação ou aceleração como soluções às startups, que darão o apoio almejado no desenvolvimento de sua empresa, preparando-as para ingressar no mercado sendo essa a realidade que dá ensejo à celebração dos contratos de incubação e de aceleração, sendo possível assim traçar os contornos de sua função social, nos termos do artigo 421 do Código Civil.

Esses contratos tem sua função social relacionada ao seu papel nas relações socioeconômicas e aos motivos que levam as partes de ditos contratos a serem celebrados. Assim, o objetivo principal desses instrumentos é fomentar a inovação e o consequente desenvolvimento econômico do país por meio do estímulo ao empreendedorismo e da otimização das atividades produtivas.

Os contratos celebrados devem, de um lado, buscar permitir que as startups desenvolvam suas atividades empresárias e, por outro, possibilitar que as incubadoras e aceleradoras (principalmente a estas que, no mais das vezes, são sociedades empresárias) tenham retorno financeiro adequado, de modo a estimulá-las a continuar realizando suas atividades, bem como a encorajar o ingresso de outros agentes econômicos nesse setor, devendo haver portanto um equilíbrio entre os benefícios gerados às startups e os incentivos ao desenvolvimento das atividades das incubadoras e aceleradoras.

Outro ponto relevante a ser levado em consideração na interpretação desses contratos é o fato de que, normalmente, são apresentados como verdadeiros contratos de adesão. As startups incubadas ou aceleradas passam por processos de seleção e, ao serem admitidas para incubação ou aceleração, firmam o instrumento contratual que lhes é apresentado pela incubadora ou aceleradora, sem margem para discussão de suas cláusulas.

Dada essa característica, são aplicados de maneira forçosa a estes contratos as normas previstas nos artigos 423 e 424 do Código Civil, que determinam sobretudo, a interpretação do contrato a favor do aderente (startup) e a nulidade de renúncia, também por parte do aderente, de qualquer direito que resulte da própria natureza do negócio celebrado, ou seja, considerando a atipicidade dos contratos, de direitos essenciais atribuíveis a startups que busquem atividades de incubação ou aceleração.

Portanto, cláusulas contratuais que impeçam os objetivos almejados pela startup poderão ter sua validade contestada à luz das mencionadas normas do Código Civil. Isso pode ocorrer tanto nos casos em que a prestação exigida da startup é usual, mas a contraprestação oferecida pela incubadora ou aceleradora foge ao que razoavelmente se pode esperar em negócios da mesma natureza, como quando a contraprestação da incubadora ou aceleradora está de acordo com os usos do mercado, mas a prestação a ser oferecida pela startup é excessiva.

Ao procurar uma incubadora ou uma aceleradora, a startup tem como principal objetivo imediato, desenvolver suas atividades empresárias, do ponto de vista operacional, administrativo e/ou financeiro para, ao fim do período de incubação ou de aceleração, exercer uma empresa com mais chances de sucesso, podendo, assim, gerar mais riqueza, aceitando assim a startup (ou seus fundadores) pagar prestações em dinheiro ou ceder parcela minoritária do capital social da empresa as incubadoras ou aceleradoras, podendo também ter de participar das atividades promovidas pelas empresas de incubação e aceleração, seguindo inclusive uma cartilha de orientações durante um período de tempo pré-determinado em contrato.

As incubadoras e aceleradoras são livres para oferecer seus programas e apresentar as vantagens competitivas que possuírem de modo a atrair as startups que por eles se interessem, sendo a margem para variação nas condições dos negócios jurídicos ainda maiores caso as duas partes sejam empresárias com maior experiência. Deve,

contudo, haver equilíbrio entre o que as incubadoras e aceleradoras se dispõem a prestar e o que receberão por parte das startups, pois, mesmo entre empresários, não se pode ser esquecido que são contratos de adesão, e que as aceleradoras e incubadoras se apresentam como organizações que pretendem auxiliar e não prejudicar os fundadores das startups no desenvolvimento do negócio.

Assim, apesar de os contratos deverem ser interpretados segundo a situação particular que regulam, a princípio nos parecem inválidas, por exemplo, cláusulas que (determinem que a propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos por uma startup em processo de incubação pertençam integralmente à incubadora, que determinem que a incubadora deverá receber parcela muito elevada do faturamento da incubada ou por prazo muito longo, ou ainda, que atribuam participações societárias (ou direitos inerentes a participações societárias) que acabem por conferir o controle societário de uma startup à sua aceleradora.

4.1.3. Mútuo conversível de quota preferencial

Apesar do contrato de mútuo conversível já ter sido apresentado como um contrato anterior aos novos regramentos aqui tratados, é importante trazer a luz essa pequena, mas importante, modificação nesses contratos, que inclusive trouxeram ainda mais desuso aos contratos de Investidor Anjo previstos na Lei Complementar nº 155/16.

Isso ocorre pelo fato de que, como explicado no item referente ao investimento anjo, o principal diferencial trazido pela legislação foi a não responsabilização do investidor como se sócio fosse tendo de ser ressaltado a questão referente a tributação dos lucros e da percepção de capital através da realização do investimento feito. Porém, com o advento da possibilidade de as sociedades limitadas poderem emitir quotas preferenciais, a questão referente a não responsabilização patrimonial dos sócios já se tornou possível, isso porque, os sócios proprietários de quotas preferenciais não possuem qualquer gerência administrativa sobre a empresa, podendo no máximo serem parte de conselho administrativo consultivo.

Com essa possibilidade os investidores que possuem intenção de auxiliar as sociedades como mentores, através do que é comumente conhecido como *smart money*¹⁰,

¹⁰ Smart money ou “dinheiro inteligente”, na tradução para o português, é definido de duas maneiras diferentes: alta quantia de capital aplicada por investidores experientes e bem-informados; ou como a entrada de um investidor, que além de investir, viabiliza a sua experiência profissional em favor da empresa.

ao mesmo tempo em que pretendem entrar para o quadro societário para perceber lucros e dividendos no futuro em que as empresas passem a os realizar, podem assim dar total preferência aos contratos de mútuo conversível em quotas preferenciais.

Assim, a falta de mecanismos mais apropriados, ou ainda, de maiores incentivos para o uso constante dos contratos de participação de investimento anjo acabou trazendo os mútuos conversíveis em quotas preferencias como uso mais comum, devendo apenas ser sempre levado em consideração o disposto nos contratos sociais das empresas aos quais serão feitos os investimentos, uma vez que a previsão de quotas preferências deve ser expressa no contrato social, sob pena de, no momento de apuração de dívidas, serem considerados também os sócios quotistas preferenciais como quotistas ordinários, dada a não previsão em contrato social desse tipo de quotas.

4.1.4. Contrato de investimento por fundo privado

Antes de falar sobre os dois tipos mais comuns de investimento por fundo privado, quais sejam, o *Venture Capital* e o *Private Equity*, é necessário pontuar que os investimentos por fundo privado são muito variados, mas que cobriremos aqui apenas estes dois modelos por serem os mais comuns juntos as startups e empresas emergentes.

Os investimentos por fundo privado são muito comuns na bolsa de valores e no mundo dos mercados mobiliários, sendo utilizados com recorrência para diversificar portfólios de investimento, assim como mitigar os riscos inerentes a qualquer tipo de investimento., sendo este o mesmo *modus operandi* dos fundos de *Venture Capital* e *Private Equity*.

4.1.5. Stock option

O último modelo de investimento que será abordado é o *Stock Option*¹¹ que nada mais são do que um meio de retribuir um trabalho feito pelos funcionários de determinada empresa, item de muita valia dentro do mundo das startups.

Se você recebe *Stock Options*, ou Opções de Compra de Ações de seu empregador, significa que ele está lhe oferecendo o direito de comprar ações da empresa a um preço pré-determinado. Algumas vezes, esse preço tem um desconto sobre o valor das ações

¹¹ Termo em inglês que no português se traduz para – opção de ações.

quando foram concedidas ou pode usar também como referência uma média de valores, por exemplo, a média dos últimos 30 pregões para empresas de capital aberto.

No entanto, como é possível observar, esse modelo de forma expressa parece ser unicamente possível de ser introduzido em sociedades anônimas, uma vez que a nomenclatura é exclusiva para ações, e não quotas, existindo inclusive previsão expressa para essa modalidade de investimento na Lei 6.404/76, mais precisamente em seu artigo 168. Esse era o entendimento razoável até a entrada em vigor da IN 38/2017 do DREI, já que nas *Stock Options*, o mais comum era que os funcionários ou colaboradores recebessem ações preferenciais da empresa, participando assim dos lucros, mas sem poder de voto ou gerência administrativa.

Então, até antes da Instrução Normativa em questão, as sociedades limitadas não poderiam se beneficiar desse tipo de modelo, uma vez que era expressamente vedado a diferenciação de quotas, existindo apenas as ordinárias, o que mudou com a IN 38/2017, possibilitando, ao menos de forma teórica, que empresas limitadas passassem a se valer do instrumento da *Stock Option* como meio de beneficiar seus funcionários.

No entanto, problemática recorrente sob esse assunto é a natureza salarial da *Stock Option*, uma vez que diferentemente da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), regulamentado pela Lei 10.101/00, não existe previsão legal quanto à natureza salarial das ações adquiridas pelo empregado por meio da opção de compra.

Nesse sentido, é de suma importância que o *Stock Option* preencha alguns requisitos para que as ações não adquiram natureza salarial e, consequentemente, para que não atraiam os encargos trabalhistas e previdenciários ao empregador.

Para saber quando a opção de compra adquirirá natureza salarial, é necessário entender o conceito de salário. Maurício Godinho Delgado define salário como “o conjunto de parcelas contra prestações pagas pelo empregador ao empregado em função do contrato de trabalho”¹².

Sabendo disso, a jurisprudência estabeleceu alguns critérios para afastar a natureza salarial do *Stock Option*, sendo os principais deles a voluntariedade na adesão ao plano, ou seja, a opção da compra de ações não pode ser obrigatória ou imposta em

¹² DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho. 16. ed. rev. e atual. – São Paulo: LTr, 2017, p. 799.

um contrato regular assim que o funcionário entra na empresa ou recebe algum aumento ou promoção, cabendo ao empregado decidir se quer ou não exercer esse direito.

Outro ponto que a jurisprudência aponta é a necessidade da outorga das ações ou quotas ser onerosa, o beneficiário tem que, necessariamente, desembolsar recursos próprios para adquirir as ações, já que se forem obtidas a título gratuito, serão considerados com mera contraprestação pelos serviços prestados, trazendo consigo o peso da verba salarial nas sociedades anônimas, e mais ainda, a ilegalidade nas sociedades limitadas, já que existe a vedação expressa da obtenção de quotas mediante prestação de serviços, no artigo 1.055, §2º do Código Civil.

Essa necessidade da onerosidade na obtenção das quotas ou ações é premissa para o último critério estabelecido pela jurisprudência, que é o risco na compra das ações, já que assim como um investidor tradicional, o beneficiário do *Stock Option* deve assumir os riscos do investimento ao adquirir sua participação na empresa, podendo auferir os lucros no caso de bom desempenho, ou compartilhar os prejuízos caso contrário.

Assim, quando preenchidos esses três requisitos, a *Stock Option* ganha ares de impessoalidade colocando-se em igualdade com as ações vendidas no mercado indistintamente adquirindo assim seu caráter mercantil.

No entanto, apesar de todas essas possibilidades, o Marco Legal das Startups que possuía a previsão expressa das *Stock Options* como meios não de remuneração, mas sim de investimento, retirando de vez qualquer possibilidade do enquadramento desse modelo de investimento como salário à título trabalhista, foi emendado no Senado Federal tendo sido retirada a parte do texto legal que tratava exatamente desse tema, que de acordo com o relator Carlos Portinho (PL – RJ), é um instrumento muito importante mas que não é unicamente aplicado às startups, razão pela qual deve ser criado um outro projeto de lei específico para esse fim.

A retirada dessa parte crucial no texto do Marco Legal das Startups foi alvo de duras críticas por inúmeras organizações do setor¹³, que encaminharam carta aos senadores acusando que, sem a previsão do *Stock Option* e alguns outros itens retirados pelo Senado Federal, a legislação pode acabar se tornando inócua, já que para essas organizações o Brasil se encontra 20 (vinte) anos atrasado em relação às políticas de

¹³ BRIGATTO, Gustavo. Marco Legal das Startups sem itens como stock options é “gol contra”, avaliam organizações. <<https://startups.com.br/noticias/marco-legal-das-startups-sem-itens-como-stock-options-e-gol-contra-avaliam-organizacoes/>>. Acesso em 10 de fev. de 2022.

estímulo para startups, conforme recomendação da OCDE e já adotadas por dezenas de países, incluindo todos os BRICS, exceto o Brasil, sendo essas emendas um retrocesso que manterá o país no atraso.

5. EMPRESAS LIMITADAS E INVESTIMENTO

A utilização das empresas limitadas como empresas aptas a receberem investimentos de terceiros não é novidade, porém é um modelo que por muito tempo foi pouco utilizado, ficando as sociedades limitadas restritas ao uso por empresas mais tradicionais, de pequeno e médio porte, que não visavam a nenhum momento um investimento externo, alterando seu tipo societário para sociedade anônima sempre que existia um crescimento abrupto ou a possibilidade de grandes investimentos.

Porém essa realidade se alterou com o advento das novas tecnologias, da globalização e da possibilidade de uma empresa com poucos membros, sem uma grande linha de produção, gerar valores cada vez maiores, independentemente do tipo societário, tendo os investidores percebido o potencial de lucrar cada vez mais com esses novos modelos empresariais, razão pela qual a legislação precisou, mesmo que aos poucos, de atualizar para se adequar a essa nova realidade.

5.1. O uso das sociedades limitadas por startups

A Sociedade Limitada é o tipo societário mais comum no Brasil e está regulamentada nos artigos 1.052 e seguintes do Código Civil, tendo como principal característica a responsabilidade limitada dos sócios, isto é, somente o patrimônio da sociedade responde por suas obrigações e dívidas.

Outra característica desse tipo societário é a sua contratualidade, isto é, a sua constituição se dá através de contrato social escrito onde as partes podem pactuar com ampla liberdade seus interesses e objetivos, podendo escolher o objeto social, capital social, administrador e demais cláusulas importantes ao negócio, como por exemplo, que versem sobre a inclusão ou exclusão de sócios. Além disso é uma sociedade menos burocrática, não sendo obrigatória a publicação dos atos societários e informações financeiras, sendo esta uma das principais razões pela qual as startups tendem a escolher esse tipo societário para sua formalização.

Quanto ao capital social não há nenhum mínimo ou máximo obrigatório, o que também facilita a criação de uma startup que, em seu momento inicial realmente pode não possuir qualquer capital social necessário para realização de suas atividades.

Além disso, a responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, e agora com as novas regras da IN 38/2017 do DREI e a possível confirmação do Marco Legal das Startups, alguns sócios podem nem ao menos terem qualquer responsabilidade, não respondendo nem por dívidas trabalhistas, já que não estariam inseridos no quadro administrativo, sendo considerados tão apenas como investidores dessas empresas.

Assim o uso cada vez mais recorrente das sociedades limitadas pelas startups traz consigo esse maior foco dos legisladores sobre isso, causando uma maior quantidade de normas que as regulem, uma necessidade latente pelo seu maior uso, porém divergente da sua natureza contratualista originária, já que com cada nova norma e legislação que a regule as atividades das sociedades limitadas, mais se perde a sua característica contratualista.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo trouxe como principal questionamento a interação entre os contratos de investimento e as sociedades limitadas, a luz das novas regras e legislações que vem sendo criadas no Brasil.

O principal intuito em abordar essa temática foi o de incluir as sociedades limitadas no rol de possíveis tipos societários para empresas de todos os tamanhos e que visam serem alvos de investimento externo, principalmente aquelas nos ramos de tecnologia e inovação denominadas como startups, dada a característica principal das sociedades limitadas ser a contratualidade, sem o excesso de burocracias existentes para a criação e a manutenção de uma sociedade anônima.

Para tanto foi necessário pontuar, em princípio, o que são as startups e quais são essas novas mudanças que facilitaram o seu surgimento dentro das limitadas, bem como o surgimento de novos tipos de investimento, tendo que antes serem apresentados, ainda que de forma breve, os modelos tradicionais de investimento em sociedades limitadas, sempre também tentando apresentar as razões que faziam com que esses modelos tradicionais não fossem ideais, como por exemplo as inseguranças jurídicas de um contrato de mútuo conversível por quotas preferenciais, ou ainda a imprevisibilidade das sociedades em cotas de participação, que são uma sociedade, mas não são, e que servem

apenas para o investimento em um negócio específico ou na criação de um produto específico, nunca como solução para o investimento direto em uma empresa nascente.

A partir daí foi onde começaram a ser apresentados os novos modelos de contrato de investimento, suas principais aplicabilidades, porque foram possíveis com a vigência da nova legislação e, onde ainda falta existir algum tipo de previsão legal para que as startups e todo o ecossistema de inovação no Brasil possam florescer ainda mais.

Por fim, foram apresentados os resultados obtidos dentro do trabalho, quais sejam, o maior nível de segurança nos contratos de investimento junto as sociedades limitadas, maior segurança essa tanto para os empresários e sócios dentro da sociedade, como para os investidores, tendo sido observado que essa facilitação no tocante a segurança era um dos principais pontos faltantes para que mais empresas, organizações e sociedades passassem a investir em maior escala nesse seguimento das empresas inovadoras, principalmente pelo fato de sua grande maioria ser de empresas organizadas na forma de sociedades limitadas.

Porém, apesar de ter se obtido este resultado dentro do projeto, também foi possível observar que alguns pontos muito importantes para a concretização do ecossistemas de startups como completamente viável e duradouro no país ainda não existem, e que poderiam passar a existir com o novo Marco Legal das Startups, mas infelizmente a legislação original sofreu com inúmeras emendas no Senado Federal, que mitigaram e muito o poder que essa legislação teria para pavimentar de uma vez por todas o setor das startups no Brasil.

No entanto, fica ainda o questionamento sobre os rumos da legislação brasileira e, principalmente, como as novas legislações e instruções serão interpretadas e aplicadas quando confrontadas pelo judiciário, se serão mantidas ou se sofrerão na mão de magistrados que as interpretem como inconstitucionais ou ilegais de alguma forma, ou ainda que deem interpretação diversa àquela pretendida pelos legisladores e por toda a sociedade empresária, sendo essa recepção do judiciário e a consolidação da jurisprudência tema muito importante a ser observado para uma maior compreensão e aprofundamento dos aspectos apresentados neste trabalho.

7. REFERÊNCIAS

ARRUDA, Pablo Gonçalves e.; SOARES, Natália de Moura. As novas instruções normativas DREI. Disponível em <<https://www.migalhas.com.br/depeso/256660/as->

novas-instrucoes-normativas-drei>. Acesso em 10 de fev. de 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE STARTUPS. Crescimento Das Startups: Veja O Que Mudou Nos Últimos Cinco Anos! Disponível em <<https://abstartups.com.br/crescimento-das-startups/>>. Acesso em 10 de fev. de 2022.

BRASIL. Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16404consol.htm> Acesso em 10 de fev. de 2022.

BRASIL. Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994. Dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18934.htm>. Acesso em 10 de fev. de 2022.

BRASIL. Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406compilada.htm>. Acesso em 10 de fev. de 2022.

BRASIL. Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021. Institui o marco legal das startups e do empreendedorismo inovador; e altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp182.htm>. Acesso em 10 de fev. de 2022.

BRIGATTO, Gustavo. Marco Legal das Startups sem itens como stock options é “gol contra”, avaliam organizações. <<https://startups.com.br/noticias/marco-legal-das-startups-sem-itens-como-stock-options-e-gol-contra-avaliam-organizacoes/>>. Acesso em 10 de fev. de 2022.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. 6ª Edição, São Paulo: Saraiva, 2003.

COELHO, Fábio Ulhoa. MANUAL DE DIREITO COMERCIAL – Direito de Empresa. 23. Ed. São Paulo: Saraiva. 2006.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de direito do trabalho. 16. ed. rev. e atual. – São Paulo: LTr, 2017, p. 799.

FEIGELSON, Bruno; NYBO, F. Erik; FONSECA, C. Victor. Direito das Startups. 1ª Edição. São Paulo – SP: Saraiva Jur, 2018.

GRANT THORNTON BRASIL. O estímulo como ferramenta para o fomento do investimento em startups. O caso do investimento anjo. Disponível em <http://www.anjosdobrasil.net/uploads/7/9/5/6/7956863/estudo_sobre_estimulo_para_investimento_em_startups_-_anjos_do_brasil_e_grant_thornton.pdf>. Acesso em 10 de fev. de 2022.

MAMEDE, Gladston. Manual de direito empresarial. 1ª Edição, São Paulo: Atlas, 2005.

MARINHO, Guilherme Martins. Startups: conceito, natureza jurídica e os contratos de investimento. Disponível em <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/19114/1/master_guilherme_martins_marinho.pdf>. Acesso em 10 de fev. 2022.

SANTA CRUZ, André. Direito Empresarial. Volume Único. 10ª Edição, São Paulo – SP: Método, 2020.

SENADO FEDERAL. Senado aprova Marco Legal das Startups; texto vai à Câmara <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/02/24/senado-aprova-marco-legal-das-startups-texto-vai-a-camara>>. Acesso em 10 de fev. de 2022.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AREsp: 1211646 SP 2017/0303127-1, Relator: Ministro MOURA RIBEIRO, Data de Publicação: DJ 08/02/2018. Disponível em <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/549043937/agravo-em-recurso-especial-aresp-1211646-sp-2017-0303127-1/decisao-monocratica-549043947>>. Acesso em 10 de fev. de 2022.

ZOLANDECK, João Carlos Adalberto; FERREIRA, Marcella Granemann. O contrato de vesting: uma alternativa para solucionar conflitos de agência e para dar condição de viabilidade às startups. Disponível em <<https://emporiiododireito.com.br/leitura/o-contrato-de-vesting-uma-alternativa-para-solucionar-conflitos-de-agencia-e-para-dar-condicao-de-viabilidade-as-startups>>. Acesso em 10 de fev. 2022.



ESTUDOS AVANÇADOS INTERDISCIPLINARES

VOLUME 8

Organizador
Dr. ROBSON ANTONIO TAVARES COSTA

Prezados(as) leitores(as),

É com muita satisfação que apresentamos o oitavo volume da Coleção intitulada “ESTUDOS AVANÇADOS INTERDISCIPLINARES”, que reúne em seus 12 capítulos pesquisadores de diversas instituições com discussões e temáticas que circundam uma gama de possibilidades de pesquisas e de relações dialógicas que certamente podem ser relevantes para o desenvolvimento social brasileiro a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade. Tal obra visa dar publicidade a estudos e pesquisas frutos de árduos trabalhos acadêmicos que decerto contribuem, cada um a seu modo, para o aprofundamento de discussões em suas respectivas áreas pois são pesquisas germinadas, frutificadas e colhidas de temas atuais que estão sendo debatidos nas principais universidades nacionais e que refletem o interesse de pesquisadores no desenvolvimento social e científico que possam impactar positivamente a qualidade de vida de homens e de mulheres.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados, esperamos que os textos publicados contribuam para a formação intelectual e a reflexão crítica dos alunos, professores e demais leitores. Desejamos ressaltar, em nome de todos que compõem a Editora Enterprising, a nossa gratidão para com os pesquisadores cujos trabalhos aparecem aqui reunidos, que diante da dedicação, temos a oportunidade de nos debruçar acerca de assuntos atuais e pertinentes. Sejam bem-vindos e tenham proveitosas leituras!



Editora Enterprising

www.editoraenterprising.net

E-mail: contacto@editoraenterprising.net

+55 61 98229-0750

CNPJ: 40.035.746/0001-55

doi 10.29327/562393

ISBN 978-65-845-4615-8



9 786584 546158 >